

INFORMS

INFORMATIVO
MERCO SHIPPING



RESUMO INFORMATIVO
COM AS PRINCIPAIS
NOTÍCIAS DOS SETORES
PORTUÁRIO E DE
NAVEGAÇÃO

Edição 094/2024
Data: 11/09/2024



ÍNDICE

PARA ACESSAR RAPIDAMENTE O ARTIGO, POSICIONE O CURSOR NA MANCHETE, E SIGA AS INSTRUÇÕES.

A TRIBUNA DIGITAL (SP)	4
NEBLINA FAZ PORTO DE SANTOS FICAR FECHADO PELO DOBRO DE TEMPO DO ANO PASSADO	4
PORTO RECEBE PROPOSTAS PARA CONSTRUÇÃO DE NOVO PÁTIO DE CAMINHÕES NO LITORAL DE SP.....	5
APROVADOS EM CONCURSO PÚBLICO NO PORTO DE SANTOS TÊM CONVOCAÇÃO DEFINIDA; SALÁRIOS VÃO ATÉ R\$ 8 MIL	6
TRECHO DO PORTO DE SANTOS CONCLUI DRAGAGEM PODERÁ RECEBER NAVIOS MAIORES.....	7
CONSELHO DESTINA MAIS DE R\$ 11 BILHÕES PARA FINANCIAR PROJETOS NO SETOR NAVAL	7
ME – MOVIMENTO ECONÔMICO	8
BAHIA LIBERA INCENTIVOS E ATRAI BIORREFINARIA DE ETANOL DE CEREAIS DE R\$ 1,2 BI.....	8
GOVERNO AVALIA RETOMADA DE HORÁRIO DE VERÃO POR CONTA DA ESTIAGEM.....	10
ANTAQ – AGÊNCIA NACIONAL DE TRANSPORTES AQUAVIARIOS	11
CONCESSÃO DA HIDROVIA DO RIO MADEIRA VAI EVITAR DESABASTECIMENTO EM RONDÔNIA	11
ANTAQ REALIZA REUNIÃO PARTICIPATIVA, EM SÃO PAULO (SP), PARA DISCUTIR AGENDA REGULATÓRIA 2025-2028	13
PORTOS PÚBLICOS MOVIMENTAM 43,22 MILHÕES DE TONELADAS DE CARGAS E APRESENTAM CRESCIMENTO EM JULHO DE 2024.....	14
INSCRIÇÕES PARA O PRÊMIO ANTAQ 2024 ENCERRAM NESTA QUINTA-FEIRA (12).....	15
GOV.BR – MINISTÉRIO PORTOS E AEROPORTOS - DF	16
HIDROVIA - PRESIDENTE LULA E MINISTRO SILVIO COSTA FILHO ANUNCIAM INVESTIMENTOS DE R\$ 500 MILHÕES PARA COMBATER ESTIAGEM E INCÊNDIOS NA REGIÃO AMAZÔNICA	16
LEVANTAMENTO - MOVIMENTO EM PORTOS PÚBLICOS TEVE CRESCIMENTO DE 6% NO MÊS DE JULHO	17
GOV.BR – MINISTÉRIO DOS TRANSPORTES - DF	18
RODOVIAS - DE PITANGUI A PARÁ DE MINAS: TRECHO DA BR-352/MG É REVITALIZADO PELO GOVERNO FEDERAL.....	18
TRANSPARÊNCIA - MINISTÉRIO DOS TRANSPORTES REALIZA A PRIMEIRA REUNIÃO DO COMITÊ DE GOVERNANÇA DO PLANEJAMENTO INTEGRADO DE TRANSPORTES	19
RODOVIAS - EM RESPOSTA À CRISE CLIMÁTICA NO AMAZONAS, GOVERNO FEDERAL ANUNCIA RETOMADA DE OBRAS NA BR-319/AM/RO.....	20
FERROVIAS - TERMINAL RODOFERROVIÁRIO INAUGURADO EM ALVORADA COLOCA TOCANTINS NA ROTA DE EXPORTAÇÃO DO PAÍS.....	21
BE NEWS – BRASIL EXPORT	22
ESPECIAL FENAMAR - “A FENAMAR TEM UMA HISTÓRIA IMPORTANTE NO AGENCIAMENTO MARÍTIMO”.....	22
ESPECIAL FENAMAR - GLEN FINDLAY DESTACA “TRABALHO FEITO POR MUITAS MÃOS” NA HISTÓRIA DA FENAMAR.....	23
ESPECIAL FENAMAR - EX-PRESIDENTES COMENTAM SOBRE ATUAÇÃO DA FENAMAR.....	24
ESPECIAL FENAMAR - FENAMAR COMEMORA 35 ANOS REGISTRANDO SUA TRAJETÓRIA EM LIVRO	26
ESPECIAL FENAMAR - A FENAMAR PELO BRASIL.....	27
EDITORIAL – A SOLUÇÃO INTERMODAL.....	35
NACIONAL - HUB – CURTAS.....	36
NACIONAL - PORTO DE SANTOS SE TORNA LABORATÓRIO DE INOVAÇÕES COM PCS E SANDBOX.....	36
REGIÃO NORTE - DRAGAGEM E COMBATE A INCÊNDIOS: GOVERNO INVESTE R\$ 500 MILHÕES NA AMAZÔNIA.....	38
REGIÃO NORTE - RUMO INAUGURA NOVO TERMINAL RODOFERROVIÁRIO EM TOCANTINS.....	38
REGIÃO SUL - RS REDUZ ICMS MIRANDO MAIS VOOS INTERNACIONAIS NO SALGADO FILHO.....	39
REGIÃO SUL - GOVERNO DE SC LANÇA NOVO EDITAL DA CONCESSÃO DO AEROPORTO DE JAGUARUNA.....	40
PORTO DE SANTOS - ZEMA APRESENTA OPORTUNIDADES DE INVESTIMENTOS EM VISITA À ASSOCIAÇÃO COMERCIAL.....	41
REGIÃO SUDESTE - PORTOSRIO IMPLEMENTA NOVO SISTEMA PARA OTIMIZAR OPERAÇÕES DE NAVIOS.....	42
O SOPESP – SIND DOS OPERADORES PORTUÁRIOS DO EST. SP	43
SANTOS BRASIL FINALIZA OFERTA PÚBLICA DE DEBÊNTURES E CAPTA R\$ 2 BILHÕES.....	43
CAPITANIA DOS PORTOS DE SÃO PAULO COMEMORA 177 ANOS EM EVENTO NA PRÓXIMA QUARTA-FEIRA	44
PETROBRAS E EMBRAPA ASSINAM COOPERAÇÃO PARA PESQUISAS EM PRODUTOS DE BAIXO CARBONO E FERTILIZANTES	44
APS CONCLUI DRAGAGEM DE APROFUNDAMENTO DOS BERÇOS DE ATRACAÇÃO DOS ARMAZÉNS 12A AO 20/21, NO PORTO DE SANTOS	45
JORNAL O GLOBO – RJ	46
HADDAD DIZ QUE SECA VAI ELEVAR PREÇO DE ALIMENTOS, E INFLAÇÃO 'PREOCUPA UM POUQUINHO, MAS NÃO SE RESOLVE COM JUROS'.....	46
RELATOR RETIRA 'JABUTI' COM IMPACTO DE R\$ 24 BI NAS CONTAS DE LUZ DE PROJETO SOBRE COMBUSTÍVEIS.....	47
NOVO CEO DA VALE PROCURA AUTORIDADES POR ACORDOS SOBRE FERROVIAS E MARIANA.....	48



G20 APROVA DOCUMENTO SOBRE BIOECONOMIA, UMA 'CONQUISTA HISTÓRICA', DIZ O ÍTAMARATY.....	49
O ESTADO DE SÃO PAULO - SP.....	52
PORTO DO AÇU, ANTIGO PROJETO DE EIKE BATISTA, APOSTA EM INDÚSTRIA 'VERDE' PARA CRESCER.....	52
PRUMO ENFRENTARÁ OBSTÁCULOS PARA CONCRETIZAR SEUS PLANOS PARA O PORTO DO AÇU; ENTENDA.....	53
VALOR ECONÔMICO (SP).....	54
SAMSUNG SDS APRESENTA PLANO DE AÇÃO PARA SECA NO NORTE.....	55
INDÚSTRIA ANTECIPA ENTREGA AO VAREJO, MAS 'TAXA DA SECA' PODE ELEVAR PREÇOS.....	56
AGÊNCIA BRASIL - DF.....	58
INDÚSTRIA DIGITAL GANHA R\$ 144,4 BI EM RECURSOS PÚBLICOS E PRIVADOS.....	58
PORTAL PORTOS E NAVIOS.....	60
CRUZEIROS INVESTEM EM TECNOLOGIAS PARA REDUZIR EMISSÕES E ALCANÇAR METAS DE DESCARBONIZAÇÃO.....	60
PORTO DE IMBITUBA BATE RECORDE DE MOVIMENTAÇÃO DE CARGAS NO ACUMULADO DE 2024.....	60
GOVERNO FEDERAL E APS AGUARDAM AUDIÊNCIAS E LICENÇAS PARA EDITAL DO TÚNEL SANTOS-GUARUJÁ.....	60
TRANSPETRO ANUNCIA NOVA USINA SOLAR NO TERMINAL DE BELÉM EM 2025.....	61
TRANSPORTE AQUAVIÁRIO DE CARGAS DEVE CRESCER 3,8% ATÉ 2034, APONTA EPE.....	61
ANTAQ PUBLICA DOCUMENTOS SOBRE CONCESSÃO DA HIDROVIA DO RIO MADEIRA.....	62
DISLUB DIALOGA COM ARMADORES SOBRE BUNKER.....	63
RECURSOS ADICIONAIS PARA EPM ESTÃO EM FASE FINAL DE RECEBIMENTO, DIZ DPC.....	64
MOVIMENTAÇÃO PORTUÁRIA CRESCE 1,4% EM JULHO COM DESTAQUE PARA TRIGO, AÇÚCAR E FERTILIZANTES.....	65
ARTIGO - TRANSFERÊNCIA DE RISCOS MARÍTIMOS: O QUE APRENDEMOS COM O ACIDENTE DE BALTIMORE?.....	65
NORCOAST AMPLIA OPERAÇÕES DE TRANSPORTE DE CARGAS COM INCLUSÃO DO PORTO DE ITAJAÍ.....	67
TERMINAIS EM ROTERDÃ ADOTAM ENERGIA DE TERRA PARA REDUZIR EMISSÕES DE CO2.....	68
PETROBRAS E GERDAU FIRMAM ACORDO PARA ESTUDAR NEGÓCIOS DE BAIXO CARBONO.....	68
ULTRACARGO APOSTA EM LOGÍSTICA DE ETANOL PARA PORTOS NO NORTE E NORDESTE.....	69
MERCOSHIPPING MARÍTIMA LTDA.....	70
ESTE INFORMS TAMBÉM ESTÁ DISPONÍVEL NA MERCOSHIPPING.COM E NO LINKEDIN.COM	70



A TRIBUNA DIGITAL (SP)

NEBLINA FAZ PORTO DE SANTOS FICAR FECHADO PELO DOBRO DE TEMPO DO ANO PASSADO

Condições climáticas ruins interromperam a navegação por mais de 160 horas

Por Ted Sartori



Vale lembrar que neste mês de setembro, embora ainda no início e, portanto, não contabilizado, já foram mais de 30 horas de interrupções (Daniel Rodrigues/AT)

Por causa da neblina e de outras condições climáticas adversas que impediram a navegação com segurança, o número de horas em que o canal do Porto de Santos ficou fechado este ano já é mais do que o dobro de todo o ano de 2023.

A soma de interrupções ficou em 161 horas e 30 minutos, segundo dados informados pela Autoridade Portuária de Santos (APS) até agosto. O total nos oito primeiros meses de 2024 é 101,6% maior do que todo o ano passado, quando foram 80 horas de fechamento.

O mês passado foi maior da série histórica (últimos quatro anos de registro): 116 horas e 35 minutos, quase o triplo do registrado no período de janeiro a julho deste ano (44 horas e 55 minutos). Vale lembrar que neste mês de setembro, embora ainda no início, já foram mais de 30 horas de interrupções.

Apesar dos números impressionantes proporcionados pelo clima, a Autoridade Portuária de Santos informou, em nota, que as operações de cargas no Porto de Santos transcorrem sem impactos significativos em termos de prejuízos financeiros.

“Em que pese o fato do fechamento do canal de navegação, por conta da neblina, ser um impacto negativo, o Porto de Santos tem demonstrado sua resiliência com as recorrentes quebras de recordes de movimentação de carga, que ocorrem, também, no mês de agosto de 2024, buscando balancear a necessária eficiência logística com a segurança operacional”, acrescenta o texto.

Levando em conta os dados fechados últimos anos, apenas 2022 havia passado das 100 horas de fechamento: foram 132 horas e 55 minutos sem a entrada e saída de navios por conta da baixa visibilidade causada pela neblina ou condições ruins do mar.

“Não há porto no mundo onde se opera navegação em águas restritas, como Santos, com visibilidade zero. Contudo, há alguns casos em que o prático iniciou a navegação sob condições normais e foi, no trajeto, alcançado pela neblina. Todos concluíram seu arriscado trabalho, felizmente, com êxito, mas sob grande risco”, comenta o presidente da Praticagem de São Paulo, Fábio Mello Fontes.

A APS disse que deve acompanhar estudos de outros órgãos a respeito do fenômeno. O Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais (Inpe) é um deles.

Acima da normalidade

O meteorologista Guilherme Borges, do Instituto ClimaTempo, credita a constância de neblina e nevoeiro aos vários períodos de temperatura acima da normalidade, sem incluir as seguidas queimadas em diversos pontos do estado de São Paulo.

“O inverno teve períodos muito quentes e o escoamento do ar mais quente da região central brasileira sobre a água mais gelada do oceano favorece a ocorrência de neblina e nevoeiro. Se a gente colocar na balança esses eventos de calor mais presentes, como estão acontecendo hoje, são devido à mudança climática. Ela tem um papel, porque esses períodos de temperatura acima da normalidade não eram tão frequentes assim”, detalha.

Fonte: A Tribuna Digital - SP

Data: 11/09/2024

PORTO RECEBE PROPOSTAS PARA CONSTRUÇÃO DE NOVO PÁTIO DE CAMINHÕES NO LITORAL DE SP

Ideia é ampliar logística e evitar congestionamento de caminhões

Por ATribuna.com.br



Nova área para caminhões faz parte de uma série de melhorias implantadas no Porto de São Sebastião (Governo de SP/Divulgação)

Empresas interessadas em construir um pátio de triagem para caminhões em São Sebastião têm até o final de novembro para apresentarem propostas. O chamamento público 2/2024 foi lançado no dia 28 de agosto pela Companhia Docas de São Sebastião (CDSS), com prazo de 90 dias. Propostas devem ser enviadas para o e-mail licitacoes@portoss.com.br, com o assunto Chamamento Público AALP e o nome da empresa.

O objetivo do pátio é agilizar o fluxo de cargas e melhorar as condições para os caminhoneiros que se destinam ao Porto da Cidade. A nova estrutura deve dar apoio logístico e evitar congestionamentos de veículos pesados, que ficam nas vias de acesso do entorno portuário esperando a carga ou descarga. Também deve gerar benefícios aos caminhoneiros, que passarão a dispor de novas instalações com serviços de alimentação, higiene e hospedagem.

“A implantação do pátio de triagem trará muitos benefícios e mais conforto aos condutores dos caminhões, fazendo com que eles possam contar com acesso a vestiários, sanitários e local adequado para realizar suas refeições. Além disso, a iniciativa irá evitar congestionamentos na cidade”, avalia o diretor-presidente da Companhia Docas de São Sebastião, Ernesto Sampaio.

O processo de credenciamento ocorrerá em duas etapas. Na fase documental, as empresas interessadas apresentam propostas. A selecionada terá 12 meses para a implantação do projeto, que prevê 150 vagas para caminhões do tipo bitrem. O credenciamento definitivo ocorrerá com a autorização para o início das operações, ao final da implantação do empreendimento.

Melhorias

O Governo do Estado, responsável pela CDSS, afirma que a nova área para caminhões faz parte de uma série de melhorias implantadas no Porto de São Sebastião.

Entre elas, estão a montagem de 11 novos armazéns, a reforma do centro de controle operacional, a pavimentação de pátios de armazenagem e das vias de acesso terrestre, monitoramento por circuito fechado de TV, obras de ajuste e cumprimento de requisitos de segurança e alfandegamento e o novo sistema de combate a incêndios.

O Porto de São Sebastião tem acesso facilitado por meio da Rodovia dos Tamoios, que está interligada aos principais acessos do estado de São Paulo, e também pela proximidade com a malha ferroviária e o Aeroporto Internacional de São José dos Campos.



A obra do Contorno de São Sebastião na Tamoios está na fase final de execução pelo Governo Estadual e prevê uma alça exclusiva ao Porto, facilitando o acesso e evitando a interferência no trânsito urbano. Está em fase de modelagem ainda o processo de arrendamento que permitirá a atração de mais investimentos.

Em abril deste ano, o Porto aderiu à Aliança Brasileira para Descarbonização dos Portos, que permite a troca de experiências e a realização de ações para acelerar a descarbonização do setor marítimo e portuário.

Como primeira ação desse compromisso, passou a aplicar descontos na tarifa portuária para as embarcações que tenham sustentabilidade e eficiência energética, e que comprovem ter baixas emissões de gases de efeito estufa.

“Essas iniciativas estão alinhadas com nosso compromisso de promover o desenvolvimento sustentável em São Paulo”, enfatiza a secretária de Meio Ambiente, Infraestrutura e Logística do Estado, Natália Resende.

Fonte: A Tribuna Digital - SP

Data: 11/09/2024

APROVADOS EM CONCURSO PÚBLICO NO PORTO DE SANTOS TÊM CONVOCAÇÃO DEFINIDA; SALÁRIOS VÃO ATÉ R\$ 8 MIL

Previsão da Autoridade Portuária é que primeiras entradas sejam ainda este ano

Por Ted Sartori

Dezembro é a previsão de entrada dos primeiros convocados do concurso da Autoridade Portuária de Santos (APS) para diversos cargos, realizado em 23 de junho. Foram 175 oportunidades, com salários de até R\$ 8.116,76. Os aprovados serão chamados à medida em que houver posições vagas, valendo o certame por dois anos e prorrogáveis por mais dois. A ideia é convocar 25 candidatos por mês.

O outro concurso, para a Guarda Portuária, ainda está em andamento, com as fases de teste de aptidão física, psicológica e curso preparatório - deste foram 67 vagas, com salário de R\$ 2.883,55.

Para 2025, segundo a APS, o orçamento com despesas de pessoal é de cerca de R\$ 384 milhões, sendo destes cerca de R\$ 39 milhões decorrentes dos empregados que vão entrar. As contratações, segundo a Autoridade Portuária de Santos, não alteram o quadro regular de empregados.

A Autoridade Portuária conta atualmente, dentro do seu plano de cargos, com 324 postos de trabalho, sendo que o concurso atual se refere - somando o de guarda portuário e para os outros cargos - a 242 vagas, divididas entre Bertioga, Guarujá e Santos.

Os postos atualmente disponíveis, diz a APS, serão preenchidos após verificação de necessidade de realocação de salas e mesas para os novos colaboradores. Além disso, outros aprovados podem preencher vagas que abrirem nos próximos anos para suprir eventuais demissões e aposentadorias.

Arrecadação e destinação

No total, foram 25.739 candidatos inscritos no concurso, organizado pela Fundação para o Vestibular da Universidade Estadual Paulista (Fundação Vunesp), com taxas de R\$ 75,00 para cargos de Ensino Médio e R\$ 95,00 para Ensino Superior. A instituição informa que foram arrecadados R\$ 1,930 milhões com a taxa de inscrição para 25 diferentes cargos.

Despesas

Todo o montante foi destinado à Vunesp, segundo a Autoridade Portuária. Pelo contrato entre a APS e a realizadora do concurso, não há gasto por parte da contratante, ficando a Vunesp autorizada a cobrar diretamente do candidato a taxa para ressarcimento das despesas.

O valor, de acordo com a fundação, foi empregado para a realização do certame, incluindo despesas para elaboração, revisão, diagramação e impressão das provas e do material de aplicação; pagamento da equipe de aplicação das avaliações (fiscais, coordenadores, supervisores e equipe de apoio); e alocação de prédios para a realização das provas; pagamento de equipe para análise de documentos enviados pelos candidatos.

Além disso, o valor foi destinado para realização do teste de aptidão física; cobertura de custo logístico para entrega e recolhimento de material de prova (transporte do material e equipe envolvida); gasto para realização da avaliação psicológica; custos para realização da perícia médica; e pagamento de comissão de heteroidentificação (verificação de candidatos autodeclarados negros).

Fonte: A Tribuna Digital - SP

Data: 10/09/2024

TRECHO DO PORTO DE SANTOS CONCLUI DRAGAGEM PODERÁ RECEBER NAVIOS MAIORES

Agora o local tem profundidade de 14,60 metros e permite a atracação de embarcações de maior porte

Por ATribuna.com.br



APS finalizou obra de dragagem de aprofundamento dos berços de atracação entre os armazéns 12A e 20/21 (Pedro Cavalcante/APS)

A Autoridade Portuária de Santos (APS) finalizou a obra de dragagem de aprofundamento dos berços de atracação entre os armazéns 12A e 20/21 do cais santista. A conclusão do projeto envolveu a remoção de cerca de 100 mil metros cúbicos de sedimento e 500 metros cúbicos de resíduo de jet-grouting (material de maior dureza remanescente da obra de reforço estrutural dos berços de atracação), garantindo a profundidade de 14,60 metros e

permitindo a atracação de embarcações de maior porte.

Em 2018, a APS já havia finalizado a recuperação e reforço estrutural do cais entre os armazéns 12A e 23, no Trecho 3 do canal de navegação do Porto de Santos, o chamado cais de Outeirinhos, em uma extensão de 1,7 mil metros, preparando o local para a dragagem.

Em dezembro de 2023, foi firmado contrato com a empresa Náutica Marítima Serviços, vencedora do processo licitatório, que iniciou a dragagem em março de 2024. O custo foi de pouco mais de R\$ 13 milhões.

Com a obra concluída, a APS fará um novo levantamento hidrográfico e uma inspeção subaquática. Os resultados serão apresentados à Capitania dos Portos de São Paulo (CPSP) para a homologação do novo calado operacional.

Fonte: A Tribuna Digital - SP

Data: 10/09/2024

CONSELHO DESTINA MAIS DE R\$ 11 BILHÕES PARA FINANCIAR PROJETOS NO SETOR NAVAL

Serão 32 projetos privados voltados à modernização

Por ATribuna.com.br



Investimento será estratégico para a descarbonização da logística (FreePik)

O Conselho Diretor do Fundo da Marinha Mercante (CDFMM) aprovou a liberação de R\$ 11,97 bilhões para financiar 32 projetos privados voltados à modernização do setor naval. As iniciativas abrangem a construção, modernização, conversão, docagem e reparo de embarcações, além de melhorias em estaleiros e terminais portuários. O anúncio foi feito na semana passada.

Entre os projetos contemplados, o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) aprovou um financiamento de R\$ 3,7 bilhões para a LHG Logística Ltda. O recurso será utilizado na construção de 400 balsas e 15 empurradores destinados ao transporte hidroviário de minérios de ferro e manganês pelos rios Paraná e Paraguai. As embarcações serão produzidas em seis estaleiros brasileiros ao longo dos próximos quatro anos, gerando cerca de 5,5 mil empregos diretos e indiretos, com a maioria dos recursos destinados às regiões Norte e Nordeste.

Expansão

O projeto permitirá a ampliação do escoamento de minérios extraídos em Corumbá (MS) através da hidrovia até o terminal de Nova Palmira, no Uruguai. Com isso, espera-se uma redução significativa das emissões de gases do efeito estufa em comparação aos modais rodoviário e ferroviário, contribuindo para a descarbonização da logística brasileira.

Empregos

O ministro de Portos e Aeroportos, Silvio Costa Filho, afirma que a aprovação do projeto irá fortalecer a indústria naval e gerar empregos nas regiões Norte e Nordeste, além de reforçar a integração regional com Paraguai, Argentina e Uruguai.

O trecho nacional da Hidrovia Paraguai foi priorizado no Plano Geral de Outorgas (PGO), podendo ser transformado em concessão nos próximos anos.

O Fundo da Marinha Mercante, administrado pelo Ministério de Portos e Aeroportos e pelos bancos públicos federais, visa promover o desenvolvimento da marinha mercante e das indústrias de construção e reparação navais no Brasil.

Fonte: A Tribuna Digital - SP

Data: 10/09/2024



ME – MOVIMENTO ECONÔMICO

BAHIA LIBERA INCENTIVOS E ATRAI BIORREFINARIA DE ETANOL DE CEREAIS DE R\$ 1,2 BI

Com a nova medida, a Bahia quer ser autossuficiente e até exportadora de etanol. Biorrefinaria da Inpasa deve gerar 3 mil empregos diretos e entrar em operação em 2026

Da Redação ME - redacao@movimentoeconomico.com.br

A produção de etanol na Bahia passará a ter incentivos fiscais do governo do estado, com um projeto para tornar o estado autossuficiente. Os benefícios passam a ser válidos a partir de desta quarta-feira (11), com a publicação no Diário Oficial do Estado do decreto nº 23.061, assinado pelo governador baiano, Jerônimo Rodrigues. Na mesma linha, também foi assinado um acordo de intenção para um investimento de R\$ 1,2 bilhão para a instalação de uma nova biorrefinaria.



Empresa paraguaia fundada em 2006, a Inpasa possui três plantas de biorrefinaria de etanol em atividade no Brasil, sendo duas no Mato Grosso e uma no Mato Grosso do Sul. Foto: Inpasa/Divulgação

O decreto nº23.061 prevê como incentivo um crédito presumido de 75% do Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços (ICMS) sobre as operações com etanol anidro, que contém uma pequena quantidade de água e é misturado com a gasolina para reduzir a emissão de poluentes, e hidratado, comercializado nos postos de combustíveis.

Jerônimo falou sobre a importância dessa ação para a economia da Bahia e para geração de energias limpas, “O Estado tem atraído empresas que aliam geração de emprego e renda e desenvolvimento sustentável. A alteração da legislação significa mais investimento em energia limpa”.

Também estão previstos para receberem incentivos os DDGs, coproduto gerado a partir da produção de etanol de milho que pode ser usado na alimentação animal, e óleos diversos.

O secretário da fazenda, Manoel Vitória, também comentou sobre medidas que serão implantadas para fortalecer o mercado interno do estado. “Ainda será concedido um crédito presumido médio por litro de álcool anidro para a indústria fabricante, evitando aquisições do produto de outros estados com crédito fiscais superiores, medida que irá favorecer a arrecadação da Bahia”, declarou o secretário.

De acordo com Paulo Guimarães, diretor-presidente da Empresa Baiana de Ativos S.A (BahiaInveste), a partir dessas mudanças o estado pretende se tornar autossuficiente na produção e consumo de etanol. A situação atual evidencia a Bahia como importador de aproximadamente 80% do etanol utilizado no estado, entretanto é esperado que após os incentivos a Bahia deixe de importar e se transforme em exportador do produto

“Considerando que o etanol é um dos combustíveis renováveis mais importantes, existem diversos protocolos de intenções para que tenhamos mais fábricas aqui. Já temos uma em Rosário, dois projetos na região do Luís Eduardo Magalhães e outro em Santa Rita de Cássia, todas no Oeste do estado”, declarou Paulo.



Governador da Bahia, Jerônimo Rodrigues, assinou decreto que estabelece novos incentivos fiscais para a fabricação de etanol. O ato também incluiu o anúncio da instalação de uma nova planta de biorrefinaria em Luís Eduardo Magalhães, na região Oeste. Foto: Mateus Pereira/GOVBA

Biorrefinaria em Luís Eduardo Magalhães

Além do decreto garantidor de incentivos, também foi assinado um acordo de intenção para um investimento de aproximadamente R\$ 1,2 bilhão que visa construir uma biorrefinaria em Luís Eduardo Magalhães.

O pacto foi firmado entre a Secretaria da Fazenda (Sefaz), Secretaria de Desenvolvimento Econômico (SDE) e a Inpasa pretende gerar um total aproximado de 3 mil empregos diretos e tem como meta que planta já esteja pronta para utilização no início de 2026.

“A expectativa é de que sejam gerados cerca de 2,5 mil empregos diretos durante a obra e mais de 450 empregos diretos com o início das operações. Para viabilizar o empreendimento serão envolvidos cerca de 200 fornecedores diretos e mais de 10 mil cargas transportadas”, garantiu o vice-presidente da Inpasa no Brasil, Rafael Ranzolin.

A biorrefinaria utilizará cereais, principalmente o milho e o sorgo, para produzir tanto o etanol anidro e hidratado, quanto as DDGs e óleo bruto de milho, além de ter geração e exportação de energia elétrica. É esperado que a indústria tenha uma capacidade de processamento anual de 1 milhão de toneladas de grãos, e que produza anualmente 460 milhões litros de etanol, 230 mil toneladas de DDGS, 23 mil toneladas de óleo vegetal e 200 GWh de energia elétrica.

A Inpasa é uma empresa paraguaia fundada em 2006 e produz biocombustíveis à base de cereais, principalmente o milho. Com a nova unidade, a Inpasa chegará a quatro plantas no Brasil, além de possuir outras duas no Paraguai.

A Inpasa já possui três usinas em funcionamento no Brasil, sendo duas em Mato Grosso, em Sinop e Nova Mutum, e uma no Mato Grosso do Sul, em Dourados. Considerando também as unidades paraguaias, a Inpasa será capaz de processar 12 milhões de toneladas de grãos por ano.

Anualmente a Inpasa produz 2,5 bilhões de litros de etanol, 1,2 milhão de toneladas de DDGs, 150 milhões de litros de óleo de milho e 1.022 GWh de energia elétrica.

Fonte: ME – Movimento Econômico
Data: 11/09/2024

GOVERNO AVALIA RETOMADA DE HORÁRIO DE VERÃO POR CONTA DA ESTIAGEM

Ministro de Minas e Energia disse em entrevista que retorno do horário de verão vem sendo debatido pelo governo Lula

Da Redação ME - redacao@movimentoeconomico.com.br



Extinto em 2009 no governo Bolsonaro, governo avalia retomar medida por conta de severa estiagem no país. Foto: Divulgação

A pior estiagem enfrentada pelo Brasil nos últimos 94 anos, acendeu o alerta no governo Lula para a possibilidade do retorno do horário de verão no Brasil. O ministro de Minas e Energia, Alexandre Silveira, e o vice-presidente, Geraldo Alckmin, não descartaram a medida como forma de fazer o país poupar energia.

O país vem enfrentando diversos problemas decorrentes da estiagem, que tem baixado consideravelmente níveis de diversos rios no país, sobretudo na região Norte, e a falta de chuvas tem contribuído para aumentar o número queimadas e deixar o ar cada vez mais seco.

Em entrevista ao Poder 360º na terça-feira (10), o ministro Alexandre da Silveira disse que não há risco de racionamento ou falta de energia no Brasil, mas que diante do cenário o governo avalia como possibilidade trazer de volta o horário de verão.

“Não tem nada certo, mas é uma possibilidade. Apesar de ser controverso do ponto de vista da opinião pública, há uma pequena maioria que gosta e, mais que isso, a economia agradece”, apontou Silveira.



Silveira avaliou ainda que o adiantamento em uma hora nos relógios traria benefícios para a microeconomia e aliviaria o consumo energético durante o pico de consumo elétrico durante a noite.

Ministro de Minas e Energia, Alexandre da Silveira, falou da possibilidade de retorno do horário de verão no país. Foto: Agência Brasil

“Quando se utiliza o horário de verão, dilui essa demanda e a necessidade do despacho de térmicas. Quando são liberadas do trabalho, as pessoas aproveitam mais o comércio, a praia e outras atividades com a luz do dia. Há um ganho no custo energético. E há também uma ampliação na segurança energética porque reserva mais capacidade térmica para utilizar em outros eventos”, disse.

Durante coletiva de imprensa após a cerimônia de lançamento do Nova Indústria Brasil – Missão 4: Indústria e Revolução Digital, realizada nesta quarta-feira (11), o vice-presidente e ministro do Desenvolvimento, Indústria, Comércio e Serviços (MDIC), Geraldo Alckmin, afirmou que a retomada do horário de verão pode ser uma “boa alternativa” para o Brasil poupar energia.

“Eu acho que o ministro de Minas e Energia, Alexandre Silveira, falou uma coisa importante. Não vai faltar energia. Mas nós precisamos todos ajudar. O horário de verão pode ser uma boa alternativa para poupar energia”, disse Alckmin.

O governo federal já adotou medidas para lidar com a crise energética. O Ministério de Minas e Energia autorizou o funcionamento de usinas termelétricas a gás de Santa Cruz (RJ), Linhares (ES) e Porto Sergipe (SE) para suprir parte da demanda de energia neste período do ano. Outra consequência direta da seca foi o acionamento da bandeira vermelha 1 nas tarifas de energia a partir de outubro.

Horário de Verão extinto por Bolsonaro

Em 2019, o governo de Jair Bolsonaro extinguiu a política de horário especial. No decreto, a justificativa para a medida levava em consideração estudos que analisaram a economia de energia no período e a forma como o relógio biológico das pessoas acabava sendo afetado.

O horário de verão foi instituído pela primeira vez no país no governo de Getúlio Vargas no verão de 1931/1932 e durou seis meses, entre 03 de outubro de 1931 a 31 de março de 1932.

Depois disso, vigorou entre os anos de 1949 a 1953, entre 1963 a 1968 e retornando em 1985 até períodos mais recentes.

Em 2008, a medida se tornou de caráter permanente e geralmente dura 120 dias, podendo variar de acordo com as avaliações feitas pelos governos.

Fonte: ME – Movimento Econômico

Data: 11/09/2024



Agência Nacional de Transportes Aquaviários

ANTAQ – AGÊNCIA NACIONAL DE TRANSPORTES AQUAVIARIOS

CONCESSÃO DA HIDROVIA DO RIO MADEIRA VAI EVITAR DESABASTECIMENTO EM RONDÔNIA

Documentos da licitação estão disponíveis no site da ANTAQ. Audiência Pública será divulgada em breve



Foto: Rio Madeira

Brasília, 11/09/2024 - A Agência Nacional de Transportes Aquaviários (ANTAQ) publicou os documentos relativos ao projeto de concessão da Hidrovia do Rio Madeira com o intuito de dar mais publicidade ao processo para os entes envolvidos. Acesse aqui.

O objetivo da Agência é fazer rodadas de reuniões com os



interessados no projeto antes da abertura do período de audiência pública, a fim de tornar a concessão mais adequada e atrativa para o mercado, para o setor e para a população.

Desde o início do processo da licitação, a ANTAQ realizou visitas técnicas à hidrovia e promoveu reuniões e diálogos para escutar a população e o setor acerca do projeto de concessão.

Abastecimento garantido

Com a concessão, será possível evitar o desabastecimento de combustíveis e reduzir a quase zero o risco de desabastecimento de produtos em Rondônia. Isso porque a Hidrovia do Rio Madeira é responsável pelo transporte desses insumos para o estado.

Além disso, com a garantia dos investimentos em manutenção da via será possível transportar carga por mais tempo, inclusive no período da seca, e o recebimento de embarcações maiores e com mais quantidades de cargas. Neste período, a profundidade mínima do Rio Madeira será de 3,5 metros (com um calado de 3 metros).

Com a manutenção do calado e a sinalização adequada, o transportador de carga terá um ganho de eficiência tendo em vista que as embarcações poderão trafegar à noite e com mais carga durante a seca. Com esse ganho de eficiência, a ANTAQ estima uma redução do custo das empresas de navegação em torno de 24%, frente a uma tarifa de menos de um real por tonelada.

A Hidrovia do Rio Madeira também é rota fundamental para o escoamento da produção de grãos dos estados do Mato Grosso e de Rondônia, bem como para o deslocamento de passageiros na região. Além disso, pelo projeto, a hidrovia vai movimentar principalmente soja; milho; grãos líquidos e combustíveis; veículos; fertilizantes; contêineres; e outras cargas gerais.

Tarifa baixa e gratuita

Na modelagem ficou definido que somente será feita a cobrança de tarifa para a movimentação de cargas quando a concessionária começar a prestar o serviço. Em relação ao transporte de passageiros e a pequenas embarcações não haverá cobrança de tarifa.

A previsão de tarifa, pré-leilão, é de R\$0,80 por tonelada de cargas. O critério de licitação será menor tarifa, por isso esse valor poderá ser reduzido.

Sobre a concessão

A Hidrovia do Rio Madeira compreende o trecho entre Porto Velho e sua foz, abrangendo os estados de Rondônia e Amazonas, com extensão de 1.075 km. Com a concessão será possível gerar emprego e renda de maneira sustentável para a região.

Serviços de dragagem, derrocagem, balizamento e sinalização adequados e a manutenção e operação de seis Instalações Portuárias Públicas de Pequeno Porte (IP4s), previstos para a concessão, irão garantir segurança e confiabilidade da navegação.

O investimento direto estimado para os 12 anos de concessão é de R\$ 109 milhões, a previsão de Opex é de R\$ 477,73 milhões. Além disso, será feito um aporte de R\$ 561,35 milhões da venda da Eletrobras ao projeto.

Em 2023, as hidrovias foram responsáveis por transportar mais de 157 milhões de toneladas de carga, quase 10% de todo o transporte aquaviário ocorrido no período. Esse volume de carga transportada tem um potencial ainda maior para ser desenvolvido e a busca por investimento privado nesse segmento vai ao encontro da busca por uma maior eficiência logística nacional.

Sustentabilidade

Hidrovia é o modo de transporte mais sustentável e eficiente. Essas vias são de 4 a 5 vezes menos poluentes que o transporte rodoviário e emitem 1,5 vezes menos carbono que uma ferrovia.

No projeto também está previsto o Programa Carbono Sustentável que tem como objetivos a promoção da responsabilidade ambiental no setor hidroviário, a conservação dos recursos naturais e do ecossistema do Rio Madeira, o fortalecimento das relações com as comunidades locais e demais entes envolvidos e a contribuição para a preservação do meio ambiente e a mitigação das mudanças climáticas.

Fonte: ANTAQ – Agência Nacional de Transportes Aquaviários

Assessoria de Comunicação Social/ANTAQ

Fone: (61) 2029-6520

FAX: (61) 2029-6517

E-mail: asc@antaq.gov.br

Data: 11/09/2024

ANTAQ REALIZA REUNIÃO PARTICIPATIVA, EM SÃO PAULO (SP), PARA DISCUTIR AGENDA REGULATÓRIA 2025-2028



Encontro presencial acontece na próxima terça-feira (17), em São Paulo, focando no tema instalações portuárias

Portal reunião participativa presencial SP.png

Brasília, 11/09/2024 - A Agência Nacional de Transportes Aquaviários (ANTAQ) realizará, no dia 17 de setembro de 2024, às 14h30, reunião presencial para discutir e receber contribuições para a Proposta de Agenda Regulatória 2025-2028. O

encontro, que ocorrerá no espaço executivo da Federação das Indústrias do Estado de São Paulo (Fiesp), em São Paulo (SP), abordará temas relacionados às instalações portuárias.

Este é o segundo de três encontros. A próxima reunião ocorrerá em Manaus (AM) no dia 3 de outubro, focando na navegação interior. O primeiro encontro foi realizado em 3 de setembro no Rio de Janeiro (RJ).

A Agenda Regulatória 2025-2028 é uma ferramenta essencial para o planejamento e priorização das ações regulatórias da ANTAQ, promovendo transparência e previsibilidade. Documentos técnicos estão disponíveis no site da Agência. A reunião será transmitida ao vivo pelo canal da ANTAQ no YouTube, sem necessidade de inscrição para assistir.

Durante o encontro, também serão aceitas contribuições para a Agenda de Avaliação de Resultado Regulatório (ARR) 2023-2026.

Há 50 vagas presenciais disponíveis para o evento, com prioridade para os inscritos que desejam se manifestar oralmente. Interessados devem se inscrever presencialmente na recepção do espaço executivo da Fiesp.

Tomadas de subsídios

Até às 23h59 do dia 4 de outubro de 2024 está aberto o período de contribuições das tomadas de subsídios que tratam da Agenda Regulatória para o quadriênio 2025-2028 e da Agenda de Avaliação de Resultado Regulatório (ARR) 2023-2026. Para mais informações e envio das contribuições acesse o link.

Serviço

O quê: Segunda reunião participativa para tratar da Agenda Regulatória 2025-2025

Quando: terça-feira (17), a partir das 14h30

Local: Espaço Executivo da FIESP - Avenida Paulista, 1.313, 15º andar, São Paulo - SP, 01311-923

Transmissão: canal da ANTAQ no YouTube

Inscrições para participação serão presenciais

Fonte: ANTAQ – Agência Nacional de Transportes Aquaviários
Assessoria de Comunicação Social/ANTAQ

Fone: (61) 2029-6520

FAX: (61) 2029-6517

E-mail: asc@antaq.gov.br

Data: 11/09/2024

PORTOS PÚBLICOS MOVIMENTAM 43,22 MILHÕES DE TONELADAS DE CARGAS E APRESENTAM CRESCIMENTO EM JULHO DE 2024

O número representou um aumento de 6,02% no mês para os portos públicos



Foto: Porto de Rio Grande (RS)

Brasília, 10/09/2024 - Os portos públicos apresentaram um aumento de 6,02% na movimentação do mês de julho deste ano, atingindo 43,22 milhões de toneladas de cargas, segundo os dados do Estatístico Aquaviário da Agência Nacional de Transportes Aquaviários (ANTAQ).

A movimentação portuária total para o mês foi de 118,96 milhões de toneladas de cargas, um crescimento de 1,38% em comparação com o mesmo período do ano passado. No acumulado do ano, o aumento na movimentação foi de 3,96% (764,7 milhões) frente aos sete primeiros meses de 2023.

No mês, as cargas que apresentaram maior crescimento percentual, na movimentação portuária total, Trigo (+59,75%), Açúcar (+22,18%) e Adubos Fertilizantes (+18,55%).

Cargas

Em relação às cargas containerizadas, a movimentação de julho atingiu 13,34 milhões de toneladas, um aumento de 17,98% em comparação com o mesmo período do ano passado, representando 1,2 milhão de TEUs. Desse total, 9,04 milhões de toneladas foram movimentadas em longo curso e 4,16 milhões por cabotagem.

Os graneis sólidos apresentaram crescimento de 1,6% frente a julho de 2023. Foram 73,45 milhões de toneladas registradas no sétimo mês do ano. Carga geral também teve crescimento durante o mês de julho com 11,74%, o que representa uma movimentação de 5,2 milhões de toneladas de cargas. Por sua vez, graneis líquidos movimentaram 26,96 milhões de toneladas (- 7,29%).

Navegação

Apoio portuário foi o tipo de navegação com maior crescimento em julho comparado ao mesmo mês de 2023. Foram movimentados 0,16 milhão de toneladas de cargas, um aumento de 9,81%.

A movimentação de cargas de longo curso foi de 85,51 milhões de toneladas no sétimo mês de 2024, apresentando crescimento de 3,21% em comparação com o mesmo período do ano passado.

A cabotagem apresentou uma queda de 1,71% em comparação com o mesmo período do ano passado, atingindo uma movimentação de 25,29 milhões de toneladas. As operações de carga em navegação interior apresentaram recuo de 6,33%, totalizando 7,92 milhões de toneladas movimentadas.

Portos Públicos

Entre os 10 portos públicos que mais movimentam no país, o com maior crescimento em julho foi o Porto do Rio Grande (RS). O aumento foi de 34,01%, em comparação com julho de 2023, e a movimentação atingiu 2,74 milhões.

Seguido pelo Porto de Suape (PE) com um acréscimo de 18,76% (2,28 milhões) e o Porto de Itaguaí (RJ) com 14,1% (6,02 milhões).

Terminais Privados

Nos terminais autorizados houve uma queda de 1,09% na movimentação em relação a julho do ano passado. O setor movimentou 75,74 milhões de toneladas de cargas.

Entre os 20 TUPs que mais movimentaram em julho, o terminal privado que mais cresceu no mês, em comparação com 2023, foi o Terminal Integrador Portuário Luiz Antonio Mesquita (TIPLAM), localizado em São Paulo, com 26,84%. Ao todo foram movimentados 1,37 milhão de toneladas de cargas no terminal no sétimo mês do ano.

Painel Estatístico

O Painel Estatístico da ANTAQ pode ser acessado via smartphones e tablets, disponível no site da Agência. Na consulta eletrônica podem ser checados dados de transporte de longo curso, cabotagem, vias interiores, além da movimentação portuária de contêineres.

Fonte: ANTAQ – Agência Nacional de Transportes Aquaviários
Assessoria de Comunicação Social/ANTAQ

Fone: (61) 2029-6520

FAX: (61) 2029-6517

E-mail: asc@antaq.gov.br

Data: 10/09/2024

INSCRIÇÕES PARA O PRÊMIO ANTAQ 2024 ENCERRAM NESTA QUINTA-FEIRA (12)



Neste ano, a premiação conta com categoria inédita, a de Gênero e Diversidade. Edital está disponível no site da ANTAQ

Banner - Prêmio ANTAQ 24 - Inscrição até 12.09_v02.png

Brasília, 09/09/2024 - O prazo de inscrições para o Prêmio ANTAQ 2024 - “Emergência Climática em ESG” se estende até a próxima quinta-feira (12). O edital com todas as informações necessárias sobre como concorrer

à premiação está disponível no site da Agência Nacional de Transportes Aquaviários (ANTAQ).

Neste ano, a premiação conta com categoria inédita, a de Gênero e Diversidade, que busca reconhecer empresas do setor que realizaram ações relativas à igualdade de gênero, à redução das desigualdades, à promoção da diversidade e à inclusão de minorias em seu ambiente de trabalho e operações. Essas iniciativas devem gerar impactos positivos, contribuindo para um ambiente mais inclusivo, justo e representativo.

Além dessa, o prêmio tem mais cinco categorias: Desempenho Ambiental – IDA; Iniciativas Inovadoras; Artigos Técnico-Científicos; Conformidade Regulatória; e Pesquisa de Satisfação dos Usuários - PSU da navegação longitudinal de passageiros e misto.

O Prêmio ANTAQ reconhece e incentiva iniciativas que se destacaram por sua contribuição na melhoria da prestação de serviços de transportes aquaviários à sociedade, fomentar a pesquisa e a produção técnico-científica e disseminar melhores práticas ESG (Ambiental, Social e Governança, em português) e de inovação na operação e gestão no setor.

Inscrições

Para concorrer às categorias Iniciativas Inovadoras, Artigo Técnico-Científico e Gênero e Diversidade as inscrições devem ser efetuadas até às 23h59 do dia 12 de setembro de 2024 (horário de Brasília). As demais categorias não necessitam de inscrição.

Somente inscrições feitas via internet serão aceitas, conforme procedimentos especificados no edital. O formulário de inscrição vai ficar disponível neste link.

Fonte: ANTAQ – Agência Nacional de Transportes Aquaviários

Assessoria de Comunicação Social/ANTAQ

Fone: (61) 2029-6520

FAX: (61) 2029-6517

E-mail: asc@antag.gov.br

Data: 09/09/2024

GOV.BR – MINISTÉRIO PORTOS E AEROPORTOS - DF

HIDROVIA - PRESIDENTE LULA E MINISTRO SILVIO COSTA FILHO ANUNCIAM INVESTIMENTOS DE R\$ 500 MILHÕES PARA COMBATER ESTIAGEM E INCÊNDIOS NA REGIÃO AMAZÔNICA

Aporte faz parte do plano do Governo Federal para mitigar os efeitos da pior seca enfrentada pelo estado em 45 anos



Governo Federal destina recurso e monta ação para combater ações climáticas na Amazônia - Foto: Eduardo Oliveira/MPor

Para amenizar os impactos da crise climática sem precedentes que assola a região Norte do país, o Governo Federal, por meio de ações interministeriais, anunciou nesta terça-feira (10) investimentos da ordem de R\$ 500 milhões para garantir a navegação dos rios que cortam os estados da Amazônia e para o combate aos incêndios ocasionados especialmente pela falta de chuva naquela região do país. O evento foi realizado na sede da Superintendência da Zona Franca de Manaus (Suframa), com a presença do presidente Luiz Inácio Lula da Silva, de ministros e representantes de órgãos da União.

Grande parte do recurso será aplicado no maior estado brasileiro, o Amazonas. Por lá, dos 62 municípios, 61 tiveram reconhecimento federal da situação de emergência em função da estiagem. Para promover a navegabilidade segura dos produtos pelos rios do estado, o Ministério de Portos e Aeroportos (MPor) está investindo R\$ 500 milhões para realização de obras de dragagens e de manutenção nos rios Amazonas e Solimões.

Uma das ações confirmadas é a dragagem do rio Amazonas, no trecho de 200 quilômetros entre Manaus e Itacoatiara (AM). A ordem de serviço para o início das obras, que terá investimento de R\$ 92,8 milhões, foi assinado pelo ministro de Portos e Aeroportos, Silvio Costa Filho, e o presidente Lula. O contrato garante a continuação do serviço de dragagem para os próximos cinco anos, além da manutenção aquaviária e a sinalização náutica do rio Amazonas.

Costa Filho declarou que o plano traçado pelo governo vai garantir a continuidade do escoamento da safra e a navegação dos insumos produtos na Zona Franca de Manaus. "O presidente Lula nos determinou que a gente pudesse fazer efetivamente uma ação concreta, que não fosse apenas algo emergencial, para a gente fazer uma ação em relação à dragagem. A gente está fazendo pela primeira vez na história do estado um processo licitatório na ordem de R\$ 500 milhões, que vai garantir dragagem para os próximos 5 anos nos rios Amazonas e Solimões. Isso significa dizer que independentemente do presidente ou do ministro, os serviços estão garantidos", afirmou.

Serviços em contratação

Os trabalhos de dragagem também estão garantidos em três trechos do rio Solimões. Um deles será realizado entre Coari-Codajás. Neste trecho, o valor estimado para licitação é de R\$ 129,1 milhões. Em outro ponto do rio, entre Benjamin Constant – Tabatinga, o processo para garantir o serviço está avançado e os trabalhos devem ser iniciados ainda este ano, com aporte de R\$ 139,8 milhões. O último seguimento com contratação garantida está localizado entre os municípios de Benjamin Constant e São Paulo de Olivença. Os recursos previstos são de R\$ 112,3 milhões. A previsão é que todas as dragagens mencionadas tenham início ainda este ano.

Ação entre órgãos

Os recentes desafios climáticos têm empregado grande esforços de órgãos do governo para pensar e executar ações que possam amenizar os impactos sobre as florestas e o bioma brasileiro. A região Amazônica tem enfrentado condições climáticas extremas, que aumentam a probabilidade e intensidade dos incêndios. Para contornar essa situação, o presidente Lula assinou o decreto que dispõe sobre a criação do Comitê de Manejo Integrado do Fogo e sobre o centro integrado multiagência de coordenação operacional federal, que tem a função de monitorar e articular as ações de controle e de combate aos incêndios florestais.

Fonte: GOV. Federal - BR – Ministério Portos e Aeroportos - DF

Data: 10/09/2024

LEVANTAMENTO - MOVIMENTO EM PORTOS PÚBLICOS TEVE CRESCIMENTO DE 6% NO MÊS DE JULHO

Movimentação portuária total para o mês foi de 118,96 milhões de toneladas de cargas, crescimento de 1,38% em comparação com o mesmo período de 2023



As cargas que apresentaram maior crescimento percentual, na movimentação portuária total, foram trigo, açúcar e adubos fertilizantes - Foto: Divulgação/Antaq

Os portos públicos brasileiros movimentaram 43,22 milhões de toneladas de cargas no mês de julho deste ano, um aumento de 6,02% em relação ao mesmo período do ano anterior. Isso é o que mostra o Estatístico Aquaviário da Agência Nacional de Transportes Aquaviários (Antaq), divulgado nesta terça-feira (10).

Segundo o levantamento, a movimentação portuária total para o mês foi de 118,96 milhões de toneladas de cargas, um crescimento de 1,38% em comparação com o mesmo período do ano passado. No acumulado do ano, o aumento na movimentação foi de 3,96% (764,7 milhões) frente aos sete primeiros meses de 2023.

As cargas que apresentaram maior crescimento percentual no mês, na movimentação portuária total, foram Trigo (+59,75%), Açúcar (+22,18%) e Adubos Fertilizantes (+18,55%).

Segundo o Ministro de Portos e Aeroportos, Silvio Costa Filho, esses resultados refletem os investimentos que o governo federal vem promovendo nos complexos portuários brasileiros, "que são de grande importância para o crescimento da economia do Brasil", afirmou.

"Os investimentos para modernização e crescimento dos nossos portos vão garantir mais competitividade e cada vez mais operações para o país. A atividade portuária é fundamental para o crescimento do PIB brasileiro e responsável por gerar emprego e colocar o alimento na mesa do brasileiro", destacou o ministro.

Portos Públicos

Como destaques de movimentações, o porto público com maior crescimento em julho foi o Porto de Rio Grande (RS). O aumento foi de 34,01%, em comparação com julho de 2023, e a movimentação

atingiu 2,74 milhões. Seguido pelo Porto de Suape (PE), com um acréscimo de 18,76% (2,28 milhões), e o Porto de Itaguaí (RJ), com 14,1% (6,02 milhões).

Cargas

Em relação às cargas containerizadas, a movimentação de julho atingiu 13,34 milhões de toneladas, um aumento de 17,98% em comparação com o mesmo período do ano passado, representando 1,2 milhão de TEUs. Desse total, 9,04 milhões de toneladas foram movimentadas em longo curso e 4,16 milhões por cabotagem.

Os graneis sólidos apresentaram crescimento de 1,6% frente a julho de 2023. Foram 73,45 milhões de toneladas registradas no sétimo mês do ano. Carga geral também teve crescimento durante o mês de julho com 11,74%, o que representa uma movimentação de 5,2 milhões de toneladas de cargas. Por sua vez, graneis líquidos movimentaram 26,96 milhões de toneladas (- 7,29%).

Navegação

Apoio portuário foi o tipo de navegação com maior crescimento em julho comparado ao mesmo mês de 2023. Foram movimentados 0,16 milhão de toneladas de cargas, um aumento de 9,81%.

A movimentação de cargas de longo curso foi de 85,51 milhões de toneladas no sétimo mês de 2024, apresentando crescimento de 3,21% em comparação com o mesmo período do ano passado.

A cabotagem apresentou uma queda de 1,71% em comparação com o mesmo período do ano passado, atingindo uma movimentação de 25,29 milhões de toneladas. As operações de carga em navegação interior apresentaram recuo de 6,33%, totalizando 7,92 milhões de toneladas movimentadas.

Com informações da Assessoria da Agência Nacional de Transportes Aquaviários

Fonte: GOV. Federal - BR – Ministério Portos e Aeroportos - DF

Data: 10/09/2024

RODOVIAS - DE PITANGUI A PARÁ DE MINAS: TRECHO DA BR-352/MG É REVITALIZADO PELO GOVERNO FEDERAL

Melhorias foram executadas em 20 quilômetros da rodovia, garantindo nova sinalização e mais segurança para os usuários



Investimento de R\$ 6 milhões contemplou reparos no pavimento, fresagem, microrrevestimento e nova sinalização - Foto: DNIT/Divulgação

Com a segunda maior malha rodoviária do país, Minas Gerais tem recebido investimentos robustos do Governo Federal, sob coordenação do Ministério dos Transportes. Hoje, os cerca de 5 mil quilômetros de estradas federais que cortam o território mineiro estão totalmente cobertos por contratos de manutenção. Uma das obras mais recentes

entregues no estado é a revitalização de 20 quilômetros em trechos descontínuos da BR-352/MG, entre Pitangui e Pará de Minas (do Km 444 ao 474).

Executados pelo Departamento Nacional de Infraestrutura de Transportes (DNIT), os serviços foram concluídos em agosto, garantindo condições adequadas para quem trafega pela região. Um

investimento na ordem de R\$ 6 milhões, que contemplou reparos no pavimento, fresagem e microrrevestimento asfáltico, além de ações rotineiras como roçada, limpeza dos dispositivos de drenagem e melhorias nas sinalizações horizontal e vertical da via. Outros trechos da BR-352/MG seguem recebendo melhorias, por meio do contrato de manutenção e conservação vigente.

A BR-352 conecta Minas Gerais e Goiás, sendo um importante corredor logístico para a produção agrícola e pecuária entre esses estados e outros destinos do país. O trecho que acaba de ser revitalizado fica na Região Centro-Oeste de Minas Gerais e é crucial para o escoamento da produção local, especialmente de suínos e aves. O polo industrial da região também contribui significativamente para o Produto Interno Bruto mineiro.

Com informações da Coordenação-Geral de Comunicação do DNIT

Fonte: GOV. Federal - BR – Ministério dos Transportes - DF

Data: 11/09/2024

TRANSPARÊNCIA - MINISTÉRIO DOS TRANSPORTES REALIZA A PRIMEIRA REUNIÃO DO COMITÊ DE GOVERNANÇA DO PLANEJAMENTO INTEGRADO DE TRANSPORTES

Comitê interministerial possui representantes da pasta dos Transportes, de Portos e Aeroportos, Planejamento e Casa Civil. Foco é nas estratégias de longo prazo para a infraestrutura do país



Documentos aprovados serão divulgados no Diário Oficial da União - Foto: Eduardo Cysne/MT

Com o objetivo de consolidar o planejamento de infraestrutura no longo prazo, construído com várias mãos, o Ministério dos Transportes organizou nesta quarta-feira (11) a primeira reunião do Comitê de Governança do Planejamento Integrado de Transportes (CGPIT).

“Esse grupo foi criado a partir de uma determinação do Tribunal de Contas da União, que apontou que por vários governos seguidos não havia coordenação das ações entre áreas de infraestrutura. A nossa intenção é construir uma solução conjunta, um Plano Nacional de Logística (PNL) bem mais próximo da realidade”, explicou o secretário-executivo do Ministério dos Transportes, George Santoro.

A reunião marca o início do segundo ciclo do Planejamento Integrado de Transportes (PIT), política pública responsável por construir, principalmente, o Plano Nacional de Logística e os Planos Setoriais Rodoviário, Ferroviário, Portuário, Aeroportuário e Hidroviário. Como representantes, participaram do Comitê Maurício Muniz Barretto de Carvalho, subchefe da Secretaria Especial de Articulação e Monitoramento da Casa Civil, Tetsu Koike, Diretor de Programa de Políticas Setoriais de Portos e Aeroportos, e Flávia Pereira, subsecretária de Programas de Infraestrutura e Planejamento Territorial do ministério de Planejamento e Orçamento.

Como ações inaugurais, o Comitê aprovou o regimento interno, o modelo de governança e o Plano de Trabalho do Plano Nacional de Logística - PNL 2050. É a primeira vez que a governança do planejamento estará focada em maior diálogo e transparência com os outros atores da sociedade, para que as principais demandas identificadas possam ser incorporadas em uma metodologia inovadora, qualificada e amplamente divulgada.

“A gente está escutando todas as partes interessadas no planejamento. Vamos fazer pesquisa qualitativa do mercado, para que o diagnóstico seja condizente com a realidade”, destaca o coordenador geral de política de planejamento do Ministério dos Transportes, Rodrigo Ferreira. Outra etapa é a ampla divulgação. “Vamos trazer uma publicação completa da metodologia e produtos intermediários, para que as pessoas possam conferir o que está sendo feito durante o processo, e não só no final”, acrescenta.

Os documentos aprovados serão divulgados no Diário Oficial da União, uma prática que será regra nessa nova etapa do PIT. É mais uma forma de garantir lisura e prestação de contas durante todo o processo.

Sobre o PIT

O Decreto 12.022/24, que institui o Planejamento Integrado de Transportes (PIT), foi publicado no dia 17 de maio no Diário Oficial da União. A construção do PIT foi capitaneada pelo Ministério dos Transportes, em uma ação que contou com forte parceria do Ministério de Portos e Aeroportos.

Os esforços se concentram na elaboração do próximo Plano Nacional de Logística (PNL), que traz um horizonte de ações até 2050. O PNL 2050 passa pela construção dos planos setoriais. Por meio dele, serão estabelecidas as prioridades de investimentos para os subsistemas rodoviário, ferroviário, hidroviário, portuário e aeroviário, processo que conta com a abertura de consulta pública transparente e ampla.

Fonte: GOV. Federal - BR – Ministério dos Transportes - DF

Data: 11/09/2024

RODOVIAS - EM RESPOSTA À CRISE CLIMÁTICA NO AMAZONAS, GOVERNO FEDERAL ANUNCIA RETOMADA DE OBRAS NA BR-319/AM/RO

Durante evento com prefeitos do estado, presidente Lula assinou a ordem de serviço para pavimentação do km 198 ao 250. O Trecho Charlie. Segmento de 52km da rodovia que liga Manaus a Porto Velho já possui licença ambiental



Rodovia BR-319 em 52 km de extensão autorizados - FOTO: Divulgação/DNIT

Para combater de forma imediata a emergência climática que atinge o Amazonas, o Governo Federal decidiu autorizar as obras de pavimentação do trecho C da BR-319/AM/RO. Durante visita ao estado, nesta terça-feira (10), o presidente Lula assinou a ordem de serviço para início imediato dos trabalhos nos primeiros 20 quilômetros deste segmento. Nos próximos dias será lançado edital para licitar as obras de mais 32 quilômetros, totalizando 52 quilômetros de asfaltamento. A população

amazonense depende prioritariamente do rio para se deslocar, mas devido à seca que atinge a região diversas cidades e comunidades indígenas e ribeirinhas ficaram completamente isoladas.

"Neste país, ninguém será esquecido pela sua condição social. Eu vou cuidar primeiro daqueles que mais necessitam neste país, das pessoas mais afastadas. Eu ouvi hoje pessoas dizendo que o último médico que passou lá foi em fevereiro, que as crianças estão com dificuldade de ir na escola porque o rio baixou", disse o presidente Lula.

A BR-319/AM/RO liga Manaus, no Amazonas, a Porto Velho, em Rondônia. Já o segmento a ser pavimentado vai do km 198 ao km 250 e possui licença ambiental. Serão investidos R\$157,5 milhões para realização dos trabalhos. Esse pedaço da estrada é conhecido como Trecho C - ou Lote Charlie - e amplia a conexão com a capital, Manaus, permitindo mais rapidez para acesso a suprimentos e saúde. Ele antecede o chamado Trecho do Meio, que adentra pela região mais densa da floresta amazônica.

O Amazonas vive uma severa crise hídrica. Na última segunda-feira (9) o nível do Rio Negro, por exemplo, atingiu 17,73 metros conforme dados da Defesa Civil do estado, tendo baixado 25 centímetros em 24 horas em Manaus, e dois metros em apenas nove dias. Outro importante rio, o Solimões atingiu seu menor nível de menos 135 centímetros, na terça-feira (3), em Tabatinga.

Este cenário foi ressaltado pela ministra do Meio Ambiente, Marina Silva, durante a assinatura da ordem de serviço. "Neste momento estamos vivendo uma junção perversa de alguns fatores que

combinados estão criando esta situação. O primeiro é a mudança do clima que está mudando o regime de chuvas, o período de seca e de cheias. Ao lado de tudo isso temos o problema do desmatamento e das queimadas que agravam ainda mais essa situação", disse.

Atualmente, o Amazonas e Amapá, são os únicos estados do Brasil completamente desconectados da malha viária do restante do país. O projeto da BR-319/AM/RO responde a parte deste isolamento histórico. O projeto é de 1968, quando as obras foram iniciadas, sem nunca terem sido concluídas. Em 1988, a rodovia foi fechada devido ao abandono e falta de manutenção.

Fonte: GOV. Federal - BR – Ministério dos Transportes - DF

Data: 10/09/2024

FERROVIAS - TERMINAL RODOFERROVIÁRIO INAUGURADO EM ALVORADA COLOCA TOCANTINS NA ROTA DE EXPORTAÇÃO DO PAÍS

Ministro dos Transportes entregou, junto à concessionária Rumo, o primeiro terminal após a conclusão da Ferrovia Norte-Sul



Placa de inauguração foi revelada durante a manhã de hoje. O investimento para a obra, realizado pela concessionária Rumo em parceria com a cooperativa de agronegócio CHS, foi de R\$100 milhões. - FOTO: Marcio Ferreira/MT

Amalha ferroviária brasileira ganhou mais um reforço nesta terça (10): o terminal rodoferroviário em Alvorada (TO). Com capacidade para carregar em média 12 vagões por hora, podendo levar até 2 composições por dia, a nova estrutura vai possibilitar o transporte de até 5 mil toneladas de grãos diariamente.

“Esse terminal multimodal vai facilitar o deslocamento de grãos do estado do Tocantins para o Porto de Santos ou para o Porto de Itaquí, por meio da Ferrovia Norte Sul, que foi entregue pelo presidente Lula e já gera investimentos em todas as partes do país” destaca o ministro dos Transportes, Renan Filho, que participou da cerimônia de inauguração do Terminal.

Com vocação inicial para o transporte de soja e milho, e futuramente farelo, este é o primeiro ponto de carga com pátio de manobra a marcar a expansão da Ferrovia Norte-Sul no Tocantins. O local ainda possui um armazém com capacidade para 75 mil toneladas de grãos, permite a secagem e padronização das cargas, além de capacidade de receber 120 caminhões por dia.

“O terminal vai melhorar o escoamento da produção, garantir mais competitividade para a produção nacional, colaborar com a geração de empregos e o desenvolvimento do país”, pontuou Renan Filho.

A nova operação em Alvorada surge como alternativa logística para a economia agrícola da região, recebendo cargas do Tocantins, da Bahia e do leste de Mato Grosso. É um ponto estratégico para colocar o agronegócio desses locais na rota de exportação do país através do Porto de Santos, por onde se conecta aos mercados internacionais.

A infraestrutura foi implantada em uma área de aproximadamente 70 hectares, com destaque para a construção de um pátio que possibilita o transbordo da carga sem a necessidade de desmembramento do trem. O investimento, realizado pela concessionária Rumo em parceria com a cooperativa de agronegócio CHS, foi de R\$100 milhões.

Sobre a Ferrovia Norte-Sul

Em 2023 o Governo Federal concluiu a Ferrovia Norte-Sul, um empreendimento com 2.257 quilômetros de trilhos, que atravessa quatro regiões brasileiras. A obra, que conecta os portos de Itaquí (MA) e de Santos (SP), era esperada há quase quatro décadas.

A conclusão do empreendimento permite que três estados brasileiros com forte produção de commodities – como soja, milho e algodão – tenham saída para seus produtos pelo mar. Com a linha férrea, Goiás, Mato Grosso e Minas Gerais ganham competitividade no momento de exportar seus produtos, seja pelo litoral do Sudeste ou pelo Norte do país.

A conclusão da Ferrovia Norte-Sul marca a importância do modal ferroviário para o Governo Federal. No Novo PAC, os projetos ferroviários têm investimento previsto de R\$94,2 bilhões até 2026.

Fonte: GOV. Federal - BR – Ministério dos Transportes - DF

Data: 10/09/2024

BE NEWS

BE NEWS – BRASIL EXPORT

ESPECIAL FENAMAR - “A FENAMAR TEM UMA HISTÓRIA IMPORTANTE NO AGENCIAMENTO MARÍTIMO”

Presidente da federação que completa 35 anos, Marcelo Neri fala sobre o legado da entidade e a importância do agente marítimo no setor portuário e logístico

Por JÚNIOR BATISTA junior.basta@redebeneews.com.br e Da Redação redacao.jornal@redebeneews.com.br



Segundo o presidente da Fenamar, Marcelo Neri, a atividade do agente marítimo não é formalmente regulamentada e esse é, segundo ele, um dos principais desafios da categoria (Foto: Divulgação)

A FENAMAR SEGUE DESEMPENHANDO SEU PAPEL DE REPRESENTAR A CATEGORIA E GARANTIR QUE OS AGENTES MARÍTIMOS SEJAM RECONHECIDOS COMO PEÇAS FUNDAMENTAIS NA CADEIA LOGÍSTICA NACIONAL”

MARCELO NERI
presidente da Fenamar

A Federação Nacional das Agências de Navegação Marítima (Fenamar) completa neste mês de setembro 35 anos de uma luta incansável em defesa de uma categoria profissional muito importante para o setor portuário e logístico: a dos agentes marítimos. “A Fenamar tem uma história importante no agenciamento marítimo brasileiro”, diz o presidente da entidade, Marcelo Neri em um trecho desta entrevista. “Esse marco de 35 anos reflete o poder da união e da representatividade de classe, e nossa luta por melhores condições para a categoria”.

Para marcar essa trajetória vitoriosa será realizada uma comemoração nesta quarta-feira, dia 11, no Clube Naval, em Brasília (DF). Na ocasião haverá também o lançamento do livro Fenamar – Desafios e Conquistas do Agenciamento Marítimo Brasileiro.

Fundada no dia 7 de setembro de 1989, a federação sempre trabalhou pelo reconhecimento e valorização do agente marítimo. Um dos seus grandes méritos é conseguir dar visibilidade a todo o trabalho da categoria junto ao Governo Federal e aos órgãos anuentes. A entidade possui em seu escopo quatro sindicatos associados, atuando do Amazonas ao Rio Grande do Sul.

“O conceito de entidade de classe é o poder da conectividade. Unir vários profissionais, de várias empresas, representando vários sindicatos em busca de melhorias comuns ao setor transportador de Norte a Sul do país. Trata-se de um esforço que chancela a atuação do agente marítimo”, diz Marcelo Neri, que preside a Fenamar desde agosto de 2019 e também está à frente da empresa Amphamar, com sede em Santos (SP).

Para ele, o agente marítimo tem papel fundamental na cadeia logística de transportes. “Os portos só funcionam porque os agentes marítimos continuaram atuando, garantindo que as operações



seguissem normalmente”, afirma o executivo ao se lembrar do período mais crítico da pandemia de Covid-19, entre 2020 e 2021.

Confira a seguir os principais trechos da entrevista, em que Neri fala sobre os desafios da categoria, o futuro da infraestrutura portuária e o legado da Fenamar ao longo dos anos.

A Fenamar completa 35 anos neste mês. Como o senhor vê essa trajetória?

Estamos muito orgulhosos. A Fenamar tem uma história importante no agenciamento marítimo brasileiro, acompanhando 14 sindicatos que representam mais de quinhentas empresas em todo o país. Esse marco de 35 anos reflete o poder da união e da representatividade de classe, e nossa luta por melhores condições para a categoria. Esse conceito de conectividade, de unir empresas e profissionais, é essencial para buscarmos os interesses da categoria em todos os níveis.

Qual a importância do agente marítimo no contexto portuário brasileiro?

O agente marítimo tem um papel fundamental nos portos. Ele é o responsável por todo o trâmite de entrada e saída dos navios, sendo o elo entre as embarcações e as autoridades portuárias. Controlamos os sistemas governamentais, lidamos com todas as exigências legais, e durante a pandemia mostramos nossa essencialidade ao não pararmos de operar. Os portos só funcionam porque os agentes marítimos continuaram atuando, garantindo que as operações seguissem normalmente.

Quais são os maiores desafios enfrentados pela categoria atualmente?

Um dos grandes desafios é a falta de regulamentação específica para os agentes marítimos. Hoje, nossa atuação não é formalmente regulamentada por lei, o que nos coloca em uma área cinzenta. Apesar disso, somos essenciais para a logística portuária e para o comércio exterior. Estamos discutindo internamente se é o momento de buscar essa regulamentação, pois entendemos que ela poderia reforçar a relevância da nossa categoria.

E como o senhor avalia a infraestrutura portuária do Brasil?

O Brasil evoluiu muito desde a modernização dos portos, especialmente em setores como o agronegócio. Hoje, o país está no topo da exportação de grãos, com uma logística de carga a granel bastante eficiente. Porém, ainda estamos atrasados em relação ao transporte de contêineres, e temos grandes desafios nos acessos aos portos, tanto rodoviários quanto ferroviários. Precisamos melhorar a dragagem, a burocracia e os calados dos portos para torná-los mais competitivos internacionalmente.

Há algum aspecto histórico da profissão que lhe agrada mais?

Gosto de lembrar que o agenciamento marítimo é uma das profissões mais antigas da história. Remonta a cerca de 5 mil anos antes de Cristo, quando as primeiras embarcações já contavam com profissionais responsáveis por cuidar das operações nos portos. É fascinante ver como essa função evoluiu e continua essencial até hoje. A Fenamar segue desempenhando seu papel de representar a categoria e garantir que os agentes marítimos sejam reconhecidos como peças fundamentais na cadeia logística nacional.

Fonte: BE NEWS – BRASIL EXPORT

Data: 11/09/2024

ESPECIAL FENAMAR - GLEN FINDLAY DESTACA “TRABALHO FEITO POR MUITAS MÃOS” NA HISTÓRIA DA FENAMAR

Presidente entre 2001 e 2013 fala da importância da união e do trabalho coletivo nos 35 anos de atuação da entidade

Por **JÚNIOR BATISTA** junior.basta@redenenews.com.br



“Sempre lembro que o trabalho é feito por muitas mãos. Todos os presidentes dos sindicatos locais e a diretoria tiveram um papel fundamental”, diz Glen Gordon Findlay (Foto: Reprodução)

Glen Gordon Findlay, ex-presidente da Federação Nacional das Agências de Navegação Marítima (Fenamar) entre 2001 e 2013, destaca a importância da união e do trabalho coletivo ao longo dos 35 anos da entidade. Para ele, a trajetória de sucesso da federação é resultado do esforço conjunto de muitos profissionais e líderes do setor. “Não é possível resumir 35 anos em tão pouco tempo. Sempre lembro que o trabalho é feito por muitas mãos. Todos os presidentes dos sindicatos locais e a diretoria tiveram um papel fundamental. E os anos mais difíceis nem foram os meus”, afirma.

Segundo Findlay, o agente marítimo é o “elo indispensável da cadeia logística”, uma frase que, embora comum, reflete a realidade. “O agente fala com todo mundo: transportadora, porto, retroporto e todas as autoridades. Nenhum navio atraca ou sai sem a atuação do agente marítimo. Somos responsáveis por toda a documentação da carga e do navio”, explicou.

Findlay também ressaltou marcos importantes da Fenamar, como a entrada na Confederação Nacional do Transporte (CNT) e a visão dos fundadores ao criarem a federação. Além disso, ele lembrou o papel da Federação Internacional das Associações de Agentes Marítimos (Fonasba na sigla em inglês), que ampliou o alcance internacional do Brasil e permitiu ao país presidir essa entidade por duas vezes.

Em 25 de março de 1992, a Fenamar anunciava sua filiação à CNT, em Brasília (DF). O primeiro presidente, Ney Garcia Sotello, enfatizou à época que a adesão à CNT era um movimento estratégico destinado a fortalecer a representatividade da Federação e de seus sindicatos filiados no cenário nacional do transporte.

A descrição, registrada no livro Fenamar – Desafios e Conquistas do Agenciamento Marítimo Brasileiro, diz que tal admissão exigia, no entanto, procedimentos estatutários, incluindo a aprovação formal pelo Conselho de Representantes da Fenamar, conforme determinado pelos estatutos sociais da entidade. A obra será lançada oficialmente nesta quarta-feira, dia 11, no Clube Naval, em Brasília (DF).

O primeiro representante da Fenamar na CNT foi o próprio Sotello, tendo como suplente Elmar José Braun. A filiação à confederação foi vista como uma oportunidade para a ampla participação nas discussões e decisões em nível nacional, o que possibilitou com que a Fenamar pudesse contribuir de maneira mais efetiva para o desenvolvimento e aprimoramento do setor de transporte marítimo brasileiro.

Regulação

No campo regulatório, Findlay destacou a busca por um “selo de qualidade” para a profissão, além da inclusão dos agentes marítimos no programa Operador Econômico Autorizado (OEA), um reconhecimento da essencialidade e confiabilidade do setor.

Com esses 35 anos de história, a Fenamar reafirma sua posição como uma instituição essencial para a logística portuária e para o comércio exterior brasileiro.

Fonte: BE NEWS – BRASIL EXPORT

Data: 11/09/2024

ESPECIAL FENAMAR - EX-PRESIDENTES COMENTAM SOBRE ATUAÇÃO DA FENAMAR

Por JÚNIOR BATISTA junior.basta@redenenews.com.br



Sotello: Fenamar foi “a realização de um sonho”

Ney Garcia Sotello

Presidente fundador da Federação Nacional das Agências de Navegação Marítima (Fenamar), o empresário Ney Garcia Sotello (falecido em 2014, aos 83 anos) afirmava que a criação da entidade foi “a realização de um sonho que havia iniciado em 1985, no I ENAP – Primeiro Encontro Nacional das Associações Profissionais, realizado em Santos”.

Sotello esteve à frente da Fenamar de 1989 a 1995. “O sonho foi de aglutinar os poucos sindicatos das agências de navegação marítima, então existentes, dentro de uma federação nacional. Ao ser realizado o V ENAP (Encontro Nacional de Autoridades Portuárias) em Recife, em 1989, os cinco sindicatos existentes resolveram criar a Fenamar, no dia 07 de setembro de 1989. Não foi um caminho fácil”, destacou o executivo durante a assembleia da Fenamar de 1 de setembro de 1995, quando encerrou seu mandato como presidente.

Federação é a “voz nacional unificada” dos agentes, diz Branco

Antonio Rodrigues Branco



A fundação da Federação Nacional das Agências de Navegação Marítima (Fenamar), em 1989, se deve à vontade dos agentes de navegação de ter “uma voz nacional unificada para reivindicar a modernização das normas que regulavam a atividade e entravavam as operações portuárias”. A afirmação é de Antônio Carlos Rodrigues Branco, que presidiu a entidade de 1995 a 2001.

Foi na gestão de Branco quando a Fenamar se filiou à Federação das Associações Nacionais de Agentes de Navegação (Fonasba), passando “a participar de estudos em âmbito mundial para, também nesse plano, estabelecer normas protetivas da atividade do agenciamento marítimo e fortalecimento da logística marítima do comércio exterior”. Nesse período, destaca o executivo, a Fenamar também incentivou a criação de sindicatos empresariais em todos os estados com atividade marítima e intensificou sua interação com as demais autoridades do setor e as entidades empresariais, atuando no processo de modernização dos portos dos anos 90.



Para Rocha Júnior, Fenamar garante “mais força para o agente”

Waldemar Rocha

Presidente da Federação Nacional das Agências de Navegação Marítima (Fenamar) de 2013 a 2019, o empresário Waldemar Rocha Júnior apresenta a entidade como estratégica para a categoria, ao congrega os sindicatos de agentes de navegação do Brasil e suas agências afiliadas.

“A Fenamar reúne (sindicatos e agentes) em um fórum de debates do Brasil todo e, assim, conseguimos maior força para negociar com autoridades e outros órgãos”, explicou. Em sua gestão, ele destaca o trabalho pela valorização e o reconhecimento do agente marítimo, “um tema que continua na Fenamar, uma pauta constante das nossas assembleias”.

Fonte: BE NEWS – BRASIL EXPORT

Data: 11/09/2024

ESPECIAL FENAMAR - FENAMAR COMEMORA 35 ANOS REGISTRANDO SUA TRAJETÓRIA EM LIVRO

Historiador dá detalhes do processo de elaboração de Fenamar – Desafios e Conquistas do Agenciamento Marítimo Brasileiro

Por JÚNIOR BATISTA junior.basta@redenenews.com.br



Para a elaboração do livro, o autor Sérgio Williams conta que optou por uma narrativa cronológica, estruturando os capítulos de acordo com a evolução da Fenamar, ano a ano (Foto: Divulgação)

SEGUNDO SÉRGIO WILLIAMS, PARA ESCREVER O LIVRO, FORAM TRANSCRITAS MAIS DE MIL PÁGINAS DE ATAS DE REUNIÕES PARA ENTENDER PROFUNDAMENTE A SISTEMÁTICA DO TRABALHO DESENVOLVIDO PELA FENAMAR, SUA LUTA EM PROL DA CATEGORIA DOS AGENTES MARÍTIMOS E SUA EVOLUÇÃO AO LONGO DAS DÉCADAS

A Federação Nacional das Agências de Navegação Marítima (Fenamar) realiza nesta quarta-feira, dia 11, no Clube Naval, em Brasília (DF), um evento em comemoração aos 35 anos de fundação da entidade. Na ocasião será lançado oficialmente o

livro Fenamar – Desafios e Conquistas do Agenciamento Marítimo Brasileiro. A obra, escrita pelo historiador Sérgio Williams, se consolida como uma referência para quem deseja conhecer a trajetória dessa entidade essencial para o setor marítimo.

Williams conta que o livro é fruto de meses de pesquisa e dedicação. Em novembro do ano passado, ele foi convidado pela diretoria da Fenamar para elaborar uma obra bibliográfica que narrasse a história da entidade desde sua fundação, em 1989.

“Como em todos os projetos que realizo para instituições desse tipo, comecei com uma pesquisa minuciosa, analisando atas das reuniões da entidade, do conselho de representantes dos sindicatos, informativos publicados e matérias em jornais e revistas”, lembra.

O historiador revela que, para escrever o livro, foram transcritas mais de mil páginas de atas de reuniões para entender profundamente a sistemática do trabalho desenvolvido pela Fenamar, sua luta em prol da categoria dos agentes marítimos e sua evolução ao longo das décadas. “Nos primeiros quatro meses, dediquei-me exclusivamente a reunir e organizar as informações presentes nas atas, categorizando-as por tipo de assunto para, em seguida, construir uma narrativa coerente sobre a trajetória da instituição”, explica Williams.

Segundo ele, havia dois caminhos possíveis para estruturar o livro. O primeiro seria abordar a história de forma temática, com capítulos específicos para cada área de atuação da Fenamar, como a luta pelo reconhecimento da profissão, o trabalho com as autoridades portuárias, a busca por assentos nos conselhos de autoridades, questões relacionadas à dragagem e praticagem, a atuação internacional junto a Fonasba (Federação Internacional de Agentes Marítimos, na sigla em inglês), Cianam (Câmara Interamericana de Associações Nacionais de Agências Marítimas), entre outras, além das diversas gestões.

“No entanto, optamos por uma narrativa cronológica, estruturando os capítulos de acordo com a evolução da Fenamar, ano a ano, desde 1989”, disse.

Primórdios

Naquele 7 de setembro de 1989, a Fenamar surgia com prerrogativas claras, incluindo a proteção dos direitos da categoria perante as autoridades e a capacidade de celebrar convenções coletivas, evidenciando seu papel na defesa e representatividade das agências de navegação.



Os sindicatos filiados, ao aderirem, assumiam direitos claros, tendo garantida sua participação ativa e a votação nas reuniões do Conselho de Representantes, além de deveres, como contribuições mensais e a promoção da federação. O primeiro estatuto, cuja minuta foi apresentada na reunião do Recife (PE), estabelecia critérios rigorosos para a afiliação e funcionamento, enfatizando a gratuidade dos cargos eletivos e proibindo qualquer vínculo com organizações político-partidárias sem autorização presidencial.

“Após concluir a etapa de coleta e organização das informações, passamos à fase visual, onde reunimos fotografias que ilustram a atuação da Fenamar ao longo dos anos, incluindo reuniões, encontros nacionais e internacionais, homenagens e eventos como o Encontro Jurídico e parcerias estratégicas. Essa fase levou aproximadamente um mês e meio”, recorda Williams.

Com o primeiro rascunho do livro pronto, iniciou-se a etapa de revisão ortográfica e conceitual, com a colaboração do diretor-executivo, André Zanin, e outros membros da entidade.

Fonte: BE NEWS – BRASIL EXPORT

Data: 11/09/2024

ESPECIAL FENAMAR - A FENAMAR PELO BRASIL

DA REDAÇÃO redacao@portalbenews.com.br

A Federação Nacional das Agências de Navegação Marítima (Fenamar) reúne 15 sindicatos de agentes de navegação, estando presente em 15 estados do Brasil e congregando mais de 500 empresas do setor.

Amazonas

Sindama – Sindicato das Agências Marítimas do Estado do Amazonas

Agências afiliadas:

Alphamar Agência Marítima

Amazônica Agência Marítima

Costa Amazônica

ISS Marine Services

MSC – Mediterranean Shipping Services do Brasil

North Star Serviços Marítimos

Serveporto Agência Marítima

Unimar Agenciamentos Marítimos

Amapá e Pará

Sindampa – Sindicato das Agências Marítimas do Estado do Pará e Amapá

Agências afiliadas:

Agência Marítima Cargonave Ltda

Agência Marítima Naabsa Ltda

A.C.S Maria Souza Eireli

Alphamar Agência Marítima Ltda

Amapá Shipping Port Agency Ltda.

Amart Services Consultoria E Agenciamento Maritimo Ltda

Amazônica Agência Marítima Ltda

Argo Agenciamentos Marítimos Ltda

Brazilian Port Agentes Agenciamentos Marítimos

Cargill Agrícola S/A.

Cosmos Logísticas e Serviços Portuários Ltda

Fertimport S/A.

Gem Shippings Ltda

Global Agência Marítima

Green Logistics e Despacho Marítimo

Intersec Shipping Serv. De Transp. Eireli



Iss Marine Services Ltda
Joanesa. Limeirajal- Me
Lachmann Agência Marítima Ltda.
MSC Mediterranean Shipping Do Brasil
North Star Serviços Marítimos Ltda
Novad Agência Marítima Ltda. – Fortship
Orion Rodos Marítimos e Portuária Ltda
Pará Shipping Agency Marítima Ltda
Porto Operações Agenciamento Viagens E Turismo Ltda
Proamar Serviços Marítimos Ltda
Rms Shipping Agency Ltda
Rochamar Agência Marítima S.A
Serveporto Agência Marítima Ltda
Setrack Agência Marítima Ltda
Unimar Agenciamentos Marítimos Ltda
Williams Serviços Marítimos Ltda
Wilson Sons Shipping Services Ltda.
Wilhelmsenport Services do Brasil
World Shipping Vdc Agenciamentos Ltda

Maranhão

Syngamar – Sindicato das Agências de Navegação Marítima do Estado do Maranhão
Agências afiliadas:
Agência Marítima Cargonave Ltda.
Alphamar Agência Marítima Ltda
Amart Services Consultoria, Agenciamento Marítimo e Transportes
Andromeda Comércio E Serviços Marítimos Ltda
Compass Ship Service – Rm Serviços Navais Ltda
Crewlog & Maritime Services
Smart Sea Maritime Services Ltda.
Fertimport S.A.
GAC Logística do Brasil Ltda
Gem Shipping Ltda
Harms & Cia. Ltda
Iss Marine Service Ltda
Internacional Marítima Ltda
LBH Brasil – São Luís Branch.
L.M.A Shipping & Consulting – Serviços de Agenciamento Marítimo e Consultoria Ltda
Lachmann Agência Marítima Ltda
Marítima Express
MVA Serviços Ltda
Nml Tankers Agência Marítima Ltda
North Star Serviços Marítimos Ltda
Orizon Marítima São Luís Ltda
Orion Rodos Marítima e Portuária Ltda.
Pedreiras Transportes do Maranhão Ltda
Rochamar Agencia Maritima S.A
Smart Sea Maritime Services Ltda
Serveporto Agência Marítima Ltda
SGS do Brasil Ltda
Shipping Protection Servicos Maritimos Ltda
Servimar Engenharia e Manutenção Marítima Ltda.
Servimar Instalações e Manutenções Maritima Ltda.
Supporte -Suprimentos Marítimos Ltda.
Transglobal Operações Portuárias Ltda
Triaina Agência Marítima Ltda – Epp



Unimar Agenciamentos Marítimos Ltda
Vênus Marítima Ltda
Waypoint Agencia Maritima Ltda
Williams Serviços Marítimos Ltda
Wilson Sons Shipping Services
Worldwide Enterprises
World Shipping Slz Agenciamentos Marítimos Ltda.
Zyon Shipping Agency Ltda

Ceará

Sindace – Sindicato das Agências de Naveg. Marítima e dos Operadores Portuários do Estado do Ceará

Agências Afiliadas:

Brandão Filhos – Fortiship Agência Marítima Ltda
GAC do Brasil Ltda
Great Ocean Nordeste Serviços Marítimos Ltda
ISS Marine Services Ltda
LBH Brasil – Fortaleza Branch
MSC – Mediterranean Shipping do Brasil Ltda
NML Tankers Agência Marítima Ltda
North Star Serviços Marítimos Ltda
Orion Rodos Marítima e Portuária Ltda
Star Ship Agência Marítima Ltda – ME
Castro & Cia. Ltda
Wilhelmsen Ships Service do Brasil Ltda
Wilson Sons Agência Marítima Ltda
Windship Agência Marítima

Paraíba

Sanmep – Sindicato das Agências de Navegação Marítima do Estado da Paraíba

Agências Afiliadas:

CSAM -Cabedelo Serviços de Apoio Marítimo Ltda
Heytor Gusmão Comércio e Representações Ltda
JSF – Logística Portuária Ltda
Williams Serviços Marítimos Ltda

Pernambuco

Sindampe – Sindicato das Agências de Navegação Marítima do Estado de Pernambuco

Agências Afiliadas:

Agemar Transportes e Empreendimentos Ltda
Agência Marítima Granel Ltda
Argo Agenciamentos Marítimos Ltda
Bahia Tankers Agência Marítima Ltda
Comércio e Navegação Batista Ltda
GAC do Brasil Ltda
Irmãos Britto Shipping Agency Ltda
ISS Marine Services Ltda
Lachmann Agência Marítima Ltda
Login Logística Intermodal S/A
MSC Mediterranean Shipping do Brasil Ltda
MTZ Inteligência Portuária Ltda
Navegação e Comércio Guararapes Ltda
North Star Serviços Marítimos Ltda



Orion Rodos Marítima e Portuária Ltda
Shipping Virtus Agency & Logistics
Start Navegação Ltda
Suape Comércio e Navegação Ltda
Transglobal Operações Portuárias Ltda
Transmarítima Ltda
Triaina Agência Marítima Ltda
Unimar Agenciamentos Marítimos Ltda
Wilson Sons Shipping Services
Willians Serviços Marítimos Ltda
Winner Agência Marítima Ltda
World Shipping PE Agenciamento Ltda

Alagoas

Sindaneal – Sindicato das Agências de Navegação Marítima do Estado de Alagoas
Agências afiliadas:
Irmãos Britto Representações e Comércio Ltda.
Agenbrás – Agência Marítima Brasileira Ltda.
Agência Marítima SANVICTOR Ltda.
North Star Serviços Marítimos Ltda.
Williams Serviços Marítimos Ltda.

Bahia

Sindinave – Sindicato das Agências de Navegação no Estado da Bahia
Agências Afiliadas:
Agência Marítima Granel Ltda
Aliança Navegação e Logística Ltda
Agência Marítima e Transportes Lumar Ltda – EPP
Administração Cós Ltda – EPP
Arcturus Serviços Marítimos Ltda – ME
Bahia Tankers Agência Marítima Ltda
Bahiaship Agência Marítima Ltda
Beira Mar Serviços Marítimos Ltda
Caboto Comercial Marítima Ltda
Casa Marítima Agenciamentos Ltda
Coastallog
Fast Supplier Marítimos Ltda
Fertimport S/A
Internacional Serviços Marítimos Ltda
Intermarítima Portos e Logística S/A
Jaguar Serviços Marítimos Ltda
Marinav Agência Marítima Ltda
MSC Mediterranean Shipping do Brasil Ltda
MWTI – Agenciamento de Cargas, Representação e Logística Ltda
NML – Nordeste Marítima Ltda
Oceanus Agência Marítima
Opção Viagens e Turismo Ltda
Rochamar Agência Marítima S/A
Sul Norte Serviços Marítimos Ltda
Star Ship Agência Marítima Ltda
South Bahia Serviços Marítimos e Representações Ltda
Triaina Agência Marítima Ltda
Viamar Navegação e Turismo
Vetor Agenciamentos Marítimos Ltda
Williams Serviços Marítimos Ltda



Wilson Sons Agência Marítima Ltda

Espírito Santo

Sindamares – Sindicato das Agências de Navegação Marítima do Estado do Espírito Santo

Agências Afiliadas:

Atlantic Agência de Navegação Ltda

Ausonia Navegação Ltda

Columbia Marítima – Zambon Logística & Negócios Ltda

Alphamar Agência Marítima Ltda

Fertimport S/A

GEM Shipping Ltda

Internacional Agência Marítima e Operadora Portuária Ltda.

ISS Shipping

LBH Brasil Agenciamento Marítimo Ltda.

MSC – Mediterranean Shipping do Brasil Ltda.

Unimar Agenciamentos Marítimos Ltda.

Lachman Agencia Marítima Ltda.

Orion Rodos Marítima e Portuária Ltda.

Pennant All Flags Ltda

Port Logistic Agência Marítima Ltda.

Poseidon Marítima Ltda.

Prado Agência Marítima Ltda.

Rochamar Agência Marítima S/A

Seaway Agência Marítima e Operadora Portuária Ltda.

World Shipping Agenciamentos Ltda.

Transshipping Agenciamento Marítimo Ltda.

Uniport Agência Marítima Ltda

Victoria Agência Marítima Ltda.

Vitória Log Marítima Ltda.

Wilhelmsen Ships Service do Brasil Ltda. CNPJ:45.586.974/0019-78

Williams Serviços Marítimos Ltda. CNPJ:10.790.020/0005-90

Wilson Sons Agência Marítima Ltda.

Rio de Janeiro

Sindario – Sindicato das Agências de Navegação Marítima e Atividades Afins do Est. do Rio de Janeiro

Agências Afiliadas:

Associação Brasileira de Bunker (Abrabunker)

AWS Engenharia, Consultoria, Inspeção e Certificação Ltda

Bergesen do Brasil Participações Ltda

BPA Agenciamentos Marítimos Ltda

Brasco Logística Offshore Ltda

Brazil P&I Ltda

Cargo Express Logística do Brasil Ltda

Camorim Serviços Marítimos Ltda

Finarge Apoio Marítimo Ltda

GAC Brasil

GAC Logística do Brasil Ltda

GEM Shipping Ltda

Great Ocean Serviços Marítimos Ltda

HMS Brasil Agenciamentos Marítimos EIRELI

InterExpress Serviços Aduaneiros EIRELI

Interfreight Transportes Internacionais Ltda

ISS Marine Services Ltda

JRT Assessoria Marítima Ltda



Kuehne+Nagel Serviços Logísticos Ltda
La Bull Serviços Marítimos Ltda
Lachmann Agência Marítima Ltda
LBH Brasil Agenciamento Marítimo Ltda
LMA Shipping & Consulting Serviços de Agenciamento Marítima e Consultoria Ltda
Lotus Agência Marítima e Operadora Portuária
Mulceiro Serviços Marítimos Ltda
Monteserrat Transporte e Agência Marítima Ltda
MSC Mediterranean Shipping do Brasil Ltda
Nitshore Engenharia e Serviços Portuários S/A
North Star Sudeste Serviços Marítimos Ltda
Ocean Marine Agenciamento e Serviços Marítimos EIRELI
Ocean World Shipping Agência Marítima Ltda EPP
Orion Rodos Marítima Portuária
Pennant All Flags Agenciamento Ltda
Pennant Serviços Marítimos Ltda
Phether Log Serviços Marítimos Ltda
Pier Mauá S/A
Port Logistic Agência Marítima Ltda
Porto Sudeste do Brasil S/A
Poseidon Marítima Ltda
Prado Agência Marítima Ltda
Proamar Serviços Marítimos Ltda – ME
Prestomar Logística Offshore EIRELI EPP
Refinaria Nacional de Sal S/A
Reliance Agenciamento e Serviços Portuários Ltda
Rochamar Agência Marítima S/A
Salvage Certificação, Projetos e Serviços Offshore Ltda
Solana Agência Marítima Ltda
Seashore Solutions Comércio e Serviços Marítimos Ltda
Seaway Agência Marítima e Operadora Portuária Ltda
Shiplog Agency
Smart Offshore Agência Marítima do Brasil Ltda
Spotmar Serviços Marítimos e Portuários Ltda – EPP
Synergy Offshore do Brasil Ltda
TPar Operadora Portuária S/A
Trekking Rio Serviços e Comércio Ltda
Triaina Agência Marítima Ltda – EPP
Triunfo Logística Ltda
Uniline Agência Marítima Ltda
Unimar Agenciamentos Marítimos Ltda
Unimare Agência Marítima Ltda
Ships Brasil S/A
Ships Brasil Offshore S/A
Wilhelmsen Ships Service do Brasil Ltda
Wilson Sons Shipping Services Ltda
Zim do Brasil Ltda

São Paulo

Sindamar – Sindicato das Agências de Navegação Marítima do Estado de São Paulo

Agências afiliadas:

Agência de Vapores Grieg S/A
Agência Marítima Cargonave (SP) Ltda.
Agência Marítima Granel Ltda.
Agri Port Services Brasil Ltda
Aliança Navegação e Logística Ltda.



Alphamar Agência Marítima Ltda
Amart Services Consultoria, Agenciamento Marítimo e Transportes Ltda
Argo Agenciamentos Marítimos Ltda
Beacon & South Atlantic Agenciamento LTDA.
BPA Agenciamentos Marítimos
Cargill Agrícola S/A
Cosco Shipping Lines (Brasil) S/A
DeepSea Agência Marítima Ltda – EPP
Enasul – Emp. Estiv. Naveg. Atlântico Sul S/A
Evergreen Shipping Agency (Brasil) S/A
Fertimport S/A
Gac Logística do Brasil Ltda
GEM Shipping Ltda
GLS Brasil Serviços Marítimos Ltda
HMS Brasil Agenciamentos Marítimos Ltda
ISS Marine Services Ltda
Itamaraty Logística Ltda.
Kronos Agência Marítima Ltda
Lachmann Agência Marítima Ltda
LBH Brasil Agenciamento Marítimo Ltda
Libra Serviços de Navegação Ltda
MSC Mediterranean Shipping do Brasil LTDA
North Star Sudeste Serviços Marítimos Ltda
NYK do Brasil (Transporte Marítimo) Ltda.
Ocean Network Express (Latin America) Agência Marítima Ltda – (ONE)
Ocean World Shipping – Agência Marítima Ltda.
Orion Operações Portuárias Ltda.
Proamar Serviços Marítimos Ltda
Reliance – Agenciamento e Serviços Portuários Ltda
Renascimento Agência Marítima Ltda
Rochamar Agência Marítima S/A
S/A Marítima Eurobras – Ag. e Comissária
Termares – Term. Marítimos Especializados LTDA.
Transatlantica Afretamentos e Serviços Marítimos Ltda
Triaina Agência Marítima Ltda
Wallenius Wilhelmsen Serviços de Logística do Brasil Ltda
Waypoint Agência Marítima Ltda
Wilhelmsen Port Services Brasil Ltda
Williams (Serviços Marítimos) LTDA
Wilson, Sons Shipping Services Ltda.
World Shipping Agenciamentos Ltda.
Zim do Brasil LTDA.

Paraná

Sindapar – Sindicato das Agências de Navegação Marítima do Estado do Paraná
Agências afiliadas:
Agência de Vapores Grieg S/A
Agência Marítima Cargonave Ltda
Agência Marítima Orion Ltda
Alphamar Agência Marítima Ltda
Amart Services Consultoria e Agenciamento Marítimo Ltda.
BPA Agenciamentos Marítimos
Cargill Agrícola S/A
Fertimport S/A
Fortenave Agenciamento Marítimo S.A.
Fortesolo Serviços Integrados Ltda



Gac Logística do Brasil Ltda
ISS Marine Services Ltda
LBH Brasil Agenciamento Marítimo Ltda.
Litoral Soluções em Comércio Exterior Ltda
Marcon Serviços de Despachos em Geral Ltda
MSC Mediterranean Shipping do Brasil Ltda
Oceanus Agência Marítima S/A
Orizon Agência Marítima e Fornecedora Ltda
Pegasus Agência Marítima Ltda
Porto Multimodal Ltda.
Rocha Top Terminais e Operadores Portuários Ltda
Rochamar Agência Marítima S/A
Star Ship Agência Marítima Ltda
Transgolf Agência Marítima Ltda
Unimar Agenciamentos Marítimos Ltda
Wilhelmsen Ships Service do Brasil Ltda
Williams Serviços Marítimos Ltda.

Santa Catarina

Sindasc – Sindicato das Agências de Naveg. Marítima e Comis.de Despachos do Est. de Santa Catarina

Agências afiliadas:

Agência de Vapores Grieg S/A
Agência Marítima Cargonave Ltda.
Agência Marítima Imbituba Ltda.
Agência Marítima Orion Ltda.
Brazilian Port Agents Agenciamentos Marítimos Ltda
CMA-CGM do Brasil Agência Marítima Ltda.
CR Agência Marítima Ltda ME
Friendship Serviços Portuários Ltda.
Litoral Agência Marítima Ltda.
Litoral Soluções em Comércio Exterior Ltda.
MB Agência Marítima Ltda.
Maersk Brasil Brasmar Ltda.
MSC Mediterranean Shipping do Brasil Ltda.
Oceanus Agência Marítima S/A
Proamar Serviços de Despachos Marítimos Ltda.
Rochamar Agência Marítima S/A
Sagres Agenciamentos Marítimos Ltda.
Seatrade Agência Marítima Ltda.
Unimar Agenciamentos Marítimos Ltda.
Wilson Sons Agência Marítima Ltda.

Rio Grande do Sul

Sindanave-RS – Sindicato das Agências de Navegação Marítima do Estado do Rio Grande do Sul

Agências afiliadas:

Agência Marítima Granel Ltda.
Orion Operações Portuárias
Agenciamento Marítimo DF
Alphamar Agência Marítima Ltda.
AMRG Agência Marítima Ltda.
AMART Services Consultoria e Agenciamentos Marítimos Ltda.
Atlantic Coast Agência Marítima Ltda.
Brasmarine Serviços Portuários Ltda.
Grifo Marine Agenciamento Marítimo Ltda.



Fertimport S/A
LBH Brasil Agenciamento Marítimo Ltda.
ISS Marine Services Ltda..
MSC Mediterranean Shipping do Brasil Ltda.
North Star Sudeste Serviços Marítimos Ltda.
Sagres Agenciamentos Marítimos Ltda.
Solaris Agenciamento Marítimo Ltda.
SONPEX Agência Marítima Ltda.
Sul Trade Transportes Integrados Ltda.
Sul Trade Agenciamentos Marítimos Ltda.
Tranships BR Agenciamentos Marítimos Ltda..
Unimar Agenciamentos Marítimos Ltda.
Wilson Sons Shipping Services Ltda.
World Shipping Agenciamentos Marítimos Ltda.
Fonte: BE NEWS – BRASIL EXPORT
Data: 11/09/2024

EDITORIAL – A SOLUÇÃO INTERMODAL **DA REDAÇÃO redacao@portalbenews.com.br**

Um hub aéreo para o Rio Grande do Sul
A decisão do Governo do Rio Grande do Sul de reduzir o ICMS para as companhias aéreas que operam no Aeroporto Salgado Filho, a partir do próximo ano, é um passo estratégico para a retomada do crescimento econômico do estado. A medida, que visa incentivar a criação de um hub aéreo em Porto Alegre, demonstra a importância que o setor aéreo possui para a conectividade e o desenvolvimento regional.

A tragédia climática que atingiu o Rio Grande do Sul em maio causou danos significativos à infraestrutura do Estado, incluindo ao Aeroporto Salgado Filho. A recuperação desse importante centro de transporte é fundamental para a retomada da atividade econômica e para a atração de novos investimentos. A redução do ICMS para as companhias aéreas é uma medida eficaz para estimular a retomada das operações e o crescimento do setor.

A criação de um hub aéreo em Porto Alegre trará inúmeros benefícios para o estado. A maior oferta de voos e a ampliação da conectividade com outras regiões do País e do mundo facilitarão o deslocamento de pessoas e de cargas, impulsionando o turismo, o comércio e a indústria. Além disso, a geração de empregos no setor aéreo e nas atividades relacionadas será um importante fator para a recuperação econômica do estado.

A redução do ICMS para as companhias aéreas também contribuirá para a redução dos custos operacionais das empresas e para a oferta de passagens aéreas mais competitivas para os consumidores. Isso estimulará a demanda por viagens aéreas e contribuirá para a democratização do acesso ao transporte aéreo.

É importante destacar que a medida adotada pelo governo gaúcho está alinhada com as práticas de outros estados brasileiros, que já oferecem incentivos fiscais para atrair companhias aéreas e estimular o desenvolvimento de seus aeroportos. A criação de um hub aéreo em Porto Alegre permitirá que o Rio Grande do Sul se integre de forma mais eficiente à rede de transportes aérea do país e do mundo.

A recuperação do Aeroporto Salgado Filho e a criação de um hub aéreo em Porto Alegre são desafios complexos que exigem um esforço conjunto de todos os setores da sociedade. O governo estadual, as empresas aéreas, os agentes de turismo e a população em geral precisam trabalhar em conjunto para transformar esse projeto em uma realidade, fortalecendo a conectividade do estado, estimulando o desenvolvimento econômico e contribuindo para a melhoria da qualidade de vida da população. É fundamental que essa iniciativa seja apoiada por todos os setores da sociedade, de modo a garantir o sucesso desse importante programa.

Fonte: BE NEWS – BRASIL EXPORT
Data: 11/09/2024

NACIONAL - HUB – CURTAS

Por LEOPOLDO FIGUEIREDO E COLABORADORES leopoldo.figueiredo@portalbenews.com.br

Desapropriação no Piauí 1

O Governo do Piauí irá desapropriar uma área de quase 100 hectares no entorno do Porto de Luís Correia, no litoral do estado, visando a otimização da rota de cargas e dos acessos ao complexo portuário do município. O decreto foi publicado no Diário Oficial do Estado, no último dia 28. Segundo o texto, a área tem 97,8 hectares e perímetro de 9,3 km e assegura a “continuidade e expansão das atividades portuárias”. A desapropriação deve ocorrer com urgência, por via administrativa ou judicial.

Desapropriação no Piauí 2

A Secretaria Estadual de Administração (Sead) de Piauí ficou encarregada de gerenciar a área e fornecer o apoio técnico e logístico para o cumprimento da ordem. As indenizações serão pagas por meio do orçamento do governo estadual.

Desapropriação no Piauí 3

A primeira etapa de obras do novo porto contemplou um terminal pesqueiro, inaugurado em dezembro de 2023, mais de 50 anos depois da idealização da infraestrutura. Conforme a Secretaria de Meio Ambiente e Recursos Hídricos (Semarh), o porto, que também terá um terminal de grãos e um de fertilizantes, pode dobrar o Produto Interno Bruto (PIB) do Piauí em até 10 anos. O empreendimento também prevê investimentos na produção de hidrogênio verde (H2V) - o estado já fechou um acordo de R\$ 60 bilhões com a União Europeia para produção do combustível.

Operação em alta 1

O Porto do Pecém (CE) registrou um aumento na movimentação de cargas de janeiro a julho deste ano, em comparação com o mesmo período do ano passado. Foram mais de 10,6 milhões de toneladas atuais ante as 9,37 milhões contabilizadas em 2023, o que representa um acréscimo de 17,9%. Outro destaque nas operações nos primeiros sete meses do ano é relacionado à movimentação de contêineres, que teve incremento de 16,6% ao operar mais de 280 mil TEUs, entre embarques, desembarques e remoções.

Operação em alta 2

“Nossa evolução neste ano de 2024 tem sido muito positiva. E esperamos que no segundo semestre – com o início da temporada de exportação de frutas, aquecimento do setor siderúrgico, minerais, energias renováveis e a cabotagem – esse bom índice seja mantido”, disse André Magalhães, diretor comercial do Complexo do Pecém.

Fonte: BE NEWS – BRASIL EXPORT
Data: 11/09/2024

NACIONAL - PORTO DE SANTOS SE TORNA LABORATÓRIO DE INOVAÇÕES COM PCS E SANDBOX

Soluções tecnológicas são fruto de acordo entre o Grupo Brasil Export e o MPor, que deram início aos estudos em Brasília

Por YOUSEFE SIPP yousefe.sipp@redebeneews.com.br e MARÍLIA SENA marilia.sena@redebeneews.com.br



Representantes do Grupo Brasil Export, do Ministério de Portos e Aeroportos e da comunidade portuária estiveram reunidos em Brasília para definir os primeiros passos (Foto: Yousefe Sipp)

O Grupo Brasil Export e a comunidade portuária, em parceria com o Ministério de Portos e Aeroportos, deram início na terça-feira (10), em Brasília (DF), aos estudos que visam implementar soluções inovadoras para o setor de infraestrutura. A partir de um Acordo de Cooperação



Técnica (ACT) firmado anteriormente, os projetos serão desenvolvidos inicialmente no Porto de Santos (SP), o maior do país.

O ACT prevê, em 24 meses, a criação de um Port Community System (PCS). O PCS é uma plataforma eletrônica que facilita a troca de informações entre diferentes sistemas e organizações de uma comunidade portuária. Ele integra dados de diversas empresas, órgãos públicos e prestadores de serviços, otimizando processos e aumentando a eficiência logística, sem substituir os sistemas individuais. A adesão é voluntária, e sua governança é coletiva, geralmente coordenada por uma entidade neutra, como uma autoridade portuária.

“A questão do PCS no Porto de Santos é algo que vem se arrastando há muitos anos, e acredito que, neste momento, alcançamos um nível de maturidade para avançar com isso. Acredito que será um sucesso em curto prazo. Vamos colocar em prática o quanto antes”, afirmou o CEO do Grupo Brasil Export, Fabricio Julião.

“A proposta foi apresentada e prontamente aceita pelo Ministério de Portos e Aeroportos. Agora, é trabalhar, investir no que for necessário e iniciar conversas com as empresas de tecnologia, que são a peça fundamental”, completou.

“O Porto de Santos está sendo visto por nós como um grande laboratório a céu aberto, já que é o maior porto da América Latina. Ali, temos um ambiente muito importante para a inovação, que inclui tanto a identificação de problemas quanto a busca por possíveis alternativas de solução. O Porto de Santos oferece tudo isso”, esclareceu Tetsu Koike, diretor de Programa de Políticas Setoriais do Ministério de Portos e Aeroportos.

“Vamos começar lá, modelando e desenvolvendo o sistema comunitário portuário, conversando e dialogando com todos os envolvidos, tanto públicos quanto privados, para conseguir a adesão a esse projeto. É um grande desafio, mas é necessário começar”, finalizou Koike.

A adoção dessa iniciativa no Porto de Santos irá envolver setores públicos e privados, com o intuito de reduzir o tempo e o custo das operações de importação e exportação. A iniciativa visa consolidar um ambiente de cooperação e governança, além de estabelecer um espaço dedicado a estudos e formulação de propostas voltadas à inovação no setor.

Sandbox

Outro ponto de destaque é o lançamento de um sandbox, que funcionará como uma prova prática de que a inovação é viável e agrega valor ao setor público. O conceito de sandbox permite que empresas e startups testem novas tecnologias em um ambiente regulatório controlado e flexível, com regras temporariamente ajustadas, facilitando a inovação e permitindo que os reguladores avaliem e ajustem suas políticas com base em testes práticos.

A secretária-executiva do Ministério de Portos e Aeroportos, Mariana Pescatori, afirmou que o acordo vem sendo trabalhado desde o início do ano. “Não se trata apenas de comunicar. Vimos a oportunidade de utilizar as empresas associadas ao Brasil Export para desenvolver temas de interesse comum e fortalecer o setor com o apoio do setor privado”, detalhou.

Karina Martins, diretora executiva no HUB Brasil Export, mencionou que o principal desafio é a mudança de pensamento corporativo, especialmente para as empresas que ainda não enxergam a inovação e a tecnologia como investimentos essenciais.

“Nosso objetivo é conectar todo o ecossistema, incluindo tanto as empresas tradicionais do mercado de portos e logística quanto startups que já atuam com inovação e tecnologia. Queremos fazer essa conexão, trazendo também universidades e o Governo. A ideia é integrar todos os principais atores desse ecossistema para que possamos alavancar o setor”, disse Karina.

REGIÃO NORTE - DRAGAGEM E COMBATE A INCÊNDIOS: GOVERNO INVESTE R\$ 500 MILHÕES NA AMAZÔNIA

Medidas anunciadas por Lula e ministro de Portos e Aeroportos visam enfrentar os impactos da crise climática na região

Da Redação redacao.jornal@redebeneews.com.br



O ministro de Portos e Aeroportos, Silvio Costa Filho, ressaltou a importância da dragagem para o escoamento de safras e o transporte de insumos na Zona Franca de Manaus (Foto: Eduardo Oliveira/MPor)

Para enfrentar os impactos da crise climática sem precedentes que afeta a região Norte do país, o Governo Federal anunciou na terça-feira (10) um investimento de R\$ 500 milhões para garantir a navegação dos rios na Amazônia e combater os incêndios causados pela falta de chuvas. A ação, coordenada por diferentes ministérios, foi anunciada em um evento na sede da Superintendência da

Zona Franca de Manaus (Suframa), com a presença do presidente Luiz Inácio Lula da Silva (PT), ministros e representantes de órgãos federais.

A maior parte desses recursos será destinada ao estado do Amazonas, que atualmente enfrenta uma situação crítica: 61 dos seus 62 municípios tiveram o reconhecimento federal de estado de emergência devido à estiagem. O Ministério de Portos e Aeroportos (MPor) alocou R\$ 500 milhões para obras de dragagem e manutenção dos rios Amazonas e Solimões, essenciais para a navegabilidade e o transporte de produtos na região.

Entre as ações anunciadas está a dragagem de um trecho de 200 quilômetros do rio Amazonas, entre Manaus e Itacoatiara (AM). Com um investimento de R\$ 92,8 milhões, a obra foi oficialmente autorizada pelo presidente Lula e o ministro de Portos e Aeroportos, Silvio Costa Filho. O contrato garante a continuidade dos serviços de dragagem, manutenção aquaviária e sinalização náutica pelos próximos cinco anos.

Costa Filho ressaltou a importância dessa iniciativa para o escoamento de safras e o transporte de insumos na Zona Franca de Manaus. “O presidente Lula nos orientou a realizar uma ação concreta, não apenas emergencial, em relação à dragagem. Pela primeira vez na história do estado, estamos conduzindo um processo licitatório de R\$ 500 milhões, garantindo dragagem por cinco anos nos rios Amazonas e Solimões”, afirmou.

Além do rio Amazonas, três trechos do rio Solimões também serão contemplados com dragagens. O primeiro, entre Coari e Codajás, terá uma licitação estimada em R\$ 129,1 milhões. Outro trecho, entre Benjamin Constant e Tabatinga, receberá um investimento de R\$ 139,8 milhões, com o início das obras previsto para este ano. O último trecho com contratação assegurada é entre Benjamin Constant e São Paulo de Olivença, com recursos de R\$ 112,3 milhões. Todas essas dragagens devem começar ainda em 2023.

Fonte: BE NEWS – BRASIL EXPORT

Data: 11/09/2024

REGIÃO NORTE - RUMO INAUGURA NOVO TERMINAL RODOFERROVIÁRIO EM TOCANTINS



Ministro dos Transportes participou da inauguração do trecho que faz parte da Norte Sul

Da Redação redacao.jornal@redebeneews.com.br

Com vocação inicial para transporte de soja e milho, e futuramente farelo, este é o primeiro ponto de carga com pátio de manobra a marcar a expansão da Norte-Sul no Tocantins

A empresa Rumo inaugurou nesta terça-feira (10), o terminal rodoferroviário em Alvorada (TO). O ministro dos Transportes, Renan Filho, participou da cerimônia. Com capacidade para carregar em média 12 vagões por hora, podendo levar até 2 composições por dia, a nova estrutura vai possibilitar o transporte de até 5 mil toneladas de grãos diariamente.

“Esse terminal multimodal vai facilitar o deslocamento de grãos do estado do Tocantins para o Porto de Santos (SP) ou para o Porto de Itaqui (MA), por meio da Ferrovia Norte Sul, que foi entregue pelo presidente Lula e já gera investimentos em todas as partes do país” destacou Renan.

Com vocação inicial para o transporte de soja e milho, e futuramente farelo, este é o primeiro ponto de carga com pátio de manobra a marcar a expansão da Ferrovia Norte-Sul no Tocantins. O local possui também um armazém com capacidade para 75 mil toneladas de grãos, permite a secagem e padronização das cargas, além de capacidade de receber 120 caminhões por dia.

“O terminal vai melhorar o escoamento da produção, garantir mais competitividade para a produção nacional, colaborar com a geração de empregos e o desenvolvimento do país”, pontuou Renan Filho.

A nova operação em Alvorada surge como alternativa logística para a economia agrícola da região, recebendo cargas do Tocantins, da Bahia e do leste de Mato Grosso. É um ponto estratégico para colocar o agronegócio desses locais na rota de exportação do país através do Porto de Santos, por onde se conecta aos mercados internacionais.

A infraestrutura foi implantada em uma área de aproximadamente 70 hectares, com destaque para a construção de um pátio que possibilita o transbordo da carga sem a necessidade de desmembramento do trem. O investimento, realizado pela concessionária Rumo em parceria com a cooperativa de agronegócio CHS, foi de R\$100 milhões.

Ferrovia Norte-Sul

Em 2023 o Governo Federal concluiu a Ferrovia Norte-Sul, um empreendimento com 2.257 quilômetros de trilhos, que atravessa quatro regiões brasileiras. A obra, que conecta os portos de Itaqui (MA) e de Santos (SP), era esperada há quase quatro décadas.

A conclusão do empreendimento permite que três estados brasileiros com forte produção de commodities – como soja, milho e algodão – tenham saída para seus produtos pelo mar. Com a linha férrea, Goiás, Mato Grosso e Minas Gerais ganham competitividade no momento de exportar seus produtos, seja pelo litoral do Sudeste ou pelo Norte do país.

Fonte: **BE NEWS – BRASIL EXPORT**

Data: 11/09/2024

REGIÃO SUL - RS REDUZ ICMS MIRANDO MAIS VOOS INTERNACIONAIS NO SALGADO FILHO

Objetivo é que medida transforme o terminal do aeroporto de Porto Alegre em um hub

Por **CÁSSIO LYRA** cassio.lyra@redenenews.com.br



O Rio Grande do Sul mira viabilizar o hub internacional de conexões de voos no Salgado Filho, com foco especial na ligação entre o Sul do país e destinos nas Américas e na Europa (Foto: Governo do RS)

O Governo do Rio Grande do Sul anunciou a redução do Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços (ICMS) para as companhias aéreas em rotas que ligam Porto Alegre, a partir do Aeroporto Internacional Salgado Filho, a cidades do exterior, principalmente na América do Sul e Europa, e dos

estados de Santa Catarina e Paraná. A medida começa a ser válida a partir de 1º de janeiro de 2025.

A medida tem por objetivo incentivar a instalação de um hub no terminal internacional, previsto para retomar suas operações de voos no próximo mês.

A ação do Governo Estadual busca contribuir para o crescimento econômico do Rio Grande do Sul meses depois da tragédia climática que atingiu o estado em maio. Com a implementação das novas rotas, a partir do próximo ano, a carga do ICMS pode ser reduzida a um patamar inferior ao mínimo de 4% atualmente previsto, chegando a 2%, dependendo do tipo de operação, representando uma redução de até 50%.

De modo semelhante ao que já ocorre nos aeroportos de Guarulhos (SP), Campinas (SP), Belo Horizonte (MG), Brasília (DF), Salvador (BA) e Recife (PE), o Rio Grande do Sul mira viabilizar o hub internacional de conexões de voos no Aeroporto Salgado Filho, com foco especial na ligação entre o Sul do país e destinos internacionais nas Américas e na Europa, apoiando o desenvolvimento do estado e favorecendo a logística da indústria e do comércio gaúcho.

Além disso, a redução do imposto também será válida para voos exclusivamente cargueiros para cidades localizadas na América do Sul, Europa e nos Estados Unidos.

“A ação está atrelada ao Plano Rio Grande. O funcionamento e a expansão do Salgado Filho são vitais para a retomada econômica do nosso Estado e para que o Rio Grande do Sul siga trilhando o caminho do crescimento, que foi pausado em função das enchentes de maio, exigindo que o governo recalculasse a rota e pensasse em ações que acelerem o restabelecimento da normalidade e incentivem a inovação e a expansão de serviços e estruturas primordiais”, comentou a secretária estadual da Fazenda, Priscilla Santana.

O decreto que regulamenta o incentivo faz parte do Programa Estadual de Desenvolvimento da Aviação Regional. As companhias aéreas que mantiveram voos com aeronaves de grande porte podem obter isenção total de ICMS sobre o combustível utilizado.

De acordo com a nova regulamentação, se as empresas aéreas mantiverem um desempenho mínimo na aviação regional e oferecerem voos entre o Aeroporto Salgado Filho e destinos nos Estados Unidos e Europa com aeronaves de grande porte (wide body), a carga tributária do ICMS poderá ser reduzida a 0%. Além disso, ao iniciar essas operações, as companhias terão direito a uma redução adicional de 0,5% a 1% no imposto.

Outro ponto da medida anunciada prevê que as rotas que ligam Porto Alegre ao interior do Rio Grande do Sul serão contabilizadas em dobro. Isso pode garantir isenção total do ICMS sobre o combustível de aviação, conforme o desempenho das rotas regionais e internacionais.

Fonte: BE NEWS – BRÁSIL EXPORT

Data: 11/09/2024

REGIÃO SUL - GOVERNO DE SC LANÇA NOVO EDITAL DA CONCESSÃO DO AEROPORTO DE JAGUARUNA

Futuro concessionário terá obrigações visando expansão e ampliação das operações do terminal
Por Cássio Lyra cassio.lyra@redebenews.com.br



O edital do Aeroporto de Jaguaruna, inicialmente lançado em novembro do ano passado, não teve interessados durante a sessão pública realizada em 1º de fevereiro deste ano (Foto: Divulgação/SPAF)

O Governo de Santa Catarina anunciou o lançamento do novo edital referente à concessão patrocinada do Aeroporto Regional Humberto Ghizzo Bortoluzzi, em Jaguaruna. A empresa vencedora ficará responsável pela exploração,

manutenção e projetos de expansão do terminal. O contrato é válido por 30 anos.

Segundo o Governo Estadual, a licitação traz avanços significativos para torná-la mais atrativa em relação ao edital anterior. Entre as novidades, o novo edital oferece condições financeiras mais vantajosas e garantias adicionais para mitigar riscos ao futuro concessionário.

As propostas serão recebidas no dia 25 de novembro, na sede da B3, a Bolsa de Valores de São Paulo. Já a abertura das propostas ocorrerá em sessão pública no dia 28 de novembro, também na sede da B3.

“Estamos buscando a parceria da iniciativa privada para transformar o Aeroporto de Jaguaruna em uma grande estrutura para atender a população. O aeroporto vai ter mais conforto e opções de voo para quem viaja para o Sul do Estado para fazer turismo ou fechar negócios”, destacou o governador Jorginho Mello (PL).

De acordo com o edital, entre as obrigações previstas, o futuro concessionário deverá ampliar a capacidade de processamento de passageiros e bagagens no aeroporto, incluindo a área de movimentação de aeronaves, estacionamento e demais infraestruturas de apoio. Além disso, a empresa vencedora deverá providenciar a ampliação e melhoria do terminal de passageiros.

Estão previstos investimentos também em obras de adequação das pistas. O total a ser investido pelo parceiro privado é estimado em R\$ 38 milhões.

A remuneração da concessionária terá origem em receitas tarifárias e não tarifárias (locação de salas, espaços publicitários, entre outros). Como se trata de uma modalidade de PPP patrocinada, caberá ao Estado fazer aportes limitados ao valor total de R\$ 10,1 milhões, que serão liberados à medida que os investimentos forem realizados, além de contraprestação limitada ao valor de R\$ 800 mil ao ano.

O Aeroporto de Jaguaruna movimenta atualmente cerca de 11 mil passageiros por mês, chegando a 133 mil em 2023. Neste ano, já foram 77 mil passageiros, com um crescimento de 12,2% em relação ao mesmo período de 2023. O pico das operações ocorreu em 2017 quando foram registrados 143 mil passageiros.

A estimativa do Governo do Estado é que, com a concessão, o aeroporto vai movimentar, em média, 188 mil passageiros por ano.

O edital do Aeroporto de Jaguaruna, inicialmente lançado em novembro de 2023, não teve interessados durante a sessão pública realizada em 1º de fevereiro. As secretarias estaduais responsáveis pelo projeto trabalharam em uma nova licitação desde então.

Fonte: BE NEWS – BRASIL EXPORT

Data: 11/09/2024

PORTO DE SANTOS - ZEMA APRESENTA OPORTUNIDADES DE INVESTIMENTOS EM VISITA À ASSOCIAÇÃO COMERCIAL

Governador de Minas destacou a importância do Porto de Santos para o escoamento de cargas do setor produtivo mineiro

Por **PAULO JOSÉ RIBEIRO** paulo.ribeiro@redenenews.com.br



Durante sua apresentação na ACS, o governador Romeu Zema citou a necessidade de investir no modal ferroviário, pensando em uma logística mais barata e eficiente

O governador de Minas Gerais, Romeu Zema, esteve na Associação Comercial de Santos (ACS), no litoral de São Paulo, nesta terça-feira (10) para



apresentar propostas e oportunidades de investimento no estado mineiro para empresários da região da Baixada Santista.

Durante a visita, Zema falou sobre os resultados da administração estadual a partir do início do seu mandato, em 2018. A agenda teve o objetivo de atrair novos investimentos para Minas Gerais.

O governador destacou as concessões realizadas no estado em diversos setores e ressaltou a chegada de recursos privados nos últimos anos. O encontro, ressaltou ele, foi uma oportunidade para promover a relação entre a gestão pública e entidades do setor privado.

“Venho aqui pra mostrar as potencialidades que Minas Gerais tem. Nós estamos caminhando agora para atingirmos a marca de meio trilhão de investimentos privados na minha gestão e também 1 milhão de empregos gerados. A minha forma de governar é ir atrás, e não ficar esperando”, afirmou o governador.

O vice-presidente da ACS, Carlos Santana, salientou a importância da cidade de Santos atuar na logística e estimular o crescimento da produção mineira. “O estado de Minas Gerais é um case de sucesso, onde não só as produções agrícolas vêm aumentando. Existem também um hub de produções industriais. Estamos verificando que o estado vem subindo a sua produção e Santos precisa ser um facilitador para que essa produção seja escoada.”

O setor produtivo de Minas Gerais tem crescido, o que gera desafios logísticos para o estado. A integração com o Porto de Santos, o maior complexo portuário do país, é fundamental para o escoamento das cargas mineiras, em um sistema multimodal, incluindo rodovias e ferrovias.

O governador destacou a realização de leilões rodoviários em Minas Gerais. Neste ano, trechos das rodovias BR-381 e BR-040, duas das principais na ocorrência de acidentes fatais, foram leiloadas. A concessão e relicitação das duas rodovias eram desafios da gestão pública federal e estadual e devem garantir melhorias nos empreendimentos.

Zema citou ainda a necessidade de investir no modal ferroviário, pensando em uma logística mais barata e eficiente. “Nos preocupa muito essa falta de investimentos que tem tornado o modal ferroviário um gargalo. Mas já temos hoje, em Minas Gerais, empresas do setor privado investindo em terminais multimodais para que possamos ter essa facilidade de escoarmos essa safra, que está muito concentrada no sul de Minas, próximo ao Porto de Santos, onde nós ainda utilizamos o modal rodoviário, que é mais caro e acaba prejudicando a competitividade do produto”, explicou.

Esses investimentos são voltados à ligação com outros portos do país, para impulsionar o bom momento do comércio exterior de Minas Gerais. O estado concentra mais da metade da produção nacional de café e o Porto de Santos é responsável pela exportação de 68% do produto no país, reforçando a parceria estratégica entre as duas partes.

“Essa logística que Santos proporciona é fundamental para que o café chegue com agilidade a qualquer destino do mundo. Temos acompanhado essa operação. As grandes cooperativas utilizam o Porto de Santos pela facilidade logística e esse trabalho pode e será aprimorado”, destacou Zema.

A visita foi encerrada com a assinatura do Livro de Visitas Ilustres da Associação Comercial de Santos, conhecido como Livro de Ouro. Na nota assinada, Zema parabenizou a ACS pelo “espírito empreendedor” e pelos “serviços prestados ao desenvolvimento do país”.

Fonte: BE NEWS – BRASIL EXPORT
Data: 11/09/2024

REGIÃO SUDESTE - PORTOSRIO IMPLEMENTA NOVO SISTEMA PARA OTIMIZAR OPERAÇÕES DE NAVIOS

O Sistema de Logística Portuária (Silog) está em operação desde o início do mês
Da Redação redacao.jornal@redebenews.com.br



Com o Silog, a PortosRio está modernizando suas operações para aumentar a eficiência na liberação de navios e mercadorias, além de reduzir o tempo e os custos das operações (Foto: Divulgação/PortosRio)

A PortosRio, Autoridade Portuária que administra os portos do Rio de Janeiro, anunciou a implementação, no início deste mês, do novo Sistema de Logística Portuária (Silog) nos complexos do Rio, Niterói, Itaguaí

e Angra dos Reis.

A solução, baseada em uma tecnologia web, foi desenvolvida com o objetivo de otimizar e agilizar os processos portuários, fortalecendo a integração com a comunidade portuária.

Com o Silog, a PortosRio está modernizando suas operações para aumentar a eficiência na liberação de navios e mercadorias, além de reduzir o tempo e os custos das operações. A expectativa é que o Silog contribua para o aumento do volume de cargas movimentadas, tornando os portos mais competitivos e atraentes comercialmente.

O sistema também garante conformidade com os órgãos intervenientes e integração com plataformas essenciais como o Porto Sem Papel e o SDP-ANTAQ (Sistema de Desempenho Portuário da Agência Nacional de Transportes Aquaviários), minimizando retrabalhos.

A Autoridade Portuária divulgou uma lista de programação de navios que vão atracar nos portos do estado nas próximas semanas.

Nesta terça-feira, 9 de setembro, serão três navios atracados. Até o dia 19 de setembro, mais dez navios já estão programados para realizar operações nos complexos portuários administrados pela PortosRio.

Fonte: BE NEWS – BRASIL EXPORT

Data: 11/09/2024



SOPESP – SIND DOS OPERADORES PORTUÁRIOS DO EST. SP

SANTOS BRASIL FINALIZA OFERTA PÚBLICA DE DEBÊNTURES E CAPTA R\$ 2 BILHÕES

Informações: Santos Brasil (10 de setembro de 2024)

A Santos Brasil concluiu, no último dia 4 de setembro, a oferta pública de sua 5ª Emissão de Debêntures, no montante de R\$ 2 bilhões, distribuída em quatro séries, entre debêntures simples (R\$ 500 milhões) e incentivadas (R\$ 1,5 bilhão). Os recursos captados serão investidos nos ativos da Companhia, em especial na expansão do Tecon Santos, e também serão destinados a reembolso de capital aos acionistas e uso no curso normal de seus negócios.

Para Daniel Pedreira Dorea, Diretor Econômico-Financeiro e de Relações com Investidores da Santos Brasil, “a oferta experimentou alta procura e a demanda observada reforça a qualidade do crédito da empresa no mercado de capitais, permitindo que a Companhia capte a taxas atrativas e com vencimentos a longo prazo”.



A semana também foi marcada pela entrada das ações da Santos Brasil na carteira teórica do Ibovespa, o principal indicador de desempenho das ações negociadas na B3 e que reúne as empresas mais importantes do mercado de capitais brasileiro. A nova carteira, que vai de 2 de setembro de 2024 a 3 de janeiro de 2025, conta com 86 empresas, cujas ações estão entre as mais negociadas na bolsa nos últimos 12 meses. O movimento marca a bem-sucedida estratégia de crescimento da Companhia e de sua atuação junto ao mercado de capitais, que levou a um aumento exponencial na capitalização de mercado da empresa e a uma expressiva alta na procura de suas ações pelos investidores.

Fonte: O SOPESP - Sindicato dos Operadores Portuários do Estado de São Paulo
Data: 11/09/2024

CAPITANIA DOS PORTOS DE SÃO PAULO COMEMORA 177 ANOS EM EVENTO NA PRÓXIMA QUARTA-FEIRA

Informações: Santaportal (10 de setembro de 2024)

A Marinha do Brasil comemora, em cerimônia marcada para a próxima quarta-feira (11), às 17h, os 177 anos da Capitania dos Portos de São Paulo (CPSP).

A cerimônia irá ocorrer no Complexo Naval do Porto de Santos (CNPS), no Cais da Marinha, e contará com a leitura da Ordem do Dia e o Cerimonial à Bandeira ao pôr do sol.

Capitania dos Portos de São Paulo

Estabelecida pelo decreto nº531 do Imperador D. Pedro II em 11 de setembro de 1847, ora Capitania do Porto de Santos, a CPSP tem desempenhado um papel crucial na salvaguarda da vida humana no mar, na segurança da navegação e na prevenção da poluição hídrica em toda a área de sua jurisdição, abarcando 151 municípios do Estado de São Paulo.

Fonte: O SOPESP - Sindicato dos Operadores Portuários do Estado de São Paulo
Data: 11/09/2024

PETROBRAS E EMBRAPA ASSINAM COOPERAÇÃO PARA PESQUISAS EM PRODUTOS DE BAIXO CARBONO E FERTILIZANTES

Fonte: Revista Cultivar (10 de setembro de 2024)

Parceria prevê estudos de matérias-primas renováveis, como a soja e a macaúba, visando à produção de biocombustíveis e o desenvolvimento de novos produtos fertilizantes

A Petrobras e a Embrapa assinaram hoje um Termo de Cooperação (TC) para desenvolver estudos técnicos em matérias-primas renováveis para obtenção de produtos de baixo carbono, incluindo biocombustíveis, química verde e fertilizantes.

A parceria envolve o desenvolvimento pela Petrobras de soluções tecnológicas e a implantação de unidades industriais para produção de biocombustíveis e bioprodutos. Em contrapartida, a Embrapa desenvolve um protocolo de culturas agrícolas de baixo carbono, como a soja, envolvendo técnicas agrícolas racionais, como o protocolo de certificação desta cultura.

O termo de cooperação também inclui o desenvolvimento de culturas alternativas à soja, como macaúba, culturas de entressafra e consorciadas, como o milho safrinha, carinata (espécie de oleaginosa), entre outras opções que refletem o leque de opções para agroenergia nos diferentes biomas e sistemas de produção do país.

“A diversificação e o acesso a matérias-primas com sustentabilidade, qualidade e custo adequados são fundamentais para o sucesso dessas iniciativas, como os biocombustíveis. Além disso, a companhia tem interesse em ofertar produtos fertilizantes para aumentar a disponibilidade no mercado nacional, bem como atender as metas do Plano Nacional de Fertilizantes. A Embrapa possui expertise necessária para ajudar a alavancar todas essas frentes”, disse a presidente da Petrobras, Magda Chambriard.



“Para a Embrapa, a retomada da parceria com a Petrobras é estratégica para potencializar suas contribuições para os produtores rurais e para políticas públicas nacionais e internacionais, principalmente em bioeconomia e desenvolvimento sustentável”, declarou Silvia Massruhá, presidente da empresa. Ela lembrou que, em 2023, o Brasil atingiu a marca de 100 milhões de Créditos de Descarboxinação (CBIOS) emitidos, o que resultará em até R\$1,2 trilhão de reais, entre investimentos e economia nos próximos dez anos. “Isso foi possível graças à Renovacalc, ferramenta desenvolvida pela Embrapa e fundamental na Política Nacional de Biocombustíveis (RenovaBio), conduzida pela Agência Nacional do Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis (ANP)”, relatou Massruhá.

Fertilizantes: fomento a novos produtos

Em relação ao setor de fertilizantes, o objetivo é fomentar o desenvolvimento de novos produtos e sua inserção no mercado do agronegócio, entre esses pode-se destacar novos fertilizantes com base em ureia de maior valor agregado, fertilizantes mistos, adubos com granulometria diferenciada e novos insumos sustentáveis com menor impacto ambiental. Essas iniciativas visam pavimentar a retomada do negócio pela Petrobras e preparar a empresa para um futuro de descarboxinação. A Embrapa é uma parceira importante tanto no desenvolvimento quanto na comprovação da eficiência agrônômica desses produtos, com isso espera-se viabilizar a oferta e o uso pelos agricultores dessas inovações, propiciando fertilizantes adaptados às culturas e solos do país, que permitirão safras com maior produtividade para o Brasil.

“Fazem parte dessa parceria temas como o biometano e biogás, no contexto do Plano Setorial para Adaptação à Mudança do Clima e Baixa Emissão de Carbono na Agropecuária bem como a formação de redes de pesquisa e desenvolvimento em matérias-primas mais sustentáveis”, revelou Silvia Massruhá.

“Acreditamos que os dados técnicos e científicos serão de extrema importância no desenvolvimento de novos produtos para o mercado de fertilizantes. A Petrobras está empenhada em desenvolver novas soluções para atender esse setor tão estratégico para o Brasil”, afirmou Chambriard.

O investimento em fertilizantes voltou a fazer parte do portfólio da Petrobras, conforme o Plano Estratégico (PE) 2024-2028. A empresa anunciou em agosto, a retomada das atividades da fábrica de fertilizantes Araucária Nitrogenados S.A. (ANSA), em Araucária (PR), e com isso dá início à sua operação para produção de ureia, ARLA 32 (Agente Redutor Líquido Automotivo) e Amônia em território nacional já no primeiro semestre de 2025.

Fonte: O SOPESP - Sindicato dos Operadores Portuários do Estado de São Paulo
Data: 11/09/2024

APS CONCLUI DRAGAGEM DE APROFUNDAMENTO DOS BERÇOS DE ATRACAÇÃO DOS ARMAZÉNS 12A AO 20/21, NO PORTO DE SANTOS

Fonte: Autoridade Portuária de Santos (10 de setembro de 2024)

Com a conclusão da dragagem será feito novo levantamento hidrográfico para homologação de novo calado pela Capitania dos Portos

A Autoridade Portuária de Santos (APS) finalizou, no mês de agosto, a obra de dragagem de aprofundamento dos berços de atracação entre os armazéns 12A e 20/21, marcando um importante avanço para a eficiência operacional do Porto de Santos. A conclusão do projeto envolveu a remoção de cerca de 100 mil metros cúbicos de sedimento e 500 metros cúbicos de resíduo de jet-grouting (material de maior dureza remanescente da obra de reforço estrutural dos berços de atracação), garantindo a profundidade de 14,60 metros e permitindo a atracação de embarcações de maior porte.

O presidente da APS, Anderson Pomini, afirma que “as obras em andamento e as concluídas no Porto de Santos refletem o esforço contínuo para modernizar e expandir a infraestrutura portuária,

garantindo maior competitividade e eficiência. As melhorias vão contribuir para o aumento da capacidade operacional e o fortalecimento do Porto como o principal hub logístico do país.”

Em 2018, a APS já havia finalizado a recuperação e reforço estrutural do cais entre os armazéns 12A e 23, no Trecho 3 do canal de navegação do Porto de Santos, o chamado cais de Outeirinhos, em uma extensão de 1,7 mil metros, preparando o local para a dragagem. Em 2023, estudos foram iniciados para a contratação de empresa especializada para realização dos serviços e, em dezembro desse ano, foi firmado contrato com a empresa Náutica Marítima Serviços Ltda., vencedora do processo licitatório, a qual iniciou a dragagem em março de 2024, após a mobilização dos equipamentos.

O projeto foi concluído com sucesso graças ao alinhamento entre a APS, a empresa contratada e os terminais da região de Outeirinhos, visando o estabelecimento de um cronograma de atuação prevendo interdições nos berços para a realização dos serviços. O esforço conjunto foi essencial para superar os desafios da obra e garantir a finalização da dragagem, cujo investimento total ultrapassou os R\$ 13 milhões.

Agora, com a obra concluída, a Autoridade Portuária de Santos realizará um novo Levantamento hidrográfico e uma inspeção subaquática nas áreas dragadas. Os resultados serão apresentados à Capitania dos Portos de São Paulo para a homologação do novo calado operacional, abrindo caminho para um Porto de Santos ainda mais competitivo e eficiente.

Fonte: O SOPESP - Sindicato dos Operadores Portuários do Estado de São Paulo

Data: 11/09/2024



JORNAL O GLOBO – RJ

HADDAD DIZ QUE SECA VAI ELEVAR PREÇO DE ALIMENTOS, E INFLAÇÃO 'PREOCUPA UM POUQUINHO, MAS NÃO SE RESOLVE COM JUROS'

Preocupação do Ministério da Fazenda é com os efeitos da seca sobre alimentos e energia. Copom se reúne na semana que vem para decidir sobre Selic

Por Bernardo Lima — Brasília



O ministro da Fazenda, Fernando Haddad — Foto: Brenno Carvalho / Agência O Globo

O ministro da Fazenda, Fernando Haddad, afirmou nesta quarta-feira que a seca prolongada terá impacto no preço dos alimentos e que a inflação "preocupa um pouquinho". Haddad, no entanto, ponderou que a solução para este eventual aumento não pode ser a elevação dos juros pelo Banco Central (BC). A taxa Selic hoje está em 10,5% ao ano e agentes do mercado esperam um novo ciclo de alta. Os diretores do BC se reúnem na próxima semana para

decidir a taxa básica de juros.

— A inflação preocupa um pouquinho, sobretudo em virtude do clima. Estamos acompanhando a evolução da questão climática, o efeito do clima sobre o preço do alimento e, eventualmente, sobre o preço de energia faz a gente se preocupar um pouco com isso. Mas essa inflação, advinda desse fenômeno, não se resolve com juros, juros é outra coisa — disse Haddad a jornalistas no Ministério da Fazenda.

Segundo o Boletim Focus divulgado nesta segunda-feira, economistas do mercado financeiro preveem que a Selic suba dos atuais 10,5% para 11,25% ao ano no fim de 2024. Para a reunião da semana que vem, a aposta é que a alta seja de 0,25 ponto percentual.

— O Banco Central está com um quadro técnico bastante consistente para tomar a melhor decisão, e nós vamos aguardar o Copom da semana que vem — afirmou o ministro.

Deflação em agosto

Em agosto, o Índice de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA), usado para observar o comportamento da inflação, ficou negativo em 0,02%. O resultado veio menor que o esperado pelos analistas de mercado, que calculavam alta de 0,01%. Foi a primeira deflação desde junho de 2023.

Nesta quarta, o ministro da Fazenda ainda declarou que o Ministério da Fazenda deve rever a projeção de crescimento do Produto Interno Bruto (PIB) deste ano. Segundo Haddad, os cálculos do governo indicam que o PIB do país deve crescer acima de 3% em 2024.

— Estamos fechando a grade e devemos divulgar essa semana, mas acredito que o piso de 3% já está basicamente contratado, bastante consistente e com impacto na economia — indicou o ministro.

A revisão da projeção acontece após um desempenho da economia acima das expectativas no segundo trimestre deste ano. Segundo o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatísticas (IBGE), o PIB avançou 1,4% no período em comparação com o trimestre anterior.

Analistas esperavam um avanço de 0,9% do PIB ante o primeiro trimestre, segundo pesquisa do jornal Valor que captou as estimativas de 80 instituições financeiras e consultorias de mercado.

Fonte: O Globo - RJ

Data: 11/09/2024

RELATOR RETIRA 'JABUTI' COM IMPACTO DE R\$ 24 BI NAS CONTAS DE LUZ DE PROJETO SOBRE COMBUSTÍVEIS

Trecho que ampliava subsídios para geração de energia solar foi incluído no Senado

Por Bernardo Lima — Brasília



Deputado federal Arnaldo Jardim (Cidadania-SP) — Foto: Mario Agra/Câmara dos Deputados

O deputado Arnaldo Jardim (Cidadania-SP), relator do projeto do Combustível do Futuro retirou o “jabuti” - trecho inserido em projeto que não tem a ver com o tema original - que previa benefícios para o setor de energia solar. Segundo cálculos da Agência Nacional de Energia Elétrica (Aneel), a medida custaria R\$ 24 bi até 2045, que seriam pagos na conta de luz dos consumidores por meio da Conta de

Desenvolvimento Econômico (CDE).

A decisão do relator foi divulgada nesta tarde. Pela manhã, o ministro de Minas e Energia, Alexandre Silveira, se colocou contra o trecho do projeto de lei, que segundo ele, era motivo de “desgosto”. Silveira afirmou que o governo trabalharia para retirar o trecho da redação.

Segundo o ministro, o setor de geração de energia solar já está bem estabelecido no país e não precisa de novos subsídios.

— É um tema que tem me dado desgosto e muito trabalho desde ontem a tarde, porque não tem a mínima justificativa técnica, a mínima lógica, você aumentar R\$ 2,4 bilhões em média por ano na

conta de energia do brasileiro para estimular uma fonte que já está extremamente propaganda e viável economicamente — afirmou o ministro.

O projeto do Combustível do Futuro, proposto pela Câmara, foi aprovado no Senado no começo de setembro. Ao ser alterado pelos senadores, o texto retornou para análise da Câmara.

Uma das mudanças propostas no Senado foi o “jabuti” da energia solar. A medida inserida pelo senador Irajá (PSD-TO) estende de 12 para 30 meses o prazo para que mais consumidores de distribuidoras de energia possam aderir à modalidade de geração distribuída com placas de energia solar.

Por lei, consumidores que aderem a esta modalidade conseguem descontos, que são bancados por subsídios. Estes subsídios são pagos pela Conta de Desenvolvimento Energético (CDE), que, por sua vez, é paga pelos consumidores. Deste modo, isso encarece a conta de luz de todos os consumidores.

Combustível do futuro

O projeto do Combustível do Futuro faz parte da “agenda verde” do governo, que tem como uma de suas pautas a transição energética. Entre as propostas, o PL altera os percentuais mínimos e máximos de mistura de etanol na gasolina e de biodiesel no óleo e que estabelece o incentivo ao diesel verde e ao combustível sustentável.

No senado, o relator, senador Veneziano Vita do Rego (MDB-PB) acatou sete sugestões de mudanças dos colegas na íntegra, além de outros oito pedidos acatados parcialmente.

De acordo com o relatório aprovado, o percentual de mistura de etanol na gasolina deve ser de 27%, mas o Poder Executivo poderá reduzir para até 22% ou aumentar para até 35%. Atualmente, a mistura pode chegar a 27,5%, com um mínimo de 18% de etanol.

Sobre a mistura do biodiesel no diesel, estabelecida em 14% desde março deste ano pelo Conselho Nacional de Política Energética (CNPE), o projeto estabelece que poderá ser acrescentado um ponto percentual de mistura anualmente a partir de março de 2025 até atingir 20% em março de 2030.

Fonte: O Globo - RJ
Data: 11/09/2024

NOVO CEO DA VALE PROCURA AUTORIDADES POR ACORDOS SOBRE FERROVIAS E MARIANA

Gustavo Pimenta deve ter posse antecipada para outubro
Por Geralda Doca — Brasília



O novo CEO da Vale, Gustavo Pimenta — Foto: Ben Hider/Vale

Antes mesmo de tomar posse, o novo presidente da Vale, Gustavo Pimenta, está procurando autoridades do governo federal e de estados com os quais a companhia tem pendência, na tentativa de fechar acordos ainda neste ano. Entre elas, a prorrogação antecipada das ferrovias Carajás (PA) e Vitória-Minas, além do acordo de ressarcimento da tragédia de Mariana — que ocorreu numa barragem da Samarco, que tem a Vale e a BHP como sócias.

Em outra frente, o conselho de administração da empresa discute antecipar para outubro ou ainda este mês a posse do novo CEO da Vale, que vai substituir o executivo Eduardo Bartolomeo. O processo de troca de comando da companhia estava previsto para ocorrer no final do ano, mas foi antecipado. Ele foi escolhido para assumir a presidência da empresa em 26 de agosto.



Pimenta esteve com o ministro dos Transportes, Renan Filho, nesta terça-feira. A pasta conduz uma negociação para rever a renovação antecipada de contratos de ferrovias não só com a pasta, mas com outras empresas. Esses acordos foram fechados durante o governo Jair Bolsonaro e o governo Lula considera os valores baixos.

No caso da Vale, trata-se da revisão do contrato referente às ferrovias Estrada de Ferro Vitória-Minas, entre Espírito Santo e Minas Gerais, e Estrada de Ferro Carajás, entre Maranhão e Pará. O governo quer que a mineradora pague nova outorga à União.

A Vale apresentou em abril uma proposta para pagar R\$ 16 bilhões, mas o governo pede R\$ 25,7 bilhões.

O contrato de concessão da Vale expirava originalmente em 2027, mas foi renovado antecipadamente por 30 anos.

Também está em negociação a construção pela Vale da Ferrovia de Integração Centro-Oeste (FICO).

Acordo de Mariana

O CEO também já se reuniu com o governador do Espírito Santo, Renato Casagrande.

Segundo integrantes do governo, o novo CEO da Vale demonstrou boa vontade em chegar a um acordo de compensação a famílias e governos por conta do rompimento de uma barragem de Fundão.

Além da Vale, a BHP participa das conversas. A Samarco já desembolsou R\$ 37 bilhões e estaria negociando pagar mais R\$ 100 bilhões, além de outros R\$ 49 bilhões em obrigações futuras.

Procurada, a Vale informou em nota que as negociações estão em estágio avançado:

“A Vale está em discussões avançadas com o Ministério dos Transportes sobre as condições gerais para otimizar os planos de investimentos nos contratos de concessão da Estrada de Ferro Carajás (EFC) e da Estrada de Ferro Vitória a Minas (EFVM). A Vale manterá o mercado atualizado sobre qualquer compromisso relevante assumido no âmbito das negociações, em linha com a legislação aplicável”, diz a nota.

Sobre Mariana, a Vale afirmou que "reafirma seu compromisso com as ações de reparação e compensação relacionadas ao rompimento da barragem de Fundão, da Samarco. A Vale, como uma das acionistas da Samarco, segue engajada no processo de mediação conduzido pelo Tribunal Regional Federal da 6ª Região (TRF6) e busca, junto às autoridades envolvidas, estabelecer um acordo que garanta a reparação justa e integral às pessoas atingidas e ao meio ambiente".

A troca de CEO na Vale se arrastou por meses e o governo — mesmo sem ter participação direta na empresa — tentou influir no processo. No fim, a empresa escolheu um nome que já estava na companhia.

Fonte: O Globo - RJ

Data: 11/09/2024

G20 APROVA DOCUMENTO SOBRE BIOECONOMIA, UMA ‘CONQUISTA HISTÓRICA’, DIZ O ITAMARATY

Segundo o Ministério das Relações Exteriores, é a primeira vez que o tema da bioeconomia é objeto de um documento multilateralmente acordado

Por Vinicius Neder — Rio de Janeiro



Sessão de abertura do último dia da quarta reunião da Iniciativa do G20 sobre Bioeconomia (GIB, na sigla em inglês), no Rio — Foto: Vinicius Neder

na sigla em inglês), nesta quarta-feira, dia 11, com a aprovação dos Princípios de Alto Nível sobre Bioeconomia. O documento traz dez “princípios norteadores” para balizar discussões diplomáticas e práticas comerciais sobre o tema.

O Itamaraty comemorou o acordo em torno do documento. “É a primeira vez que o tema da bioeconomia é objeto de um documento multilateralmente acordado dedicado especificamente a esse tema. Trata-se de uma conquista histórica para o Brasil e para o G20.

Os dez Princípios de Alto Nível sobre Bioeconomia contribuirão para impulsionar o desenvolvimento desse paradigma produtivo inovador, baseado no encontro entre o conhecimento e a natureza”, diz uma nota divulgada pelo Ministério das Relações Exteriores, ao término da reunião.

A GIB foi criada pelo Brasil, inserida no tema do desenvolvimento sustentável, uma das três prioridades do país na presidência temporária do G20, o grupo das maiores economias do mundo – as outras prioridades são o combate à fome e à pobreza e a reforma das instituições globais de governança.

– A bioeconomia é um dos pilares essenciais da estratégia de desenvolvimento sustentável do governo do presidente Lula. Ela não apenas impulsiona o crescimento econômico, mas também atua como uma ferramenta central da transformação ecológica, pavimentando uma transição para uma sociedade mais justa e sustentável – afirmou nesta quarta-feira a ministra do Meio Ambiente e das Mudanças Climáticas, Marina Silva, em discurso na sessão de abertura do terceiro e último dia da 4ª reunião da GIB.

'Pensei muito na bioeconomia', diz Marina

A cerimônia foi de manhã, antes de que os diplomatas chegassem ao acordo em torno dos Princípios de Alto Nível. Após a sessão, em entrevista a jornalistas, Marina lembrou da visita feita na terça-feira, ao lado do presidente Luiz Inácio Lula da Silva, para áreas atingidas pela estiagem na Amazônia:

– Foi um dia em que eu pensei muito na bioeconomia, porque visitamos três comunidades que estão severamente afetadas pela baixa do rio, pela seca extrema.

Para a ministra, a bioeconomia é um caminho para a mitigação e a adaptação às mudanças climáticas, ao favorecer atividades econômicas que não agredem o meio ambiente. Marina destacou a importância de o tema ser incluído nas discussões no âmbito do G20:

– Esse debate vem sendo feito para que a gente possa ter um marco conceitual, que nos faça ter uma espécie de “taxonomia” da bioeconomia para todos os países. A gente não tem uma linguagem unificada para todos os países. O Brasil está liderando (as discussões) e a nossa proposta de que a ideia de vir economia parte da biodiversidade. Essa é uma forma de pensar a bioeconomia fazendo uma sinergia com enfrentamento da mudança do clima e a proteção da biodiversidade.

A importância do 'marco conceitual'



Representantes do Brasil nas discussões da GIB – além do Itamaraty, os ministérios do Meio Ambiente e Mudança do Clima, da Fazenda, do Desenvolvimento, Indústria, Comércio e Serviços, e da Ciência, Tecnologia e Inovação – destacaram a importância de se criar esse “marco conceitual” num acordo entre os países.

A questão é definir o que é bioeconomia e como essa definição por afetar o comércio global, o investimento externo e instrumentos de financiamento, como títulos públicos “verdes”.

Para evitar divergências, os dez princípios incluídos no documento desta quarta-feira são “voluntários” e “não vinculantes”.

Os pontos associam a bioeconomia com o desenvolvimento sustentável e o combate à fome e à pobreza, com a mitigação e a adaptação às mudanças climáticas, com a restauração de ecossistemas, com o uso responsável da “ciência, da tecnologia, da inovação e do conhecimento tradicional” e com a “colaboração internacional” entre os países.

– Um dos princípios da agenda de bioeconomia é taxonomia, que, no caso brasileiro, inclui o setor de biocombustíveis e vai trazer os critérios para designar esses processos produtivos enquanto sustentáveis ou não. A taxonomia é um instrumento muito poderoso para outros setores, como mineração e o setor rural, que outros países não incorporam, mas, no Brasil, estamos com essa preocupação – afirmou a subsecretária de Desenvolvimento Econômico Sustentável do Ministério da Fazenda, Cristina Reis.

Menções a atividades econômicas ficam de fora

Como classificar os biocombustíveis era um dos temas sobre os quais poderia haver divergência. Pioneiro na tecnologia e grande produtor de etanol, o Brasil vê a produção de biocombustíveis como uma atividade da bioeconomia, mas há nações contrárias a isso.

Países que não são produtores, frequentemente, citam a eventual concorrência com a produção de alimentos – por exemplo, usar a cana ou o milho para fazer etanol em vez de açúcar – e a pressão do aumento das áreas de plantio sobre o desmatamento de florestas nativas como motivos para deixar biocombustíveis de fora das soluções da bioeconomia e até para impor barreiras tarifárias à sua comercialização. No fim das contas, os Princípios de Alto Nível sobre Bioeconomia não tratam se nenhum setor específico.

– Nas circunstâncias corretas, como acontece no Brasil, os biocombustíveis são excepcionais – afirmou o secretário de Clima, Energia e Meio Ambiente do Itamaraty, embaixador André Corrêa do Lago, coordenador da GIB pelo governo brasileiro.

– Nas discussões aqui na GIB, trouxemos informações atualizadas, trazidas por cientistas, acadêmicos e até a Agência Internacional de Energia (IAE), que considera que teríamos que triplicar a produção de biocombustíveis até 2030 para poder atingir os objetivos de limitar o aumento da temperatura.

O embaixador destacou a sofisticação tecnológica na produção de biocombustíveis e o seu potencial para reduzir as emissões de gases do efeito estufa (GEE) oriundos dos transportes, mas não apenas de carros:

– O grande debate dos biocombustíveis hoje está ligado à questão da aviação e também da navegação. É uma nova etapa que se apresenta.

Fonte: O Globo - RJ

Data: 11/09/2024

O ESTADO DE S. PAULO

O ESTADO DE SÃO PAULO - SP

PORTO DO AÇU, ANTIGO PROJETO DE EIKE BATISTA, APOSTA EM INDÚSTRIA 'VERDE' PARA CRESCER

Prumo Logística, dona do empreendimento, trabalha para transformar local em complexo porto-indústria e preencher os 62% de sua área que hoje estão desocupados

Por *Luciana Dyniewicz*

Antigo projeto do empresário Eike Batista, o Porto do Açu conseguiu se consolidar em meio à derrocada do empresário como um importante porto do País para os setores de minério e petróleo, mas não chegou a se transformar em um complexo porto-indústria como era previsto no plano original. Agora, com a necessidade de o mundo reduzir as emissões de carbono, a Prumo Logística, dona do empreendimento, tenta retomar a ideia de desenvolver um polo industrial no local para preencher o gigantesco espaço que detém ali, no litoral norte do Rio de Janeiro. Hoje, dos 90 quilômetros quadrados de área útil do porto, apenas 38% estão ocupados.

Controlada pelo fundo americano EIG e tendo o Mubadala (fundo soberano dos Emirados Árabes Unidos) como sócio, a Prumo começou a desenvolver há dois anos e meio o projeto que agora quer colocar de pé. "Pensamos em como industrializar ou ocupar essa área desocupada do porto. Pensamos em quais investimentos podem trazer muitos novos fornecedores e com quais deles temos vantagens competitivas", diz o diretor de novos negócios da Prumo, Mauro Andrade. A área total do porto, considerando uma reserva natural, é de 130 quilômetros quadrados, o equivalente a 1,5 ilha de Manhattan, em Nova York.

Com o desenvolvimento desse projeto, espera-se que, daqui a dez anos, 30% das movimentações em Açu sejam de navios carregados com combustíveis limpos, segundo o CEO da Prumo, Rogério Zampronha. Hoje, do total embarcado, quase 70% é petróleo. "As empresas de petróleo estão investindo em combustíveis de nova geração. No futuro, vão carregar outros combustíveis nos tanqueiros, como metanol, por exemplo."

Terminais em expansão

Movimentação no Porto do Açu

Em milhões de toneladas

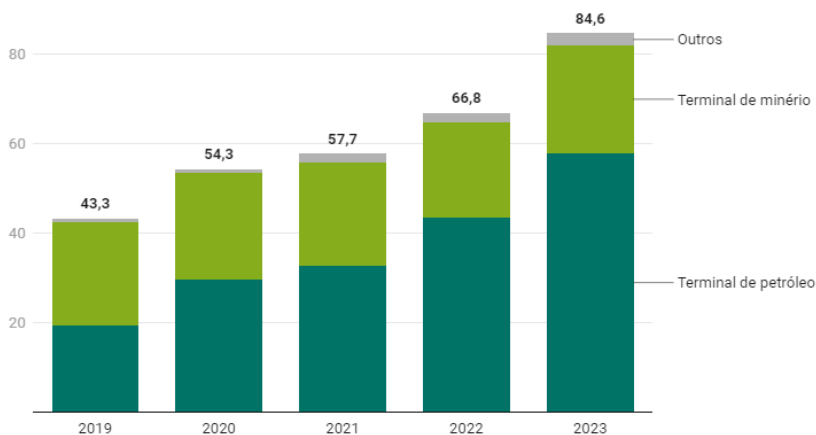


Gráfico: Editoria de Infografia Multimídia · Fonte: Antaq · Obter dados · Criado com Datawrapper

O porto entrou em operação em 2014 e cresceu sobretudo no ano passado, quando ampliou em 26,6% o total de carga movimentada, alcançando 84,6 milhões de toneladas. Essa expansão se deu principalmente devido ao setor de óleo e gás, que avançou 33,4%. A empresa também vem trabalhando para diversificar suas fontes de receitas e atrair cargas de grãos.

O plano 'verde' do Açu prevê um cluster de hidrogênio, usinas de combustível limpo (como combustível sustentável de aviação, o chamado SAF, na sigla em inglês) e fábrica de produtos

siderúrgicos de baixo carbono. Também há projetos para desenvolver empreendimentos de energia eólica em alto mar (offshore) e solar.

No cluster de hidrogênio verde, a ideia, segundo Andrade, é usar o combustível para a produção de amônia – matéria-prima de fertilizantes. O produto final seria destinado para o consumo doméstico, diferentemente do que deve ser feito em usinas de hidrogênio verde previstas para serem instaladas no Nordeste do País. Essas devem atender, em parte, o mercado externo.

De acordo com levantamento da Confederação Nacional da Indústria (CNI), com R\$ 16,5 bilhões em aportes esperados, Açú está na quarta posição entre os portos do País que anunciaram que deverão receber os maiores volumes de investimentos em hidrogênio verde. Nas primeiras posições, aparecem os portos de Pecém (CE), com R\$ 110,6 bilhões, Parnaíba (PI), com R\$ 20,4 bilhões, e Suape (PE), com R\$ 19,6 bilhões. A grande maioria desses projetos, no entanto, não está garantida, pois estudos de viabilidade ainda estão sendo feitos.



Porto do Açú, onde hoje o petróleo é o principal produto embarcado Foto: Marcos de Paula/Estadão

Em Açú, o projeto mais perto de ser concretizado é o da norueguesa Fuella, que assinou, em agosto, um contrato de reserva de área. A companhia reservou 100 mil metros quadrados, com a possibilidade de aumentar esse número para 200 mil. A empresa também firmou um memorando de entendimento para implementar uma planta de amônia verde com potencial para produzir 400 mil toneladas por ano.

O cronograma do projeto da Fuella, no entanto, prevê que a decisão final de investimento seja tomada nos próximos quatro anos. “Eles estão amadurecendo o projeto. Um dos elementos é analisar todo o custo”, afirma Andrade. Apesar do contrato falar de quatro anos para a decisão do investimento, o executivo acredita que ela deve sair em 18 meses. Depois disso, seriam mais 24 meses para construção da planta. “É um projeto para começar a operar em 2028”, acrescenta.

Outro projeto que deverá ser um dos primeiros a sair do papel é o de uma planta de metanol verde (combustível que poderá ser usado pela indústria marítima). Andrade diz não poder revelar o nome da empresa que pretende fazer o investimento, mas afirma que o cronograma é semelhante ao da Fuella.

A Vale é mais uma das empresas que está para tomar uma decisão de investimento em Açú. A mineradora e a Prumo anunciaram, no ano passado, que estudam o desenvolvimento de um hub no porto para fabricação de matéria-prima que permitirá à indústria siderúrgica reduzir suas emissões.

“Vamos fazer um ‘road show’ para atrair o resto de investimento que falta. Achemos que a decisão de investimento sairá em 12 meses. Depois são mais três anos de construção. Quase todos os projetos estão entrando nesse intervalo de começar as operações entre 2028 e 2029”, diz Andrade.

O executivo reconhece, no entanto, que a Prumo precisa superar desafios para que os projetos de hoje virem realidade. Um desses obstáculos é ter uma definição clara de quem serão os compradores do que será produzido ali. Daí a intenção de começar com as plantas de combustíveis sustentáveis. É provável, por exemplo, que o SAF tenha demanda garantida a partir de 2027, quando as companhias aéreas passarão a ser obrigadas a reduzir suas emissões.

*Fonte: O Estado de São Paulo - SP
Data: 11/09/2024*

PRUMO ENFRENTARÁ OBSTÁCULOS PARA CONCRETIZAR SEUS PLANOS PARA O PORTO DO AÇÚ; ENTENDA

Especialistas em energia e infraestrutura portuária afirmam que tecnologias ‘verdes’ ainda não são financeiramente viáveis

Por Luciana Dyniewicz

Os planos da Prumo Logística para transformar o Porto do Açu em um polo porto-indústria de baixo carbono têm potencial e fazem sentido quando se considera o momento de transição energética que o mundo vive. A empresa, no entanto, enfrentará obstáculos importantes para concretizá-los, de acordo com especialistas da área portuária e de energia.

Um ponto crucial é que as tecnologias 'verdes' ainda não se viabilizam financeiramente. Para contornar esse problema, o diretor de novos negócios da Prumo, Mauro Andrade, propõe a concessão de incentivos públicos. "Não tenho vergonha de defender políticas públicas para acelerar a economia de baixo carbono", diz. O executivo sugere a desoneração de produtos feitos a partir de hidrogênio verde e a concessão de financiamentos pelo BNDES com juro inferior aos de mercado.

Para o professor do Instituto de Economia da UFRJ e coordenador do Grupo de Estudos do Setor Elétrico, Nivalde de Castro, a estratégia de colocar a transição energética no centro do polo industrial é acertada. Ele vê alguns projetos, porém, com um certo ceticismo. O de eólicas offshore (no mar), por exemplo, não deve ser competitivo no médio prazo, diz.

As usinas eólicas offshore custam mais do que as instaladas em terra, modelo que o Brasil ainda pode ampliar a exploração. Hoje, a capacidade instalada de energia elétrica total do Brasil é pouco superior a 200 mil MW. Segundo Castro, seria possível o País ter uma capacidade apenas com eólicas em terra de 800 mil MW. "É um potencial gigantesco. No Brasil, em menos de dez anos, não haverá necessidade de offshores."



Porto do Açu, no litoral do Rio de Janeiro; projeto para empreendimento prevê eólicas no mar Foto: Waneza Soares/Estadão Blue Studio

Andrade, da Prumo, pondera, porém, que a tendência é que os custos das offshores caiam nos próximos anos. Ele diz ainda que a empresa trabalha com a possibilidade de as usinas entrarem em operação apenas depois de 2031. "Para isso, é preciso estudar o mercado agora."

A companhia pretende servir não apenas como base logística das usinas em alto mar, mas também atrair fornecedoras de peças para o setor. A intenção é ter no local empresas de montagem de turbinas, por exemplo.

O professor da UFRJ afirma também que Açu não tem algumas vantagens como pode ter o porto de Aratu, que atende o polo industrial de Camaçari, na Bahia. Lá, já há demanda por hidrogênio da indústria petroquímica.

Na visão do consultor do setor portuário Nelson Carlini, o projeto do Açu é "espetacular". Ele diz, entretanto, que, enquanto o porto não tiver conexão ferroviária, dificilmente conseguirá alavancar seu crescimento. Hoje, o Açu depende de logística rodoviária para receber carga.

Fonte: O Estado de São Paulo - SP

Data: 11/09/2024

SAMSUNG SDS APRESENTA PLANO DE AÇÃO PARA SECA NO NORTE

No evento Dry Season Challenges, Samsung SDS reuniu clientes para discutir como garantir as operações de logística e transporte em meio à seca que afeta estados como o Amazonas

Por Dino



Samsung SDS apresenta plano de ação para seca no Norte — Foto: Samsung SDS

Apresentar ações de logística para o período de seca no Norte do Brasil. Foi com esse objetivo que a Samsung SDS, braço do Grupo Samsung, promoveu a segunda edição do Dry Season Challenges.

Realizado no dia 15 de agosto, em Manaus (AM), o evento reuniu os principais clientes da empresa a fim de discutir como manter o

transporte de cargas na região. Além disso, foram mostradas as lições aprendidas com a operação da Samsung SDS com balsas exclusivas de outubro a dezembro do ano passado.

“Para essa segunda edição [a primeira foi realizada em abril], já temos informações mais concretas sobre o nível dos rios na região. Muitos deles estarão com índices bem menores do que no último ano, especialmente o Rio Madeira, que, no trecho de Manaus, é o que mais impacta”, explica Rosa Amador, diretora comercial da Samsung SDS.

“O encontro foi uma oportunidade de apresentar nossas soluções para mitigar os impactos nas operações dos clientes nesse ano”, acrescentou a executiva.

Rosa Amador explicou que a Samsung SDS disponibilizará três rotas alternativas para as operações. Elas sairão dos portos de Suape (PE), Pecém (CE), Fortaleza (CE) e Vila do Conde (PA). Haverá combinação de balsas, cabotagem (cargas sendo levadas de um porto a outro do mesmo país) e modais rodoviários para permitir o transporte.

Seca no Amazonas em 2023

Devido às suas características geográficas, Manaus e outras cidades da região amazônica utilizam diariamente os rios para o transporte de pessoas e cargas. Com a água em baixos níveis, a navegabilidade fica prejudicada e até mesmo impossibilitada em alguns trechos.

No ano de 2023, Manaus enfrentou a sua pior seca em 121 anos, segundo a Agência Brasil. Das 62 cidades do Amazonas, 59 entraram em situação de emergência. Na época, a Samsung SDS montou um plano de ação em parceria com a Transportes Bertolini a fim de minimizar danos e garantir a logística na região. A solução encontrada foi a utilização de balsas para conectar o Porto de Manaus ao resto do Brasil com uso de portos privados. Essa ação serviu para evitar o congestionamento de cargas.

Em 2024, a situação também é vista como preocupante. De acordo com a Defesa Civil, os níveis dos rios estão abaixo do esperado para o período e o governo do Amazonas instalou um comitê de enfrentamento à estiagem. A seca dos próximos meses pode ser tão intensa ou ainda pior do que a registrada no ano passado, conforme apontado pela gestão estadual e repercutido pela Agência Brasil.

Para saber mais, basta acessar: <https://www.samsungsds.com/la/index.html>

Fonte: Valor Econômico - SP

Data: 11/09/2024

INDÚSTRIA ANTECIPA ENTREGA AO VAREJO, MAS 'TAXA DA SECA' PODE ELEVAR PREÇOS

Planejamento melhorou, mas custo de frete triplica e risco de falta de produto segue no radar
Por Adriana Mattos e Daniela Braun — De São Paulo



Se a estiagem na região se agravar, e com a pressão nos custos de frete elevada, a conta a ser paga será um repasse disso aos preços nas lojas — Foto: Ricardo Stuckert/PR/Divulgação

Houve um melhor planejamento da indústria e do varejo para a seca em Manaus deste ano, frente ao que se viu no ano passado, o que pode reduzir, inicialmente, o risco de falta de insumos para fabricação e de produtos ao consumidor.

Mas se a estiagem se agravar, e com a pressão nos custos de frete elevada, a conta a ser paga será um repasse disso aos preços nas lojas, e ainda cresce a possibilidade de desabastecimento no fim de ano.

Na seca de 2023, as quatro maiores operadoras de transporte de cargas marítimo e fluvial na Amazônia cobravam entre US\$ 900 e US\$ 2 mil por contêiner movimentado, a depender da companhia e do volume. É a chamada “taxa da seca”, prática antiga, negociada há anos no setor quando a estiagem chega. Desde 1º de agosto, a tabela passou para a faixa de US\$ 3 mil a US\$ 5,9 mil, apurou o Valor, ou seja, chegou a triplicar em um ano.

Associações, empresários e sindicatos ouvidos afirmam que o alerta da seca mais intensa neste ano levou, principalmente, os fabricantes de motocicletas, TVs e ar-condicionado a fecharem contratos de venda antecipada às lojas. Isso, já com custos de distribuição mais altos no terceiro trimestre.

Só que essa estratégia de antecipação tem as suas limitações - tanto de caixa quanto estruturais - e aí que pode estar o nó do gargalo na ponta ao consumidor. O Valor apurou que Magazine Luiza e Casas Bahia anteciparam recebimento de televisores da Zona Franca, para garantir o atendimento.

“Não vemos maiores complicadores para a venda de Black Friday, porque adiantaram parte das entregas, e hoje temos melhores alternativas de escoamento de produtos do que um ano atrás. Mas para o Natal, não dá para ter certeza de como será isso e pode haver impacto [de preço e no abastecimento]”, afirma José Jorge do Nascimento Júnior, presidente da Eletros, associação dos fabricantes de bens duráveis. A Black Friday acontece no dia 29 de novembro.

“Tudo depende da intensidade e do período da seca, que começou antes neste ano do que em 2023, e isso pode afetar a distribuição, mesmo com mais opções de portos na região”, afirma ele.

A principal alternativa são dois portos flutuantes temporários, em Itacoatiara, no rio Amazonas, a 170 quilômetros de Manaus, que tiveram aval da Receita Federal para operar a partir de agosto. Ambos os pieres são da iniciativa privada, do grupo Chibatão e da Super Terminais, e cabem, com folga, navios de grande porte.

No início desta semana, estava previsto o primeiro teste no pier do Chibatão. Produtos são descarregados de navios para as balsas, que conseguem circular nas áreas mais secas dos rios na região. Empresas podem contratar áreas do pier para recebimento de insumos e envio de pedidos da Zona Franca.

Para o diretor-executivo da Associação Brasileira de Armadores e Cabotagem (Abac), Luis Fernando Resano, outra alternativa é percorrer a região entre Pará e Manaus. Mas para completar trajeto em balsas, de Vila do Conde, no Pará, até a capital amazonense, o tempo de trânsito pode ser acrescido em até 10 dias por causa da seca.

A questão é que os custos do frete em Manaus dispararam. Segundo Augusto César Rocha, coordenador da comissão de logística do Centro das Indústrias do Amazonas (Cieam), toda a produção de fim de ano está praticamente vendida, mas não 100% entregue.

“Pelas tabelas das empresas que acessei, o frete por contêiner passou de US\$ 900 em média, para US\$ 3,1 mil”, diz ele. Entre as maiores operadoras de transporte no setor estão MSC e Maersk.

“Tivemos um planejamento melhor, especialmente do setor privado, porque os governos mesmo se movimentaram pouco desde a seca de 2023. Ano passado, vivemos no improviso. Neste ano, a indústria antecipou estoque e repassou parte já ao varejo. Mas a taxa da seca subiu demais”, diz Rocha.

Para o coordenador, a expectativa é que isso vá sendo diluído ao longo do ano, nos custos das indústrias e do varejo, mas deve ter um efeito no curto prazo em rentabilidade se não for repassado.

“Não vemos maiores complicadores para a venda na Black Friday”

— José do Nascimento

Apesar do atual aumento de demanda por TVs e ar-condicionado da Zona Franca, a Eletros não crê que isso possa ser absorvido integralmente porque as companhias carregam margens comprimidas desde a pandemia, e ainda sentem o efeito da alta na taxa de juros, após 2021.

“Estamos com um verão muito forte, com a ‘linha branca’ crescendo 18% no semestre, e a venda de bebedouros subindo 120%, além da alta forte em filtros e cervejeiras. Só que tivemos pressões em câmbio e os juros devem voltar a subir”, diz Nascimento.

Os acordos de antecipação de entregas entre indústrias da Zona Franca e comércio no Sudeste e Sul envolveram prazo de algumas semanas, dizem fontes. As empresas de eletroeletrônicos adiantaram as importações de insumos e os cronogramas de produção em três a quatro semanas no ano, segundo sondagem, no início da semana passada, da Abinee, a associação da indústria elétrica.

“Este ano vimos a antecipação das compras de distribuidores [de componentes] em algumas semanas, puxadas para agosto e setembro”, diz o diretor da Associação Brasileira da Indústria de Semicondutores (Abisemi), Rogério Nunes.

O uso do transporte aéreo, embora mais caro do que o fluvial, é outra alternativa adotada pelo setor e que já faz parte da logística de fabricantes de componentes eletrônicos. “Como são produtos que ocupam pouco espaço e são extremamente sensíveis, o modal aéreo é via de regra neste setor”, diz Nunes.

Para que a antecipação no varejo ocorra sem desequilibrar o ciclo financeiro das redes, já que levaria a uma saída de caixa também antecipada, houve um acerto prévio entre as partes. Isso porque, se uma empresa adianta a compra e paga muito antes do período da venda, ela eleva estoque e aumenta a sua necessidade de capital de giro, num momento de dinheiro caro no mercado.

“Houve uma forte antecipação de entrega de TVs pelas marcas asiáticas, porque é um produto com uma demanda boa hoje. Então, fornecedores têm feito estoques avançados conosco, mas sem faturar antecipadamente, para não ter saída de caixa agora”, afirma o diretor geral de uma grande varejista de eletrônicos.

O Valor apurou que uma das maiores redes brasileiras de eletrônicos decidiu importar lotes de ar-condicionado da China, para não perder a venda do verão.

No fim de agosto, o vice-presidente da Panasonic no Brasil, Sergei Epof, disse que o grupo antecipou o escoamento de produtos antes de a água dos rios baixar no Norte. “Assim, pretendemos evitar o problema do ano passado, quando fomos pegos de surpresa”, disse.

Mesmo em um cenário de impactos da seca anunciados, nem todos os efeitos da estiagem deste ano poderão ser evitados, e há riscos para o abastecimento, diz o presidente do grupo Multi, Alexandre Ostrowiecki.

Segundo ele, embora a Multi tenha implementado medidas preventivas, essa situação inevitavelmente resultará em um aumento nos custos logísticos “e poderá causar a falta de diversos produtos no mercado ao longo do segundo semestre de 2024”, disse o executivo, ao Valor. “

Estamos trabalhando arduamente para minimizar os impactos, mas a realidade é que este é um desafio sem precedentes para toda a cadeia de produção”, prevê Ostrowiecki.

Fonte: Valor Econômico - SP

Data: 11/09/2024



AGÊNCIA BRASIL - DF

INDÚSTRIA DIGITAL GANHA R\$ 144,4 BI EM RECURSOS PÚBLICOS E PRIVADOS

Valores serão direcionados à fabricação de fibra ótica, instalação de datacenters e computação em nuvem, telecomunicações, eletromobilidade, desenvolvimento de softwares e implantação de redes de infraestrutura digital

Por Andreia Verdélio – Repórter da Agência Brasil – Brasília



Os anúncios de investimentos na indústria digital ocorreram em cerimônia no Palácio do Planalto, quando o presidente Luiz Inácio Lula da Silva também sancionou a lei que trata do novo Programa Brasil Semicondutores (Brasil Semicon). Foto: Ricardo Stuckert/PR

A indústria brasileira ganhará um reforço de R\$ 58,7 bilhões em investimentos públicos para a transformação digital até 2026, além de R\$ 85,7 bilhões da parte do setor produtivo do país até 2035. Os primeiros recursos serão direcionados à fabricação de fibra ótica, instalação de datacenters e computação em nuvem, telecomunicações,

eletromobilidade, desenvolvimento de softwares e implantação de redes de infraestrutura.

Somados aos R\$ 42,2 bilhões que já foram alocados pelo setor público neste governo, o total chega a R\$ 186,6 bilhões em investimentos.

Os anúncios ocorreram em cerimônia no Palácio do Planalto, quando o presidente Luiz Inácio Lula da Silva também sancionou a lei que trata do novo Programa Brasil Semicondutores (Brasil Semicon). Com a medida, estão previstos incentivos de R\$ 7 bilhões por ano até 2026, em crédito tributários, para o setor de semicondutores e tecnologia da informação e comunicação (TIC), com aplicações voltadas para painéis solares, smartphones, computadores pessoais e outros dispositivos associados diretamente à chamada indústria 4.0.

O vice-presidente e ministro do Desenvolvimento, Indústria, Comércio e Serviços (MCTI), Geraldo Alckmin, explicou que, hoje, a transformação digital chega a 19% das empresas industriais e a meta

é alcançar 25% delas até 2025 e 50% até 2033. Semicondutores (chips), robôs industriais e produtos e serviços digitais avançados são as principais cadeias produtivas a serem fortalecidas.

Segundo ele, a missão 4 da Nova Indústria Brasil busca impulsionar a revolução digital no país em setores como internet das coisas, inteligência artificial e Big Data, além de aumentar a competitividade da indústria brasileira e promover um crescimento sustentável da economia com geração de emprego e renda. “É tudo que o Brasil precisa”, enfatizou.



Vice-presidente Geraldo Alckmin, durante a cerimônia Nova Indústria Brasil. Foto: Marcelo Camargo/Agência Brasil

“Se a gente analisar o crescimento do PIB [Produto Interno Bruto – soma das riquezas produzidas no país] no segundo trimestre três coisas chamam atenção. Primeiro o número muito maior do que o mercado dizia, 1,4% o crescimento da economia; segundo, comparativamente ao restante do mundo, nós somos o segundo maior crescimento do PIB entre os países da OCDE; e terceiro, abrindo esse investimento os maiores foram indústria 1,8% e investimento 2,1%. É isso que garante o crescimento

sustentável da economia com geração de emprego e renda”, explicou Alckmin.

Os recursos públicos destinados à missão 4, entre 2023 e 2026, são provenientes do Plano Mais Produção, do Brasil Mais Produtivo e de outros programas governamentais (Lei de TICs, Padis, ações do MCTI). Também entra nessa conta o lançamento das LCDs (Letra de Crédito do Desenvolvimento) do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES), que vão incrementar R\$ 30 bilhões às ações do banco nesse período (R\$ 10 bilhões por ano).

Já os investimentos privados estão programados para ocorrer entre 2024 e 2035 e envolvem ações de infraestrutura, aquisição de máquinas, pesquisa e desenvolvimento (P&D), novas plantas e diversificação do parque tecnológico, entre outros projetos. Os anúncios foram feitos por associações que representam empresas do setor de semicondutores e alta tecnologia – Abinee, Abisemi e P&D Brasil – e pela Amazon Web Services.

Incentivos à cadeia digital de semicondutores

O texto sancionado por Lula foi aprovado em agosto no Senado e prevê investimentos em toda a cadeia produtiva de semicondutores, visando oferecer maior competitividade aos chips fabricados no país, e impulsionando setores de tecnologia da informação e comunicação (TIC). Com a nova lei, o BNDES e a Financiadora de Estudos e Projetos (Finep) poderão financiar o desenvolvimento e a produção de microchips e painéis solares.

A nova lei também amplia a vigência do Programa de Apoio ao Desenvolvimento Tecnológico da Indústria de Semicondutores (Padis) até 2073. Antes dessa alteração, a previsão era que o programa terminaria em 2027. A nova data, também ampliada para a Lei de Informática, coincide com a concessão de benefícios para a Zona Franca de Manaus.

O texto inclui ainda novas atividades, como o design de softwares para ambientes virtuais, como candidatas à desoneração de impostos. Também acaba com a exigência de lista prévia governamental para aquisição de insumos incentivados.

No caso dos financiamentos às empresas, a contrapartida aos investimentos poderá ser calculada sobre o faturamento total das empresas, e não apenas sobre as vendas internas, como ocorre atualmente.

portosenavios

PORTAL PORTOS E NAVIOS

CRUZEIROS INVESTEM EM TECNOLOGIAS PARA REDUZIR EMISSÕES E ALCANÇAR METAS DE DESCARBONIZAÇÃO

Da Redação Navegação 11/09/2024 - 19:15



Divulgação

A indústria de cruzeiros, representada pela Cruise Lines International Association (CLIA), continua avançando em sua meta de alcançar emissões líquidas zero até 2050, com foco em tecnologias sustentáveis e combustíveis alternativos.

O relatório anual da CLIA destaca números relacionados à descarbonização: 19 navios (7% da frota) utilizam gás natural liquefeito (GNL), reduzindo em até 20% as emissões de gases de efeito estufa (GEE); 71 navios (25% da frota) operam com sistemas de Redução Catalítica Seletiva (SCR), eliminando 85% das emissões de NOx e partículas; e 147 navios (52% da frota) têm capacidade de conexão à energia elétrica em terra (OPS), reduzindo emissões em até 98% enquanto ancorados.

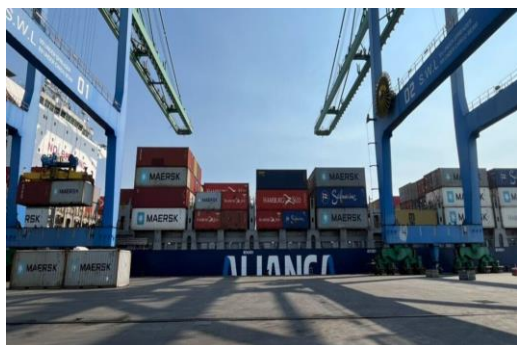
A expectativa é que 239 navios estejam equipados com tecnologia OPS até 2028.

Fonte: Portal Portos e Navios - RJ

Data: 11/09/2024

PORTO DE IMBITUBA BATE RECORDE DE MOVIMENTAÇÃO DE CARGAS NO ACUMULADO DE 2024

Da Redação Portos e logística 11/09/2024 - 19:18



O Porto de Imbituba (SC) registrou uma movimentação de 5,68 milhões de toneladas de cargas até agosto de 2024, um crescimento de 11% em relação ao mesmo período de 2023. Houve 221 atracações de navios nos primeiros oito meses do ano, um aumento de 13,9%.

Os embarques de açúcar a granel somaram 331 mil toneladas, representando 6% do total movimentado. As exportações representaram 51% da carga movimentada, enquanto as importações cresceram 20,8%.

O volume total de granéis sólidos foi de 4,54 milhões de toneladas, com destaque para o coque de petróleo, que superou 1,4 milhão de toneladas. As operações de comércio exterior movimentaram mais de US\$ 1,46 bilhão, um aumento de 18% em relação a 2023.

“O planejamento de investimentos da autoridade portuária prevê para os anos de 2024 a 2027 inversões na ordem de R\$ 305 milhões, que trarão mais competitividade e eficiência ao Porto de Imbituba”, disse o presidente da Autoridade Portuária de Imbituba, Urbano Lopes de Sousa Netto.

Fonte: Portal Portos e Navios - RJ

Data: 11/09/2024

GOVERNO FEDERAL E APS AGUARDAM AUDIÊNCIAS E LICENÇAS PARA EDITAL DO TÚNEL SANTOS-GUARUJÁ

Da Redação Portos e logística 11/09/2024 - 16:49



Divulgação APS

A Autoridade Portuária de Santos (APS) e o governo federal aguardam a realização das audiências públicas e a obtenção das licenças ambientais para avançar com a publicação do edital do túnel Santos-Guarujá. A obra, estimada em R\$ 6 bilhões, está sendo planejada em parceria entre o governo do estado de São Paulo e o governo federal, com previsão de aporte de 50% dos recursos por cada uma das partes.

As audiências ambientais estão marcadas para os dias 9 e 10 de outubro, em Santos e Guarujá, respectivamente. A expectativa é que a licença ambiental seja expedida em novembro e o edital internacional seja publicado em março de 2025. O início das obras está previsto para o segundo semestre de 2025.

Fonte: Portal Portos e Navios - RJ
Data: 11/09/2024

TRANSPETRO ANUNCIA NOVA USINA SOLAR NO TERMINAL DE BELÉM EM 2025

Da Redação Portos e logística 11/09/2024 - 16:52



A Transpetro anunciou que sua segunda usina solar entrará em operação no primeiro semestre de 2025, no terminal da empresa em Belém (PA). O projeto integra a estratégia de descarbonização e eficiência energética da companhia. A nova planta fotovoltaica terá uma potência de 530 kW, suficiente para suprir toda a demanda energética do terminal, equivalente ao consumo mensal de 140 residências. Estima-se que a usina reduzirá a emissão de 30 toneladas de gases de efeito estufa por ano.

Em abril, a Transpetro inaugurou sua primeira usina solar no Terminal de Guarulhos (SP), também com o objetivo de reduzir as emissões de carbono. O projeto faz parte do esforço da empresa em avançar na transição energética, com planos de expansão para outras unidades, como o Terminal de Coari (AM).

O terminal de Belém opera por meio de píeres, monoboias ou quadros de boias. Por sua vez, o terminal de Guarulhos é terrestre e funciona como entreposto para diversos modais de transporte, assegurando o abastecimento de petróleo, derivados, biocombustíveis e gás.

Fonte: Portal Portos e Navios - RJ
Data: 11/09/2024

TRANSPORTE AQUAVIÁRIO DE CARGAS DEVE CRESCER 3,8% ATÉ 2034, APONTA EPE

Por Lorena Parrilha Teixeira Navegação 11/09/2024 - 19:28



Arquivo/Divulgação

Investimentos em portos e uso de combustíveis sustentáveis vão impulsionar o setor

O transporte aquaviário de cargas no Brasil está projetado para crescer 3,8% ao ano até 2034, de acordo com o novo caderno do Plano Decenal de Expansão de Energia (PDE 2034), publicado pelo Ministério de Minas e Energia (MME) e pela Empresa de Pesquisa Energética (EPE). Esse

aumento é impulsionado por investimentos em embarcações, portos e estaleiros nacionais, além de políticas de estímulo ao setor, como a expansão da cabotagem de petróleo, que desempenha um papel fundamental no crescimento do modal. O transporte de longo curso, cabotagem e navegação interior estão em crescimento contínuo, favorecidos principalmente pelo escoamento de produtos agrícolas, petróleo e minério de ferro.

A infraestrutura logística que compõe o Arco Norte, acima do Paralelo 16°S, é especialmente importante para a exportação de produtos como soja e milho, enquanto os portos localizados no eixo Sul-Sudeste mantêm relevância na movimentação de todo tipo de cargas. No entanto, o setor aquaviário enfrenta o desafio de atender às regulamentações da Organização Marítima Internacional (IMO), que exigem a adoção de combustíveis de baixo carbono para reduzir as emissões de gases de efeito estufa (GEE). A demanda de bunker deverá ser complementada por misturas de biodiesel, e combustíveis alternativos, como metanol, amônia, hidrogênio e gás natural liquefeito (GNL), devem integrar a matriz energética do transporte aquaviário.

A melhoria da infraestrutura portuária e a manutenção da navegabilidade em hidrovias, como no caso da Paraná-Tietê, também são fundamentais para o avanço do setor. O transporte aquaviário se mostra essencial para o escoamento eficiente de grandes volumes de produtos, especialmente no agronegócio e no setor de petróleo, e sua expansão permitirá maior eficiência logística e energética. Embora o transporte rodoviário de cargas continue sendo predominante no Brasil, com uma participação significativa na movimentação de bens, o PDE 2034 aponta que o aquaviário e o ferroviário ganharão cada vez mais relevância nos próximos anos, especialmente devido à crescente containerização e ao aumento da cabotagem de graneis líquidos.

Fonte: Portal Portos e Navios - RJ

Data: 11/09/2024

ANTAQ PUBLICA DOCUMENTOS SOBRE CONCESSÃO DA HIDROVIA DO RIO MADEIRA

Da Redação Navegação 11/09/2024 - 19:19



A Agência Nacional de Transportes Aquaviários (Antaq) divulgou os documentos relativos ao projeto de concessão da Hidrovia do Rio Madeira, com o objetivo de ampliar a transparência do processo para os entes envolvidos. A iniciativa inclui rodadas de reuniões com os interessados antes da abertura do período de audiência pública e busca ajustar a concessão para torná-la mais atrativa ao mercado, ao setor e à população.

Desde o início da licitação, a Antaq realizou visitas técnicas e diálogos com a população e o setor, ouvindo sugestões sobre o projeto. Com a concessão, o risco de desabastecimento de combustíveis em Rondônia será praticamente eliminado, e a manutenção da hidrovia permitirá o transporte de cargas maiores, inclusive durante a seca, com profundidade mínima de 3,5 metros e calado de 3 metros. A sinalização e manutenção do calado também garantirão maior eficiência, permitindo navegação noturna e com mais carga. Estima-se uma redução de 24% nos custos das empresas de navegação, com uma tarifa estimada de menos de um real por tonelada.

A Hidrovia do Rio Madeira é essencial para o escoamento de grãos do Mato Grosso e de Rondônia, e para o transporte de passageiros. O projeto abrange movimentação de soja, milho, combustíveis, fertilizantes, contêineres e outras cargas gerais. A tarifa pré-leilão é de R\$0,80 por tonelada, podendo ser reduzida, com isenção para passageiros e pequenas embarcações.

A concessão, que abrange 1.075 km entre Porto Velho e a foz do Rio Madeira, nos estados de Rondônia e Amazonas, prevê a geração de empregos e renda sustentável para a região, além de serviços de dragagem, derrocagem e balizamento. O investimento estimado é de R\$ 109 milhões em

12 anos, com Opex de R\$ 477,73 milhões, além de um aporte de R\$ 561,35 milhões da venda da Eletrobras.

Em 2023, as hidrovias transportaram mais de 157 milhões de toneladas de carga, com potencial de expansão. A concessão está alinhada com a busca por maior eficiência logística nacional. Considerada uma opção de transporte sustentável, as hidrovias emitem 4 a 5 vezes menos poluentes que o transporte rodoviário e 1,5 vezes menos carbono que ferrovias. O projeto inclui o Programa Carbono Sustentável, voltado à preservação do ecossistema do Rio Madeira e à mitigação das mudanças climáticas.

Fonte: Portal Portos e Navios - RJ

Data: 11/09/2024

DISLUB DIALOGA COM ARMADORES SOBRE BUNKER

Por Danilo Oliveira Portos e logística 10/09/2024 - 20:51



Arquivo/Divulgação

Enquanto aguarda definições mais claras sobre uso de combustíveis alternativos, empresa testa adaptação de produto para navios

A Dislub observa uma série de oportunidades no mercado de bunker em meio às discussões globais sobre descarbonização do transporte marítimo. Enquanto aguarda definições mais claras por parte dos armadores quanto aos futuros combustíveis, a empresa do Grupo Dislub Equador (GDE) estuda soluções para o mercado brasileiro. Uma das possibilidades em estudo é uma linha de produtos hoje usada para diesel e gasolina que tem um catalisador que melhora a eficiência do consumo e reduz em até 50% as emissões de carbono, por meio de um aditivo.

O diretor de desenvolvimento de negócios da Dislub, Leonardo Cerquinho, contou à Portos e Navios que a empresa vem fazendo testes e ensaios para verificar se a solução, reconhecida como combustível de transição pela Organização das Nações Unidas, também possui impacto positivo sobre o bunker. A Dislub também mantém conversas com armadores de cabotagem e de longo curso para identificar quais serão os combustíveis adotados nesse processo.

Em agosto, Cerquinho esteve no Rio de Janeiro para entender como os armadores enxergam essa questão. “Ainda não está claro para nós nem para armadores quais serão as alternativas. Esperamos um pouco a sinalização deles para podermos nos mexer”, resumiu. Ele comentou que, se a opção principal dos armadores for o metanol, por exemplo, haverá necessidade de tanques de combustíveis e de navios com grande capacidade de tancagem, caso o insumo não seja produzido próximo ao porto. No caso do gás natural liquefeito (GNL), está previsto um terminal de regaseificação de gás natural sendo estabelecido no Porto de Suape (PE) que pode ser um hub de abastecimento quando a nova instalação estiver operacional.

Se a opção for pela amônia, existem projetos em desenvolvimento em Suape e em outros portos ligados ao insumo e à produção de hidrogênio verde (H2V). Já o metanol pode ser produzido a partir do gás carbônico de origem orgânica, através de usinas. “São conversas que temos diariamente, mas os próprios armadores ainda não têm claro quais serão soluções”, reforçou Cerquinho.

O diretor da Dislub acredita que o Brasil levará vantagem na maioria das opções, seja biodiesel, metanol, etanol, hidrogênio verde ou amônia. “Estamos atentos a tudo isso. Somos o 6º maior distribuidor de combustíveis do país, de maneira geral. Se, eventualmente, alguém quiser trabalhar com etanol é fácil para nós nos adaptarmos porque já temos a cadeia de distribuição”, exemplificou Cerquinho.

Ele projeta que o Porto de Suape tem demanda natural por bunker e a nova operação vai preencher esse espaço, atendendo às necessidades do mercado com qualidade e eficiência, e fortalecendo a presença no setor. No final de agosto, Dislub e Ultracargo anunciaram parceria para realizar operações de óleo combustível marítimo no Porto de Suape, que já estão em funcionamento.

Cerquinho observa que Santos (SP) hoje é a principal referência porque a Petrobras atende com volume e preço competitivos. Ele ressaltou que, de modo geral, o bunker brasileiro não é caro e consegue ser competitivo em relação à maior parte dos grandes hubs globais de combustíveis. Singapura e Roterdã, na Holanda, são vistos como benchmarkings internacionais.

Para o diretor da Dislub, a concentração em Santos pela Petrobras pode eventualmente gerar algumas dificuldades operacionais. Ele pondera que a descentralização que aconteceu recentemente é importante, com a entrada de players privados no mercado brasileiro. É o caso de Raízen, Ipiranga e Bunker One, por exemplo. “Está sendo saudável da forma como está sendo feito. A Petrobras deve focar nos navios dela e [Dislub e demais empresas] temos condição de dar mais eficiência sistêmica ao processo como um todo na costa brasileira”, analisou.

Fonte: *Portal Portos e Navios - RJ*
Data: 10/09/2024

RECURSOS ADICIONAIS PARA EPM ESTÃO EM FASE FINAL DE RECEBIMENTO, DIZ DPC

Por Danilo Oliveira *Navegação 10/09/2024 - 18:49*



Diretoria de Portos e Costas tem expectativa de aplicar R\$ 40 milhões extra-orçamentários em melhorias para o ensino profissional marítimo

A Diretoria de Portos e Costas (DPC) informou à Portos e Navios, nesta terça-feira (10), que os recursos extra-orçamentários esperados para o Ensino Profissional Marítimo (EPM) encontram-se em fase final de recebimento. De acordo com a diretoria, os valores serão investidos na aquisição de recursos instrucionais e em reformas das infraestruturas existentes dos órgãos de execução (OE) do EPM. A Marinha possui 71 OE em todo o Brasil, incluindo 69 delegacias, capitânicas e agências, além das escolas de formação — Ciaga, no Rio de Janeiro (RJ) e Ciaba, em Belém (PA).

A DPC já havia sinalizado que tem expectativa de aplicar R\$ 40 milhões extra-orçamentários que podem ser destinados a melhorias para as demandas identificadas na formação de marítimos em 2024. O montante foi mencionado durante a 18ª Navalshore, em agosto, pelo diretor de portos e costas, André Macedo. Na ocasião, ele explicou que são recursos garantidos pela lei complementar (LC 200/2020), que passou a valer em 2023. No evento, Macedo destacou que são valores que não competem com orçamento de ministérios. Ele projetou a possibilidade de que, a partir de 2025, o ensino profissional marítimo passe a contar com R\$ 80 milhões anuais.

No setor de navegação, há cautela em relação a quando os valores extraordinários serão liberados e a quanto desse total será destinado efetivamente à formação de marítimos. Uma fonte comentou, em caráter reservado, que não há transparência suficiente quanto a esses valores. “Sabemos que esses recursos serão aplicados para várias coisas no EPM, e não apenas para formação de marítimos”, avaliou. A fonte também considera importante que se chegue a um consenso quanto aos números divergentes sobre demanda e número de vagas necessárias nos cursos.

O entendimento da DPC é que os recentes estudos contratados pelos armadores podem ser aperfeiçoados, pois precisam incorporar alguns números que são importantes. Do lado das empresas brasileiras de navegação (EBN) há dúvidas quanto aos números apresentados pela diretoria. Macedo disse na Navalshore que a autoridade marítima vem trabalhando na atualização curricular e

que busca formas de aprimorar o sistema para melhor atender empresas de navegação e trabalhadores.

“Faremos auditoria própria da DPC no nosso sistema para verificar se os dados estão corretos. É preciso confirmar dados das necessidades que são apresentadas à autoridade marítima”, explicou Macedo, no painel "Formação e disponibilidade da mão de obra marítima — demanda atual e futura", realizado na Navalshore. Na ocasião, o diretor de portos e costas ressaltou que os recursos extraordinários serão aplicados principalmente no Ciaga (RJ) e no Ciaba (PA), criados em 1971.

Há uma perspectiva de aumento gradativo das vagas nas escolas, com incremento de 30 vagas para o Ciaga em 2024 e há previsão de aumentar outras 30 em 2025, além de 30 outras no Ciaga a partir de 2025. O planejamento de cursos para este ano é de 813, conforme dados da DPC. Caso se confirme, essa será a maior quantidade de cursos realizados dos últimos cinco anos: foram 644 em 2023, 769 (2022), 700 (2021) e 584 (2019). Em 2020, por conta da pandemia de Covid-19, o número de cursos caiu para 170.

De acordo com a DPC, a autoridade marítima trabalha com a previsão de capacitar 21 mil aquaviários em 2024, somando todos os estados brasileiros. O Brasil tem aproximadamente 66 mil marítimos, 69 mil fluviários e 55 mil pescadores, além de mergulhadores, práticos e agentes de manobra, totalizando quase 195 mil trabalhadores cadastrados no sistema Sisaqua, que abrange normas de verificação e o cadastro de aquaviários e armadores.

Fonte: Portal Portos e Navios - RJ

Data: 10/09/2024

MOVIMENTAÇÃO PORTUÁRIA CRESCE 1,4% EM JULHO COM DESTAQUE PARA TRIGO, AÇÚCAR E FERTILIZANTES

Da Redação Portos e logística 10/09/2024 - 18:40

Os portos públicos registraram um aumento de 6,02% na movimentação de cargas em julho deste ano, somando 43,22 milhões de toneladas, de acordo com o Estatístico Aquaviário da Agência Nacional de Transportes Aquaviários (Antaq). No total, foram movimentadas 118,96 milhões de toneladas de cargas, um crescimento de 1,38% em relação ao mesmo mês de 2023. No acumulado do ano, a alta foi de 3,96%, totalizando 764,7 milhões de toneladas. As cargas que apresentaram maior crescimento percentual em julho foram trigo (+59,75%), açúcar (+22,18%) e adubos e fertilizantes (+18,55%).

Em relação às cargas containerizadas, foram movimentadas 13,34 milhões de toneladas, um aumento de 17,98% em comparação ao mesmo período do ano passado, representando 1,2 milhão de TEUs. Deste total, 9,04 milhões de toneladas foram em longo curso e 4,16 milhões via cabotagem. Os granéis sólidos registraram 73,45 milhões de toneladas, um crescimento de 1,6%. Já os granéis líquidos movimentaram 26,96 milhões de toneladas, com queda de 7,29%.

Na navegação, o apoio portuário foi a modalidade que mais cresceu, com aumento de 9,81%, enquanto a cabotagem recuou 1,71%. A movimentação de cargas de longo curso cresceu 3,21%, atingindo 85,51 milhões de toneladas. Já a navegação interior teve queda de 6,33%.

Entre os portos públicos, o Porto do Rio Grande foi o que mais cresceu, com 34,01% de alta, seguido por Suape (+18,76%) e Itaguaí (+14,1%). Nos terminais privados, houve uma queda de 1,09%, com destaque para o crescimento de 26,84% no Terminal Integrador Portuário Luiz Antonio Mesquita (Tiplam), que movimentou 1,37 milhão de toneladas.

Fonte: Portal Portos e Navios - RJ

Data: 10/09/2024

ARTIGO - TRANSFERÊNCIA DE RISCOS MARÍTIMOS: O QUE APRENDEMOS COM O ACIDENTE DE BALTIMORE?

Por Marcos Franco Opinião 10/09/2024 - 18:30



Em 26 de março de 2024, o navio porta-contêineres Dali colidiu com a ponte Francis Scott Key, em Baltimore (EUA), colapsando a estrutura e deixando 6 mortos. O incidente causou perdas estimadas na ordem de bilhões de dólares, que incluem danos à infraestrutura, custos de remoção de destroços, impacto econômico no porto e nas cadeias de abastecimento – as atividades do Porto de Baltimore foram restabelecidas somente no dia 10 de junho.

Passados alguns meses da tragédia, a dificuldade em mensurar o valor exato dos prejuízos e atribuir responsabilidades pelas perdas ainda levanta debates sobre prevenção e mitigação de riscos marítimos e hidroviários no mundo todo – inclusive no Brasil.

Histórico de incidentes marítimos no Brasil merece atenção

Recentemente, em novembro de 2022, um navio graneleiro que estava ancorado na Baía de Guanabara desde 2016 foi levado pelo vento e bateu na estrutura da Ponte Rio-Niterói. Os acessos ficaram fechados por 3 horas.

Incidentes semelhantes já aconteceram, pelo menos, outras 3 vezes no local e o risco de novas ocorrências é grande, já que a Baía de Guanabara se tornou um cemitério de embarcações abandonadas em estado de deterioração avançada.

Já no estado do Pará, a Ponte do Rio Moju desabou após o impacto de uma balsa em 6 de abril de 2019. Os transtornos e prejuízos foram ainda mais graves: a queda comprometeu a cadeia de abastecimento, isolou comunidades e dificultou o acesso a serviços essenciais, afetando drasticamente a qualidade de vida na região por meses.

Transferência de riscos: quem pode assumir o prejuízo?

Todos esses acidentes chamam atenção para a necessidade de melhorias na segurança marítima e na infraestrutura de apoio à navegação próxima a grandes pontes e portos movimentados. Para além da prevenção, uma estrutura de transferência de riscos adequada ajuda a mitigar os impactos financeiros enquanto as investigações e processos legais determinam a responsabilidade pelo acidente.

O papel dos seguros para embarcações

Tradicional no mercado, os seguros para embarcações estão organizados em duas modalidades principais:

O Seguro de Casco e Máquinas cobre prejuízos por perdas e danos que atinjam qualquer tipo de embarcação ou equipamento que opere na água, inclusive lucros cessantes. Danos a pessoas (morte, doença e invalidez) são situações previstas em coberturas específicas.

O Seguro de Responsabilidade Civil cobre danos materiais e corporais causados a terceiros. É mais abrangente no sentido de cobrir diversas situações em que o operador da embarcação pode ser responsabilizado, como colisões com outras embarcações, danos a instalações portuárias, tripulantes, pessoas em terra, ou mesmo poluição acidental.

Há também o Seguro Obrigatório DPEM (Danos Pessoais causados por Embarcações ou por suas cargas), que voltou a ser comercializado em 1 de julho de 2024 e prevê limites para danos pessoais de R\$ 2.700 a R\$ 13.500.

Importante destacar que, em geral, as coberturas de danos a terceiros é limitada pelo valor máximo estabelecido na apólice – e este pode ser insuficiente em grandes incidentes como o de Baltimore. Se os custos forem excedidos, a empresa proprietária do navio acaba sendo responsável pelo pagamento da diferença.

Além disso, a cobertura do seguro depende das circunstâncias do acidente e do cumprimento das condições estabelecidas na apólice. Por exemplo, se o acidente foi causado por negligência grave ou por falha em cumprir as normas de segurança, a seguradora pode recusar a cobertura total ou parcial dos danos.

Mais resiliência com Clubes de Proteção e Indenização (P&I)

Os Clubes de P&I são associações de armadores e operadores de navios que oferecem seguro mútuo para riscos relacionados à navegação. Através de um grupo internacional, fornecem uma rede robusta de proteção que pode manejar sinistros de quase qualquer magnitude, com limites extraordinariamente altos.

Diferente das seguradoras comerciais, os clubes de P&I são organizações sem fins lucrativos. Os membros contribuem com prêmios para formar um fundo comum que cobre sinistros não cobertos pelo seguro de casco e máquinas, como danos ambientais, responsabilidade por carga, danos pessoais a tripulantes e passageiros, colisões com outras embarcações ou infraestruturas.

A abordagem cooperativa e o sistema robusto de resseguros garantem que os interesses dos proprietários dos navios e das partes afetadas sejam protegidos de forma complementar aos seguros tradicionais e obrigatórios – sobretudo o Seguro Obrigatório DPEM, que prevê limites de cobertura muito baixos.

Clubes de P&I pagarão a conta em Baltimore

As autoridades locais querem indenização para cobrir os custos de substituição da ponte e as despesas relacionadas à limpeza, manutenção e interrupção de transportes, além de despesas adicionais com policiais e funcionários públicos e outras relacionadas ao incidente.

Mas, como o navio está registrado no Britannia P&I Club, o clube está lidando com a maioria das reivindicações, enquanto o Seguro Marítimo cobre os danos ao navio.

Assim, apesar da dimensão do sinistro, a proteção financeira do associado é garantida e a estrutura de transferência de riscos se mantém sólida. Para se ter uma ideia, um relatório da S&P Global Ratings divulgado em abril afirmou que o acidente pode custar mais de US\$ 3 bilhões e ainda assim prejudicar apenas os lucros das seguradoras.

Marcos Franco é superintendente das áreas de marine, cargo e logística da Marsh Brasil

Fonte: Portal Portos e Navios - RJ

Data: 10/09/2024

NORCOAST AMPLIA OPERAÇÕES DE TRANSPORTE DE CARGAS COM INCLUSÃO DO PORTO DE ITAJAÍ

Da Redação Portos e Logística 10/09/2024 - 18:07



A Norcoast expandirá suas operações para o Porto de Itajaí (SC), a partir de 2 de outubro deste ano. A adição de Itajaí à rota semanal da empresa, que já atende os portos de Santos (SP), Paranaguá (PR), Suape (PE), Pecém (CE) e Manaus (AM), ampliará o alcance de seus serviços. O Porto de Itajaí é o segundo maior do país em movimentação de contêineres e tem papel estratégico para a companhia, oferecendo maior competitividade logística, especialmente para Santa Catarina e parte do Rio Grande do Sul.

A Norcoast transporta uma variedade de produtos, incluindo cargas refrigeradas, materiais de construção e produtos da indústria de linha branca. Segundo Gustavo Paschoa, CEO da Norcoast, a inclusão de Itajaí permitirá novas oportunidades de negócios na região. A empresa, que já conta com 80 clientes em Paranaguá desde o início de suas operações,

segue apostando em uma logística integrada e no serviço de porta-a-porta. A nova escala em Itajaí também está vinculada à parceria com a JBS Terminais.

Abac

A Norcoast é a mais nova associada da Associação Brasileira dos Armadores de Cabotagem (Abac). A empresa é uma joint venture entre a brasileira Norsul, tradicional no transporte de cabotagem no Brasil, e a alemã Hapag Lloyd, especializada em transporte de contêineres ao redor do mundo. Combinando a expertise das duas companhias, a Norcoast oferece transporte marítimo em contêineres ao longo da costa brasileira e da bacia amazônica, com uma frota de quatro navios, cada um com capacidade de até 3.500 TEUs, e serviços semanais.

Fonte: Portal Portos e Navios - RJ

Data: 10/09/2024

TERMINAIS EM ROTERDÃ ADOTAM ENERGIA DE TERRA PARA REDUZIR EMISSÕES DE CO2

Da Redação Portos e logística 10/09/2024 - 17:55



Foto: Martens Multimedia (Divulgação)

Os terminais de contêineres da Hutchison Ports ECT Rotterdam (ECT) serão equipados com instalações de energia de terra nos próximos anos, após um acordo com a Rotterdam Shore Power (RSP), parceria entre Eneco e o Porto de Roterdã. A previsão é que os primeiros navios sejam conectados até 2028, e quando totalmente operacional em 2030, cerca de 5.000 embarcações serão abastecidas anualmente, reduzindo as emissões de CO2 do porto em aproximadamente 35.000 toneladas por ano.

A RSP será responsável pela construção e operação das instalações, enquanto a ECT e a Autoridade Portuária de Roterdã cuidarão da integração civil no cais. O projeto abrange cinco quilômetros de cais. O porto de Roterdã busca ser neutro em carbono até 2050, conforme as diretrizes do European Green Deal.

A ECT busca atingir emissões zero até 2035, oferecendo aos clientes uma alternativa sustentável ao atracarem no terminal.

Fonte: Portal Portos e Navios - RJ

Data: 10/09/2024

PETROBRAS E GERDAU FIRMAM ACORDO PARA ESTUDAR NEGÓCIOS DE BAIXO CARBONO

Da Redação Economia 10/09/2024 - 17:50



A Petrobras anunciou a assinatura de um Memorando de Entendimento (MoU) com a Gerdau para avaliar potenciais parcerias em projetos voltados à descarbonização e à transição energética. O acordo, que tem caráter não vinculante e vigência de dois anos, contempla estudos sobre combustíveis de baixo carbono, hidrogênio e tecnologias de captura, transporte e armazenamento de carbono (CCUS).

Além disso, as empresas explorarão pesquisas relacionadas à integridade de materiais no ambiente marítimo e à produção de aço por meio de "redução direta" utilizando gás natural, alternativa ao método tradicional que utiliza carvão. Esse MoU está em linha com os objetivos estratégicos da

Petrobras de descarbonizar suas operações e fomentar a transição para uma matriz energética mais limpa.

Fonte: Portal Portos e Navios - RJ
Data: 10/09/2024

ULTRACARGO APOSTA EM LOGÍSTICA DE ETANOL PARA PORTOS NO NORTE E NORDESTE

Por Danilo Oliveira Portos e logística 09/09/2024 - 22:12

Divulgação Suape



Empresa desenvolve projetos que têm conexão da área de produção do insumo com ferrovias, portos e transporte por cabotagem

A Ultracargo vê um grande potencial do etanol produzido no Brasil, integrando diferentes modais de transporte. A empresa identificou que, nas regiões Norte e Nordeste, o consumo de etanol hoje é maior do que a produção. Um dos diagnósticos é que muitos navios saem de Santos (SP) transportando etanol para Suape (PE), que é um hub que abastece vários estados do Nordeste via rodovia. A expectativa da

Ultracargo é que, com a recente parceria com a Dislub para abastecimento de bunker no porto pernambucano, os armadores passem a optar por sair do Sudeste com menos quantidade de bunker e levando mais etanol porque haverá disponibilidade de fornecimento do combustível marítimo em Pernambuco.

No último dia 31 de agosto, a empresa de armazenagem de grãos líquidos do grupo Ultra e a empresa do Grupo Dislub Equador (GDE) anunciaram parceria para realizar operações de óleo combustível marítimo no Porto de Suape, que já estão em funcionamento. As duas empresas acreditam que, com a nova modalidade de abastecimento no porto pernambucano, o peso disponível nas embarcações para carregar o combustível passa agora a ser contabilizado para transportar mais mercadorias, reduzindo custos e otimizando viagens.

"A Ultracargo está fazendo projetos que têm conexão com a área de produção de etanol, com ferrovias, portos e cabotagem, principalmente para região Nordeste e Norte do país", disse o vice-presidente-executivo da empresa, Helano Pereira Gomes, em entrevista à Portos e Navios. A avaliação da Ultracargo é que Suape é um dos quatro portos 'primários' na movimentação de grãos líquidos, junto com Itaqui (MA), Santos (SP) e Paranaguá (PR).

A Ultracargo vê o mercado de bunker em constante evolução, desde a resolução da Organização Marítima Internacional (IMO) que reduziu o teor de enxofre no combustível marítimo a partir de 2020. "Esse projeto nasce com bunker já com baixo teor de enxofre. Enxergamos a transição energética como processo irreversível, porém ele ainda tem um ramp up relevante para que aconteça", avaliou Pereira.

Para o executivo, o Brasil tem uma contribuição muito grande para a agenda ambiental do mundo porque conta com uma matriz energética extremamente verde e porque está se tornando um dos maiores produtores de etanol de milho das Américas. Pereira ressaltou que, apesar de os Estados Unidos serem os maiores produtores mundiais de etanol de milho, o equivalente brasileiro pode ser considerado 'mais verde' porque aqui o plantio não é exclusivo, havendo espaço para culturas intercaladas de outros produtos agrícolas, como soja e milho.

Fonte: Portal Portos e Navios - RJ
Data: 09/09/2024



INFORMS

INFORMATIVO - MERCOSHIPPING

Edição: 094/2024
Página 70 de 70
Data: 11/09/2024
www.mercoshipping.com.br
merco@mercoshipping.com.br



MERCO SHIPPING MARÍTIMA LTDA

ESTE INFORMS TAMBÉM ESTÁ DISPONÍVEL NA MERCOSHIPPING.COM E NO LINKEDIN.COM

Este conteúdo também está disponível na www.mercoshipping.com e no www.linkedin.com/company/merco-shipping-maritima-ltda

Fonte : InforMS

Data: 11/09/2024